

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A QUESTÃO NUCLEAR DA CORÉIA DO NORTE SOB AS PERSPECTIVAS DA  
CHINA E DOS EUA**

Helena Hoppen Melchionna

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre  
Novembro de 2011

HELENA HOPPEN MELCHIONNA

**A QUESTÃO NUCLEAR DA CORÉIA DO NORTE SOB AS  
PERSPECTIVAS DA CHINA E DOS EUA**

Trabalho de conclusão de graduação apresentada junto ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini.

Porto Alegre  
Novembro de 2011

A Karin, Renato e Felipe.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por ter possibilitado minha formação acadêmica no curso de Relações Internacionais, bem como aos funcionários e professores que me auxiliaram nesta trajetória. Neste sentido, gostaria de agradecer especialmente ao meu orientador, Dr. Paulo Fagundes Visentini, por toda a disponibilidade e auxílio prestados ao longo de todo o curso e, sobretudo, para a elaboração deste trabalho.

Também agradeço a meus colegas, muitos dos quais se tornaram grandes amigos ao longo destes quatro anos, e que contribuíram tanto para a minha formação acadêmica como para meu crescimento pessoal. Sou grata também as minhas irmãs chinesas, Tianying Dai e Yanli Wang, pela amizade e contribuição que deram a este trabalho. E a An Minyong e a sua família, que me receberam tão bem em Seoul e estimularam meu interesse na península coreana, resultando, em última instância, no presente trabalho.

E, muito especialmente, ao meu namorado e colega, Felipe Machado, pessoa maravilhosa que, além de ter acrescentado muito a este trabalho - com seus construtivos comentários e idéias -, acrescentou muito a minha vida, fazendo cada momento parecer único e especial.

Por fim, mas certamente não menos importante, sou extremamente grata a meus queridos pais, Renato e Karin, pelo amor e apoio que sempre me dedicaram, bem como pelo forte incentivo para que fosse em busca de meus sonhos e realizasse meus objetivos. Obrigada por sempre terem acreditado em mim!

## RESUMO

Contrariando as previsões norte-americanas dos anos 1990, o regime norte-coreano de Kim Jong Il não apenas evitou o colapso, como também voltou à agenda de segurança internacional ao retomar o desenvolvimento de seu programa nuclear, lançado testes em 2006 e 2009. Além de provocar a escalada das tensões no nordeste asiático, a nova crise nuclear norte-coreana também impactou a política externa da superpotência norte-americana, bem como da grande potência emergente no cenário internacional, a China. Neste sentido, o presente trabalho se propõe a analisar as perspectivas dos Estados Unidos e da China a respeito da questão nuclear norte-coreana, buscando identificar as semelhanças e diferenças em seus posicionamentos. Para tanto, foi feita uma análise histórica, a partir da revisão bibliográfica pertinente ao tema. A hipótese central adotada afirma que, apesar de ambos os países serem contrários ao desenvolvimento de armas nucleares pela RDPC, as perspectivas dos EUA e da China não convergem com relação à questão, porque a China, neste caso, desempenha papel de ator regional – podendo ser diretamente atingida -, ao passo que os EUA se portam como superpotência, não sendo diretamente atingido pela questão.

**Palavras-chave:** Coreia do Norte, China, Estados Unidos, questão nuclear

## ABSTRACT

Contrary to the 1990s American predictions, the Kim Jong Il regime haven't just avoided collapse, but has also returned to the international security agenda by resuming its nuclear program development and launching tests in 2006 and 2009. In addition to causing the escalation of tensions in Northeast Asia, the new North Korean nuclear crisis has also impacted the American superpower foreign policy, just as well as the foreign policy of the emerging great power in the international system, China. Therefore, this paper aims to analyze the American and Chinese perspectives regarding the North Korean nuclear issue, seeking to identify the differences and similarities on their positions. For that purpose, a historical analysis based on literature review is presented. The central hypothesis states that, even though both countries oppose the development of nuclear weapons by the DPRK, the American and Chinese prospects on the matter do not converge. China, in this case, plays a regional role – being directly affected by the issue -, whereas the US act as a superpower, not being directly vulnerable by the issue.

**Keywords:** North Korea, China, United States, nuclear issue

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração 1: Zona Desmilitarizada (DMZ)	18
Ilustração 2: Disposição territorial do programa nuclear norte-coreano	59

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES EUA-RDPC E CHINA-RDPC	14
2.1. A fundação da RDPC e a Guerra da Coréia	14
2.2. A RDPC, a China e os EUA durante a Guerra Fria	18
2.3. A RDPC, a China e os EUA nos anos 1990 e 2000	30
3. A QUESTÃO NUCLEAR NORTE-COREANA	38
3.1. Origens do Projeto Nuclear Norte-Coreano (1958-1990)	39
3.2. Desenvolvimento nuclear nos anos 1990 e o Acordo Quadro	41
3.3. O ressurgimento da questão nuclear norte-coreana (2002-2010)	50
3.4. Causas e Consequências do Programa Nuclear Norte-Coreano	60
4. A PERSPECTIVA DOS EUA E DA CHINA	65
4.1. A Perspectiva dos Estados Unidos	65
4.2. A Perspectiva da China	73
5. CONCLUSÃO	86
6. REFERÊNCIAS	93



## 1. INTRODUÇÃO

No início dos anos 1990, seriamente abalada pela queda da URSS, pela estagnação econômica, por desastres naturais, pela fome e pela morte de seu Grande Líder, Kim Il-sung, a Coreia do Norte parecia à beira do colapso. Seu fim já era previsto, sobretudo por analistas norte-americanos, para, no máximo, o início dos anos 2000. Assim, em 1996, Dobbs-Higginson (p. 299) afirmava: “A visão geral é que não há dúvidas sobre se a Coreia do Norte irá colapsar ou não. Ela irá colapsar – ao invés disto, as questões relevantes são se ela *implodirá* ou *explodirá e quando*”.

Porém, no fim da década de 2000, tal previsão parece bastante improvável de realizar-se, ao menos no curto prazo. Conforme ressalta Visentini (2009, p. 252): “O que uma análise mais acurada mostra é que não apenas os norte-coreanos controlam solidamente o país, como agem de forma calculada nas diversas conjunturas diplomáticas. Assim, na defesa de seus interesses nacionais e políticos, são capazes de convergir com os Estados Unidos, teoricamente seu maior inimigo. Daí o estabelecimento de um diálogo permanente e até mesmo cordial, entre Washington e Pyongyang”.

De fato, tal pragmatismo tem seu principal exemplo na questão nuclear norte-coreana, a qual, apesar de ter sido originada na década de 1990, ganhou proeminência novamente a partir de outubro de 2002, quando o subsecretário norte-americano para a Ásia e o Pacífico, James Kelly, declarou que autoridades norte-coreanas teriam lhe confirmado a existência de um programa nuclear secreto de enriquecimento de urânio na Coreia do Norte. A notícia recolocou Pyongyang nas principais manchetes internacionais e, muito mais importante, na agenda securitária das principais potências mundiais, causando grande impacto internacional e levantando uma série de questões a respeito da estabilidade no nordeste asiático e da proliferação nuclear. A partir de então, as tensões desencadeadas só aumentaram, com a Coreia do Norte retirando-se do Tratado de Não-Proliferação (TNP), em janeiro de 2003, realizando testes de mísseis balísticos de longo-alcance (Taepodong-II), em julho de 2006, e por fim, dois testes nucleares, o primeiro em outubro de 2006 e o segundo em maio de 2009.

Assim, conforme ressalta o general e professor universitário chinês Xiong Guangkai (2009, p. 201), “se a questão nuclear da RDPC pode ou não ser resolvida pacificamente, através de diálogo, tem impacto direto sobre a paz e estabilidade na

Península Coreana e na região do Nordeste Asiático, bem como sobre a eficiência do mecanismo internacional de não proliferação”.

Por um lado, ao atravessar o limiar nuclear, os EUA, superpotência mundial, não tinha mais como ignorar a República Democrática Popular da Coreia (RDPC), como vinha fazendo desde a administração Clinton. Era preciso reagir à “ameaça norte-coreana” de forma a evitar a proliferação nuclear, responder aos receios de seus aliados na região - a Coreia do Sul e o Japão -, e, não menos importante, preservar os interesses norte-americanos no nordeste-asiático. Mas quais são, exatamente, estes interesses norte-americanos? Quais são os reais receios que os EUA têm a respeito da questão nuclear norte-coreana? O que os EUA têm a perder, e o que tem a ganhar, com a “ameaça norte-coreana”?

A China, por outro lado, é a grande potência em ascensão no mundo, com uma economia que apresenta altíssimas taxas de crescimento, passando a dominar o comércio internacional, e com um projeto de modernização militar em andamento. Para Beijing, parece ter sido sempre impossível ignorar a Coreia do Norte. Em primeiro lugar, obviamente, pela proximidade geográfica. A China tem uma fronteira terrestre de 1.416 km com a Coreia do Norte, marcada pelo rio Yalu, a qual é considerada bastante porosa. Além disto, a metade sul da Coreia do Norte só é separada do nordeste chinês por uma estreita faixa do Mar Amarelo. Sem contar que o nordeste da China é um dos locais de maior importância estratégica para o país, tendo em vista que é a localização de Beijing e de grande parte das manufaturas chinesas. Em segundo lugar, a China tem uma aliança histórica com a Coreia do Norte que remonta a Guerra da Coreia (1950-1953) e a bipolaridade da Guerra Fria, mas que tem se mostrado bastante instável e conturbada. Não obstante, após a queda da URSS, a China tem fornecido grande parte do auxílio econômico e energético de que a Coreia do Norte tem se utilizado para sobreviver.

Tal aliança, bem como a posição estratégica que a Coreia do Norte desempenha, ao servir como zona tampão entre a China e as forças norte-americanas estacionadas na Coreia do Sul, deixa a China em uma situação bastante delicada ao lidar com a questão nuclear norte-coreana. Afinal, como grande potência e como potência regional no leste asiático, Beijing se vê pressionada a zelar pela paz e estabilidade da região, evitando a proliferação nuclear. Mas, ao mesmo tempo, não tem tido sucesso em utilizar sua influência junto a Pyongyang para cessar os testes nucleares. Assim, emergem uma série de dúvidas também a respeito dos reais interesses chineses na questão nuclear norte-

coreana. Será que a China vê a questão nuclear como uma oportunidade de ampliar sua participação nos diálogos securitários internacionais e, logo, incrementar sua influência? A China vê a questão como uma grande ameaça ao equilíbrio de poder no nordeste asiático?

Neste sentido, o presente trabalho se propõe a analisar as perspectivas dos EUA e da China a respeito da questão nuclear norte-coreana, de forma a responder a seguinte pergunta central: As percepções dos EUA e da China com relação à questão nuclear norte-coreana convergem? Por quê? Quais são as semelhanças e diferenças em seus posicionamentos?

A hipótese central que se adota aqui, como forma preliminar de responder a tal questão, é a seguinte: Apesar de ambos os países serem contrários ao desenvolvimento de armas nucleares pela RDPC, as perspectivas dos EUA e da China não convergem com relação à questão, porque a China, neste caso, desempenha papel de ator regional – podendo ser diretamente atingida -, ao passo que os EUA se portam como superpotência, não sendo diretamente atingido pela questão. Assim, para a China é uma questão de sobrevivência do Estado, enquanto que, para os EUA, é uma questão de legitimação de seus interesses hegemônicos em uma região estratégica do globo.

O método escolhido para avaliar a hipótese apresentada consiste na análise histórica e documental, bem como na revisão bibliográfica das principais obras a respeito da questão nuclear norte-coreana. Com relação a este último ponto, todavia, há de se levar em consideração que a grande maioria da literatura é produzida por norte-americanos e, portanto, podem apresentar uma visão por vezes distorcida acerca da perspectiva chinesa ou até da história norte-coreana. Tal crítica é constantemente feita por Cumings (2004, p. 47): “A mídia americana, frequentemente (mas não sempre) impelida por membros do governo, obscurece a real natureza do conflito EUA-Coréia. A mídia tem reproduzido as histórias erradas, nos lugares errados, e nos momentos errados. Por causa deste severo viés da mídia, frequentemente induzido pelo Estado, é muito difícil identificar o que realmente está em jogo neste conflito”. Pretende-se, portanto, explorar também a literatura asiática, tentando revelar – ainda que de maneira limitada -, como os chineses e coreanos compreendem a questão, de forma a contrastar com a visão ocidental do tema.

Neste sentido, faz-se também necessário adotar uma postura mais crítica frente às teorias de relações internacionais existentes, as quais, conforme aponta Kang (2003, p. 57-58), “são indutivamente derivadas das experiências européias dos últimos quatro

séculos, durante o qual a Europa foi o lócus e gerador da guerra, da inovação e da riqueza”. Ele argumenta que arcabouços teóricos tais como o realismo de Kenneth Waltz, que defende a ligação obrigatória entre teoria das relações internacionais e grandes potências, são de problemática aplicação ao cenário asiático, o qual é movido por dinâmica própria, bastante distinta da que se tem no Ocidente. Ainda que, por vezes, a Ásia tenha sido reconhecida como fator de impacto sobre as grandes potências, o continente jamais foi o foco principal das teorias. Por isso, o autor tenta demonstrar a necessidade de buscar novas bases teóricas, que levem em consideração a emergência asiática no sistema internacional e a sua inegável importância, colocando o continente em primeiro plano, e não como instância complementar das relações internacionais.

Assim, é igualmente importante deixar claro o que se entende aqui por “hegemonia”, conceito bastante usado ao longo do trabalho e que elucida a visão de sistema internacional defendida aqui. Para tanto, adota-se a percepção de Giovanni Arrighi (1996, p. 27-28), o qual se refere à hegemonia como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. Conforme explica o autor, esta concepção do termo transcende a visão mais restrita do termo de que hegemonia limita-se ao poder de “dominação” de um Estado, pois acrescenta ao elemento coercitivo o fator do “consentimento” – o qual já havia sido previamente apontado por Maquiavel, no século XV.

A obtenção de poder político, econômico e militar, portanto, não é o único fator que define um Estado como hegemonia. Um Estado que almeja tal condição deve ser capaz também de maximizar seu poder perante seus próprios cidadãos e perante os cidadãos dos demais Estados, convencendo-os de que é do interesse de todos a sua liderança. Assim, entende-se que: “Um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante” (ARRIGHI, 1996, p. 29-30).

Neste sentido, argumenta-se que, ainda que os EUA sigam tendo um poder de “dominação” muitíssimo superior ao dos demais Estados internacionais, inclusive ao da China, a sua falha em exercer a liderança mundial, encontrando dificuldades para obter o consentimento das demais nações, tem colocado sua condição hegemônica em grande risco. De forma que muitos autores, inclusive, já apontam para a decadência norte-americana no sistema internacional, abrindo espaço ao surgimento de uma nova potência hegemônica, sendo a China a principal candidata a posição.

Não cabe aqui explorar teoricamente a ascensão ou queda das potências ou fazer previsões a respeito da estrutura do sistema internacional para os próximos anos. Todavia, é possível observar que a questão nuclear norte-coreana desponta como uma das principais situações atuais em que a capacidade de liderança dos EUA se mostra falha. De fato, a própria sobrevivência do regime de Kim Jong Il consiste em desafio ao “consentimento” que serve de base a hegemonia norte-americana. O desenvolvimento de um programa nuclear, os testes lançados em 2006 e 2009, bem como o fracasso das *Six Party Talks* e das medidas tomadas no âmbito do Conselho de Segurança da ONU só ressaltam ainda mais a fraqueza do sistema internacional implementado pelos EUA. O fato de a China envolver-se cada vez mais na questão, muitas vezes evitando o estabelecimento de pressões mais duras sobre Pyongyang, por outro lado, demonstra ainda que os EUA não são mais tão soberanos nas relações internacionais, tendo de levar em conta o poder de influência de outras potências em seus cálculos políticos.

Tudo isso ressalta a importância do objeto de estudo aqui focado. De certa forma, não deixa de ser um estudo de caso a respeito da possível decadência norte-americana, à luz da ascensão chinesa, sobretudo no leste asiático.

Cabe esclarecer, por fim, que este trabalho tenta evitar estabelecer qualquer juízo moral a respeito da questão nuclear norte-coreana, deixando de entrar no debate sobre se tal fato é “bom” ou “ruim”. Mesmo porque, para fazer este tipo de questionamento, seria necessário fazer uma reflexão maior a respeito do desenvolvimento de armas nucleares em geral, e sobre se isso contribui ou ameaça a estabilidade do sistema internacional. Além do mais, conforme preconiza Beal (2005, p. 203), a questão nuclear muitas vezes é abordada a partir de certos pressupostos “hipócritas”, pregados pela potência hegemônica: “Grande parte da discussão sobre a questão (nuclear) considera, automaticamente, que é natural que os EUA tenham armas nucleares - tão natural que tal posse não é sequer mencionada -, enquanto que, por outro lado, é considerado imoral e ameaçador que a Coreia do Norte as desenvolva”. Este trabalho pretende evitar tais “hipocrisias”.

Neste sentido, este trabalho está organizado em três sessões. O primeiro capítulo consiste em uma análise histórica geral das relações bilaterais entre os EUA e a Coreia do Norte, bem como entre a China e a Coreia do Norte, levando em consideração o contexto do sistema internacional e o complexo equilíbrio estratégico do nordeste asiático desde a Guerra da Coreia (1950-1953) até os dias atuais. O objetivo de tal análise é verificar a evolução que se deu em tais relações e o impacto que elas tiveram

sobre a construção das perspectivas chinesa e norte-americana a respeito da questão norte-coreana.

O segundo capítulo, por sua vez, busca apresentar o desenvolvimento da questão nuclear norte-coreana, desde as suas origens – ainda no fim dos anos 1950 –, até as tensões dos anos 1990 e a crise atual iniciada em 2002. Ao final, introduz também a discussão a respeito das causas e conseqüências da questão nuclear para a Coreia do Norte, a partir da revisão bibliográfica do tema. Pretende-se, com isto, explicar os acontecimentos que aqui são referidos como a “questão nuclear norte-coreana” e entender os fatos com os quais se defrontam China e EUA quando tem de moldar sua política externa para a Coreia do Norte.

E, por fim, o terceiro capítulo discorre sobre as perspectivas da China e dos EUA, frente à questão nuclear norte-coreana, através do exame dos discursos e ações de Beijing e Washington, contraposta à discussão travada no campo político e acadêmico a respeito do assunto. Esta última parte do trabalho, portanto, busca responder diretamente a pergunta central, confirmando ou descartando a hipótese apresentada.

## **2. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES EUA-RDPC E CHINA-RDPC**

### **2.1. A fundação da RDPC e a Guerra da Coreia**

Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, já começava a emergir, no cenário internacional, o clima de rivalidade entre as duas potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, que viria a caracterizar a Guerra Fria. Enquanto os EUA ascendiam como principal “vencedor” da Guerra, liderando o processo de reconstrução da Europa e passando a consolidar áreas de influência em todo o globo; a China se encontrava em plena guerra civil entre as forças conservadoras de Chiang Kai-shek, de um lado, e os revolucionários comunistas liderados por Mao ZeDong de outro.

A península coreana, que por milhares de anos havia formado uma única nação étnica e culturalmente homogênea, esteve sob o jugo colonial do Japão ao longo de quase todo o início do século XX<sup>1</sup>. Todavia, em agosto de 1945, com o Japão já

---

<sup>1</sup>A península coreana foi ocupada pelo Japão em 1905, seguindo a Guerra Russo-Japonesa, mas passou a ser formalmente colônia japonesa a partir de 1910. A principal peculiaridade do colonialismo japonês na Coreia, ainda que com severa exploração da população local, foi a criação de uma infra-estrutura moderna na península (transporte e administração), bem como uma base industrial e mineradora consideráveis (VISENTINI, 2009).

formalmente vencido e devastado pelas bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki, a península foi “libertada” e dividida pelos Aliados na altura do paralelo 38°, nos termos estabelecidos pelo Acordo de Moscou<sup>2</sup>. A metade sul ficou sob o protetorado dos EUA, enquanto que a parte norte foi posta sob a custódia da URSS. Visentini (2009, p. 240) assim descreve este processo:

A divisão da Coreia resultou da confluência da clivagem sócio-política interna com a partilha geográfica da península coreana entre os Estados Unidos e a União Soviética, na altura do paralelo 38°. A guerrilha anti-japonesa havia estabelecido comitês populares imediatamente após a rendição do Japão, mas ao sul da linha demarcatória os EUA mantiveram as unidades pró-japonesas em funções de polícia, dissolvendo os comitês, que se mantiveram apenas no norte.

Assim, até 1948, a península coreana viveu uma situação de transitoriedade, estando ocupada militarmente pelas duas superpotências. No sul, os EUA realizaram eleições, as quais foram vencidas por Syngman Rhee, político conservador apoiado pelos norte-americanos, cujo governo logo seria bastante contestado pela população<sup>3</sup>. Enquanto isto, no norte, em 1947-1948, o jovem líder comunista Kim Il-Sung, respaldado pela URSS e pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC), fundava a República Democrático-Popular da Coreia (RDPC), com a capital em Pyongyang; ao mesmo tempo em que os soviéticos se retiravam gradualmente da região. O novo Estado, oficialmente estabelecido em 9 de setembro de 1948<sup>4</sup>, nascia sob os auspícios da ideologia comunista e antiimperialista, bem como com o grande objetivo de reunificar a península coreana, “libertando” a metade sul do jugo norte-americano (SURET-CANALE & VIDAL, 1977).

Mais ou menos no mesmo período, na China, o Kuomintang de Chiang Kai-Shek perdia território, ao passo que triunfava a revolução comunista liderada por Mao ZeDong. A vitória final se deu em 1º de outubro de 1949, com a proclamação da República Popular da China e a fuga de Chiang Kai-Shek e seus seguidores para a ilha de Taipei. Neste cenário, o equilíbrio estratégico do nordeste asiático se encontrava

---

<sup>2</sup> O Acordo de Moscou resultou de uma Conferência realizada entre os Aliados em 27 de dezembro de 1945, na qual foram tratadas uma variedade de questões que ficaram pendentes durante a Segunda Guerra Mundial. No que diz respeito a Coreia, o Acordo definiu a divisão da península entre EUA e URSS na altura do paralelo 38° por um período de cinco anos, após os quais a península deveria ser desocupada pelas potências. Além disto, também se estabeleceu a criação de uma Comissão Conjunta EUA-URSS, a qual deveria orientar a formação de um governo único para a Coreia após o período estabelecido (LECKIE, 1962).

<sup>3</sup> Inicialmente houve a tentativa do estabelecimento de um governo popular desempenhada pelo líder pró-unificação Lyuh Woon-hyung, a qual fracassou completamente com seu assassinato, em 1947.

<sup>4</sup> Em 25 de agosto foram realizadas eleições na Coreia do Norte, contrapondo-se as eleições realizadas pelos EUA na Coreia do Sul. O resultado foi o triunfo de Kim Il Sung, que declarou a fundação da RDPC em 9 de setembro de 1948.

bastante tencionado. As duas principais potências da Guerra Fria, EUA e URSS, mantinham forte presença na península coreana. O Japão estava consideravelmente fragilizado devido à derrota que sofrera na Segunda Guerra Mundial e aos danos causados pelas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. A China saía de uma longa guerra civil e formava um Estado comunista - de forma que os EUA, que vinha apoiando Chiang Kai-shek, perdiam seu mais importante aliado asiático. Neste contexto, Visentini (2009, p. 241) ressalta:

Assim, o estabelecimento de dois Estados coreanos, com regimes políticos opostos e estreitamente ligados às potências líderes dos dois blocos, viria a se tornar ainda mais complicado, com a criação de um regime socialista na China. A nova configuração geopolítica da Ásia oriental estabelecia, a partir de então, uma massa continental sob controle comunista, e uma periferia oceânica insular (Japão, Taiwan e Filipinas) e peninsular (Coreia do sul e Indochina), sob domínio norte-americano.

Além disto, a “perda” da China para o campo comunista representava o fracasso da política de Contenção dos democratas norte-americanos, proposta pelo presidente Truman, excessivamente voltada para a Europa, de forma que se fazia necessário agir para evitar que o comunismo continuasse a se espalhar pela Ásia, convertendo-se em área de influência da URSS. Ao mesmo tempo, aumentavam as provocações sul-coreanas na fronteira, com o assassinato de emissários, incursões militares e discursos ameaçando invadir o Norte, de forma que Kim Il Sung, que já havia declarado sua intenção de conquistar o Sul, passou a preparar-se militarmente (VISENTINI, 2009).

Assim, em 25 de junho de 1950, quando as tropas norte-coreanas cruzaram o paralelo 38º, invadindo a Coreia do Sul, os EUA, além da necessidade imediata de defender um de seus últimos bastiões na região, viu na ofensiva norte-coreana uma boa oportunidade para recuperar o terreno perdido no Norte, tendo a URSS já se retirado da região. Imediatamente, o Conselho de Segurança da ONU, instigado pelos EUA, condenou a invasão, através da Resolução 82, de 25 de junho, e decidiu-se pelo envio de tropas à península, com a Resolução 84, de 7 de julho. As tropas da ONU eram comandadas pelos EUA, estando sob a responsabilidade do General MacArthur<sup>5</sup> (SURET-CANALE & VIDAL, 1977).

O exército norte-coreano logrou dominar quase todo o Sul, em questão de dois meses, encurralando as tropas da ONU no perímetro de Pusan. Não obstante, por volta

---

<sup>5</sup>As tropas da ONU eram majoritariamente compostas por tropas norte-americanas, ainda que contasse também com contingentes menores da França, Grã-Bretanha, África do Sul, Bélgica, Canadá, Colômbia, Etiópia, Grécia, Nova Zelândia, Austrália, Holanda, Filipinas, Tailândia e Turquia.



de setembro de 1950, os fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram em Inchon (cidade próxima a Seoul), forçando as forças norte-coreanas a recuarem a fim de evitar o cerco. A partir daí os norte-americanos e sul-coreanos passaram a avançar substancialmente, de forma que, após duas semanas, já cruzavam o paralelo 38°, violando o mandato da ONU e dando início a um grande massacre (CUMINGS, 2010).

A China, no entanto, só entrou no conflito em fins de outubro de 1950, quando MacArthur ocupou Pyongyang e aproximou-se do rio Yalu, o qual era de importância vital para os chineses, pois produzia a energia utilizada pelo principal núcleo industrial da RPC, localizado na Manchúria. Além disto, as tropas norte-americanas aproximavam-se alarmantemente da fronteira sino-coreana, passando a ameaçar diretamente a segurança do regime comunista recém estabelecido. Como afirma Oliveira (2002, p. 136):

A China retardou ao máximo, com efeito, sua entrada no conflito, decidida que estava a dar prioridade à ocupação de Taiwan<sup>6</sup>. Mas, quando as tropas de MacArthur começaram a aproximar-se ameaçadoramente da fronteira no Yalu, combatentes ‘voluntários’ chineses derramaram-se sobre a Coreia, em uma vaga que se diz haver alcançado 400 mil homens e que levou as tropas das Nações Unidas de volta ao extremo sul da península.

Assim, as tropas chinesas lograram algumas importantes vitórias e forçaram o estabelecimento de negociações. Quando estas estavam a ponto de se realizarem, contudo, MacArthur lançou uma ofensiva geral na península, levando a China a retaliar, empurrando os norte-americanos para o Sul. Desta forma, entre janeiro e junho de 1951, houve intenso combate em torno do paralelo 38°, criando certo impasse, tendo em vista que nenhum dos lados conseguia avançar. Esta situação levou ao início das conversações de paz, em julho, ainda que os combates tenham continuado, fazendo com que as negociações fossem frequentemente interrompidas e retomadas (CUMINGS, 2010).

A Guerra da Coreia, portanto, só terminou em 27 de julho de 1953, com a assinatura de um armistício, pelo qual ambas as partes – EUA, representando a ONU, de um lado, e a China e a Coreia do Norte do outro – se comprometiam a retroceder suas tropas 2 km da frente de combate, criando uma zona tampão de 4 km entre elas, a chamada Zona Desmilitarizada (*Demilitarized Zone - DMZ*) – ver Ilustração 2 (abaixo). Contudo, conforme ressalta Visentini (2009), tal armistício apenas consolidava a

---

<sup>6</sup> Em 27 de junho, apenas dois dias após a invasão norte-coreana, os EUA despachou a sua Sétima Frota para o estreito de Taiwan, de forma a proteger a República Nacional da China (Taiwan) da República Popular da China. Assim, Mao ZeDong teve de abortar seu plano de invasão a Taiwan, deixando a questão pendente (CUMINGS, 2010).

situação existente antes da guerra, não estabelecendo a paz definitiva, mas apenas um empate militar. Inclusive, a Coréia do Sul de Syngman Rhee não assinou o armistício, não estando disposta a cessar o conflito (HARRISON, 2001).

#### ILUSTRAÇÃO 1: Zona Desmilitarizada (DMZ)



Fonte: BBC, 2008

A China completou a última fase da retirada de suas tropas da península em outubro de 1958, mas ficava irremediavelmente envolvida com a península, zelando pela segurança do regime de Pyongyang como um Estado-tampão, que mantinha as forças americanas afastadas de suas fronteiras. A URSS, por sua vez, consolidava sua área de influência na Ásia e permanecia como fornecedora de ajuda econômica à Coréia do Norte, cujo apoio militar mais imediato cabia à China. Quanto aos EUA, além de manter aliança militar com a Coréia do Sul, deixando tropas a até mesmo ogivas nucleares na área desmilitarizada de fronteira, também passava a apoiar a reconstrução do Japão – ainda que sob um regime de soberania limitada.

Já a península coreana enfrentou duas conseqüências imediatas da Guerra. No Sul, ocorreu a consolidação da ditadura policial e anticomunista de Rhee<sup>7</sup>, o qual foi proclamado “Presidente Vitalício”, com apoio das tropas norte-americanas aí aquarteladas. Já no Norte, Kim Il-sung se fortaleceria no poder, produzindo uma reconstrução econômica bem mais acelerada que no Sul (VISENTINI, 2009).

Percebe-se, portanto, que os EUA envolveram-se na Guerra da Coréia, em um contexto de Guerra Fria, para conter a presença da URSS no nordeste asiático, como demandava sua pretensão de potência hegemônica. A China, pelo contrário, que ainda

<sup>7</sup> O governo autoritário de Rhee duraria até 1960, graças, em grande parte, ao apoio dos EUA.

se recuperava de uma longa guerra civil, entrou no conflito para garantir a segurança de suas próprias fronteiras e de seus interesses energético-econômicos vitais no rio Yalu. Para os EUA foi uma escolha que fazia parte de uma estratégia maior, ao passo que para a China era questão de garantir a segurança do Estado.

## **2.2. A RDPC, a China e os EUA durante a Guerra Fria**

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, enquanto Coréia do Sul permanecia um país agrário e pobre, o Norte industrializava-se rapidamente – graças ao apoio soviético e chinês - e constituía o único país asiático (além do Japão) predominantemente urbano. Como apontam Suret-Canale & Vidal (1977, p. 41):

Paradoxalmente, a transformação socialista da agricultura, dos vestígios da indústria privada e do artesanato foi facilitada pelas conseqüências da guerra (...). Em 1953, a destruição generalizada do material e do gado reduzira quase todos à mesma miséria. O desenvolvimento da cooperação agrícola, para a utilização coletiva dos meios de trabalho disponíveis e para a utilização dos meios fornecidos pelo Estado, respondia a uma necessidade e foi favoravelmente acolhida.

Ademais, logo que ascendeu ao poder, Kim Il Sung começou a promover execuções públicas e expurgações contra membros do Partido dos Trabalhadores Coreanos acusados de serem pró-japoneses, ou simplesmente aliados de outras facções. Conforme explica French (2005, p. 53): “Estes julgamentos, que continuaram ao longo dos anos 1950, enquanto Kim assegurava sua posição, incluíam acusações contra todos aqueles no partido que tinham ligações próximas com Moscou e Beijing, e mesmo contra alguns dos antigos camaradas de guerrilha de Kim”. Tais expurgações periódicas de oficiais de alto nível duraram até meados de 1977, garantindo o domínio de Kim e da 88ª Brigada - fiel aliada do líder desde a Segunda Guerra. Foi assim que, com a introdução de uma nova constituição, em 1992, Kim completou seu total domínio sobre a vida política da RDPC, controlando todas as posições de poder e sobrepondo-se aos campos político, econômico, diplomático e militar (FRENCH, 2005).

Além disto, conforme assinala Oliveira (2002, p. 137): “No Norte como no Sul, constituiu-se uma elite de dirigentes, cujo maior mérito vinha das conexões políticas construídas com o supervisor estrangeiro. No Norte, isso significava indivíduos que

falavam russo, em geral com alguma experiência militar e certo conhecimento do marxismo-leninismo na sua versão soviética”.

Assim, o regime do norte gozava de legitimidade interna e estabilidade, ao passo que o do sul era permanentemente contestado por amplos setores da população<sup>8</sup>, além de depender economicamente da ajuda externa, fundamentalmente norte-americana. Diante deste quadro, Visentini (2009, p. 245) afirma: “a propaganda de Pyongyang tinha relativa facilidade em apresentar o regime de Seoul como ‘marionete dos EUA’”.

Entretanto, tanto a Coreia do Sul como a Coreia do Norte não eram oficialmente reconhecidos pela ONU, mas apenas pelos membros dos blocos em que se inseriam, de forma que lhes era fundamental polarizar suas políticas internas em torno destes blocos, de maneira a obter legitimidade internacional e ajuda externa. Isso passou a ser bastante complexo para a Coreia do Norte, a partir de 1956, quando, por ocasião do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, a China e a URSS – seus dois principais aliados – começaram a divergir e rivalizarem-se de maneira cada vez mais explícita. Neste sentido, com relação à RDPC, Visentini (2009, p. 246) assinala: “Se a ajuda econômica da URSS era mais substancial, a postura diplomática de Moscou face ao Ocidente, desde a afirmação da Coexistência Pacífica, era percebida como uma ameaça potencial. Assim, era preciso contar mais com a China no campo estratégico, durante este período, e flanquear as divergências entre os dois aliados. Em parte, isto foi possível porque para a URSS o cenário asiático era secundário, nesta fase”.

Assim, com grande zelo diplomático, em 1960, Kim logrou negociar tratados de amizade com ambos os países, utilizando-se de relações triangulares e mantendo-se oficialmente neutro, ainda que em um precário equilíbrio entre as duas potências. Segundo French (2005), quando questionado acerca de sua posição na rixa entre Moscou e Beijing, Kim simplesmente declarava, sem se comprometer, que estava do lado do “campo socialista”. Kim percebia a importância de manter tanto a China como a URSS como aliadas, devido ao fortalecimento dos laços existentes entre os EUA e a Coreia do Sul, à nova reaproximação de Seoul com o Tóquio e ao rápido crescimento que vinha tendo a economia sul-coreana.

---

<sup>8</sup>Após um frágil interregno democrático, em 1961, foi implantado o regime autoritário de Park Chung-hee, que duraria quase duas décadas. Em nome da segurança e estabilidade da nação, Park reduziu e diluiu os poderes da Assembléia Nacional, debilitou seu próprio partido, calou a imprensa e extinguiu movimentos trabalhistas. Seu autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos tiveram seu ápice em 1965, 1972 e 1975, anos em que decretou lei marcial no país (DOBBS-HIGGINSON, 1996).

De fato, em 11 de julho de 1961, em Beijing, Zhou Enlai<sup>9</sup> e Kim Il Sung assinaram o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, o qual formalizava a aliança entre os países e previa, entre outras disposições, apoio militar mútuo em caso de ataque por uma terceira parte<sup>10</sup>. Tal tratado veio apenas cinco dias após a assinatura de tratado muito semelhante, em Moscou, entre Kim Il Sung e Nikita Khrushchev. Conforme explica Lee (1996, p. 59), dentre as razões que levaram os chineses a aceitar tal acordo estavam: (1) em janeiro de 1960, os EUA e o Japão expandiram o Tratado de Segurança e Cooperação Mútua, que solidificava a aliança dos dois países para a contenção militar do comunismo na região do Pacífico, representando clara ameaça ao regime da RPC; (2) a emergência de uma série de eventos turbulentos na Coreia do Sul, especialmente os levantes estudantil de 1960 e o golpe de Estado militar em maio de 1961, contribuía para a atmosfera de instabilidade que se formava sob a península coreana; e, ainda mais importante, (3) ampliava-se o conflito sino-soviético. Desta forma, os chineses viam tal tratado como um importante instrumento para contrabalançar não apenas a presença assertiva dos EUA na Coreia do Sul, mas também as potenciais ambições da URSS sobre a Coreia do Norte.

Conforme assinala Lee (1996, p. 60): “No contexto do conflito sino-soviético, os chineses valorizaram particularmente a importância simbólica e substantiva da Coreia do Norte e ativamente acomodaram as aspirações e pedidos norte-coreanos (...). No início dos anos 1960 os chineses bem-sucedidamente implementaram o Tratado, evitando que a Coreia do Norte caísse nas mãos de Moscou e desenvolvendo uma ideologia e perspectiva estratégica comuns com a Coreia do Norte”. Apenas no fim da década as relações entre os dois países começariam a esmorecer, tendo como pano de fundo a Revolução Cultural imposta por Mao Zedong, cujos *Red Guards* atacavam abertamente Kim Il Sung.

No concernente a URSS, por sua vez, ainda que, naquele momento, as relações fossem bastante cordiais, Kim resistiu às pressões e manteve forte independência – contradizendo os ditos ocidentais de que a Coreia do Norte não passava de mero “fantoche soviético” (FRENCH, 2005).

---

<sup>9</sup> Zhou Enlai foi o primeiro Primeiro-Ministro da República Popular da China, servindo de outubro de 1949 a janeiro de 1976, quando veio a falecer. Ele atuou como o braço direito de Mao Zedong, desempenhando importante papel, sobretudo, no campo da política externa chinesa.

<sup>10</sup> O Artigo 2 do Tratado sino-norte-coreano de 1961 dispunha: “As duas partes contratantes devem tomar todas as medidas, coletivamente, para evitar que qualquer uma das partes contratantes sejam atacadas por qualquer outro país. Se qualquer uma das partes contratantes sofrer ataque armado de qualquer outro país ou coalizão de países e, portanto, se encontre em estado de guerra, a outra parte contratante deve imediatamente prestar assistência militar ou de outros tipos com todos os meios a sua disposição”.

Foi assim que, na década de 60, em meio às divergências ideológicas entre a URSS e a China, Kim Sung Il criou a filosofia política chamada *Zuche* (ou *Juche*), a qual enfatizava autoconfiança, independência, nacionalismo e a idéia de “contar com as próprias forças”. A respeito de tal ideologia, Visentini (2009, p. 246) comenta:

Kim Il-sung foi suficientemente hábil para criar um espaço de independência entre Moscou e Beijing, sem tomar partido na disputa, alterando a ênfase de sua aliança em cada conjuntura, e garantindo a maior autonomia possível, o que implicava num regime largamente fechado ao exterior (inclusive em relação aos aliados) e internamente, criando-se espaço para o culto à personalidade e ao clã familiar.

French (2005) ressalta, neste sentido, que a *Zuche* incluía também um forte culto personalista centrado na figura de Kim Il-sung, o qual exagerava e criava mitos a respeito de seu nascimento e de suas proezas militares, primeiro como líder da guerrilha de libertação contra o colonialismo japonês, e depois, em meio à Guerra da Coréia, como comandante das forças do Norte. O principal motivo para tal exaltação personalista seria garantir o domínio total do poder, derrotando completamente às demais facções então existentes<sup>11</sup>.

Já o EUA, apesar da contínua presença militar norte-americana na Coréia do Sul, fez poucas intervenções diretas na península coreana após o impasse que se seguiu à Guerra da Coréia. Com o envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã, na crise dos mísseis em Cuba e em outras ações de contenção do comunismo pelo mundo, conforme ressaltava Oberdorfer (1997, p. 7): “O destino da Coréia era frequentemente um preocupação secundária, subordinada às exigências mais imediatas e imperatórias de potências maiores, e não um objeto inteiramente considerado por si só”.

Contudo, ainda que de forma não intencional, as ações dos EUA afetaram bastante a península coreana. Os EUA aproximaram-se crescentemente da Coréia do Sul e do Japão, especialmente após 1964, quando Beijing realizou o seu primeiro teste nuclear bem-sucedido<sup>12</sup>, levando a Coréia do Norte a estreitar ainda mais os laços com a URSS e com a China. Além disto, algumas tensões secundárias emergiram na região, em 1968, quando os norte-coreanos apreenderam o navio *USS Pueblo* e o presidente

---

<sup>11</sup> “De um ponto de vista confuciano, o conceito de um líder todo poderoso com um Mandato do Céu era legítimo. (...) As primeiras décadas de existência da RDPC viram crescer o culto à personalidade de Kim Il-sung, primeiro para assegurar o poder, depois para motivar a população, e finalmente, para dominar o país. O culto já estava então efetivamente consagrado no *Juche*” (FRENCH, 2005, p. 49).

<sup>12</sup> O teste nuclear chinês detonado em 16 de outubro de 1964 – também chamado de 596 - demonstrava claro desafio ao Tratado de Interdição Parcial de Testes Nucleares, assinado em julho de 1963, por EUA, Grã-Bretanha e URSS, o qual proibia todas as detonações de teste de armas nucleares, exceto as subterrâneas. O teste rendeu 22 kt e tornou a China uma potência nuclear, coroando um programa nuclear que vinha sendo desenvolvido desde a década de 1950 (LEE, 1996).

sul-coreano, Park Chung-hee, sofreu uma tentativa de assassinato. Logo em seguida a estes eventos, a Coreia do Norte interceptou o avião de espionagem norte-americano *EC-121*, o qual sobrevoava o país (FRENCH, 2005).

O mal-estar criado pela Revolução Cultural chinesa, por sua vez, se dissiparia já em abril de 1970, quando Zhou Enlai visitou Pyongyang com a finalidade de estreitar a cooperação militar. Tal ânsia chinesa por realimentar a aliança com a RDPC era fundamentada, segundo Lee (1996), em duas preocupações chinesas: (1) a instabilidade que se perpetuava na península coreana, sobretudo com os episódios envolvendo a captura do *USS Pueblo* e a destruição do avião EC-121 pelos norte-coreanos, em 1968 e 1969; e (2) o comunicado conjunto emitido por Nixon e pelo Primeiro Ministro japonês, Sato Eisaku, em novembro de 1969, pelo qual o Japão considerava a Coreia do Sul e Taiwan como países essenciais para a sua própria segurança e declarava que iria se utilizar da cooperação militar para ir em defesa de qualquer um destes territórios em caso de ataques armados na região. Assim, a visita de Zhou à RDPC rendeu um comunicado conjunto em resposta ao comunicado nipo-americano que reafirmava a aliança militar sino-norte-coreana e denunciava o imperialismo dos EUA, bem como o clientelismo sul-coreano.

A década de 1970, não obstante, testemunhou uma série de mudanças nas relações internacionais, e especialmente no cenário do Leste Asiático, que influíram fortemente sobre a política externa da Coreia do Norte. Dentre tais mudanças, a que mais se destaca é a nova posição que a China passou a ter no sistema internacional, tendo restabelecido o diálogo com os EUA – no âmbito da “diplomacia do ping-pong” voltada contra a URSS -, e reatando relações diplomáticas com o Japão (em 1972), passando a integrar o Conselho de Segurança da ONU no lugar de Taiwan (em 1972), e reformando sua economia a partir das “Quatro Modernizações”, que se iniciaram em 1978. A nova política externa chinesa foi fortemente ressentida pelos norte-coreanos, enfraquecendo os laços de solidariedade entre as nações (VISENTINI, 2009).

Conforme analisa Lee (1996, p. 65):

“Apesar da promessa incondicional de Zhou Enlai de travar ‘luta intransigente e resoluto’ contra o imperialismo dos EUA e contra o militarismo japonês, os chineses estavam prontos para dar as boas vindas e corresponder à abertura pacífica de Richard Nixon. Após seus conflitos fronteiriços de larga escala com a URSS<sup>13</sup>, em 1969, eles estavam profundamente cientes da superioridade tecnológica e estratégica das forças

---

<sup>13</sup> Ao longo de 1969, a China entrou em confrontações militares com a Rússia acerca da posse das Ilhas Zhenbao (ou Damansky), no Rio Ussuri, e por algumas partes da província chinesa de Xinjiang, no noroeste do país.

soviéticas estacionadas na Sibéria e na Mongólia. Os chineses sentiram que qualquer cooperação com os EUA os ajudaria em seu dilema de segurança com a URSS. Como Nixon, eles praticavam a política clássica de contrabalançar uma potência contra a outra”.

Adicionadas a este progressivo relacionamento triangular estratégico com EUA e URSS estavam os demais objetivos políticos da China: melhorar seu status diplomático após a desastrosa Revolução Cultural, conter o militarismo e o rearmamento japonês, incrementar o comércio com os EUA, enfraquecer as capacidades diplomáticas e militares de Taiwan e mitigar as tensões na península coreana.

Conforme descreve French (2005), o diálogo firmado por Nixon com Mao, quando este visitou a China, em fevereiro de 1972, e a aceitação de Beijing em servir de baluarte contra os avanços soviéticos na Ásia (diplomacia ping-pong) tiveram duas ramificações para a Coreia do Norte. Em primeiro lugar, Kim Il-sung viu a atitude de Beijing como uma clara traição a luta comum travada contra o imperialismo norte-americano e passou a ver a China com desconfiança. Em segundo lugar, devido à possibilidade de China não apoiar a RDPC em caso de agressão norte-americana, fazia-se imperioso buscar certa aproximação com a Coreia do Sul.

Neste sentido, em 1972, estabeleceram-se conversações de alto nível entre Seoul e Pyongyang, que conduziram a uma relativa *détente* intercoreana, ainda que, simultaneamente, os dois líderes buscassem estreitar o controle de cada regime sobre seus respectivos países, como forma de evitar transformações indesejáveis, estimuladas desde fora (VISENTINI, 2009). Em resposta a tais mudanças de postura da RDPC, ainda em 1972, a China lançou um novo pacote de auxílio econômico e militar para o país vizinho (FRENCH, 2005). Como assinala Lee (1996, p. 67-68):

Os chineses acolhiam o diálogo entre Pyongyang e Seoul (...). Ainda que reiterando seu comprometimento para com a defesa norte-coreana e expressando preocupação acerca da modernização militar sul-coreana, os chineses esperavam que o Comunicado Inter-Coreano serviria como quadro para a institucionalização da cooperação pacífica e da estabilidade militar na Península Coreana. Eles estavam receosos de que uma escalada das tensões na Coreia poderia perturbar o frágil novo relacionamento chinês com os EUA e com o Japão, ou que a URSS poderia tirar vantagem da situação instável para avançar com seus interesses estratégicos de longa-data na Coreia.

Além disto, a China passa por grandes transformações políticas e econômicas, a partir de 1976, com a morte de Mao ZeDong e de Zhou EnLai – os principais líderes do país – e a ascensão e queda da “gangue dos quatro”, liderada pela esposa de Mao, Jiang Qing. Quando a ordem política é restaurada e Deng XiaoPing se firma no governo,



passa a prevalecer na China uma visão mais moderada de política externa, a qual prioriza a estabilidade regional de forma a impulsionar o desenvolvimento econômico interno. É neste contexto que, em 1978, é implementado o Programa das Quatro Modernizações<sup>14</sup>, visando alavancar a economia chinesa, ao mesmo tempo em que era assinado o Tratado de Paz e Amizade com o Japão e eram oficialmente restabelecidas as relações diplomáticas com os EUA. Frente a tudo isso, não era do interesse chinês envolver-se em qualquer confronto na Coreia, de forma que a China continuou a pressionar o Norte para entender-se com o Sul (LEE, 1996).

Além do mais, desde o início dos anos 1970, estimulada pela industrialização japonesa e pela “revoada dos gansos”, a Coreia do Sul começou a adotar seu ousado projeto de industrialização - a *Yushin*, “Reforma Revitalizadora” –, e passou a promover a capacitação tecnológica, fortemente coordenada pelo Estado, com vistas a incrementar o poder nacional. Tal processo, por sua vez, levou a uma verdadeira arrancada sul-coreana, com a constituição dos conglomerados empresariais conhecidos como *Chaebol*, ao passo que a Coreia do Norte começava a mostrar os primeiros sinais de debilidade econômica (VISENTINI, 2009).

Já os EUA, por sua vez, ao perder a Guerra do Vietnã, em 1975, e a aliar-se com a China para conter a presença soviética na Ásia, diminuiu consideravelmente sua presença na região. Assim, no início dos anos 1970, Nixon passou a promover a retirada parcial de suas tropas da península. De fato, sob fortes protestos por parte da Coreia do Sul, já em 1971, a Sétima Divisão de Infantaria dos EUA, contando com 20 mil homens, retirou-se da região; ao passo que o Programa de Assistência Militar dos EUA cortou totalmente a verba destinada à Coreia do Sul, em 1978, que chegou a ser de 300 milhões de dólares em 1974 (FRENCH, 2005).

Em 1976, enquanto, nos EUA, Carter disputava as eleições contra Ford – propondo, entre outras coisas, a retirada total das tropas norte-americanas da Coreia –, novas tensões emergiram na península, quando dois soldados norte-americanos foram assassinados a machadadas na DMZ por soldados norte-coreanos, após uma confrontação entre as duas tropas acerca da iniciativa norte-americana de cortar uma árvore popular na Área de Segurança Conjunta (ASC) - a qual, supostamente, estaria prejudicando a vigilância norte-americana. Kissinger respondeu aumentando o status do alerta de guerra e ordenando que bombardeiros B-52 sobrevoassem a DMZ, em clara

---

<sup>14</sup> As “Quatro Modernizações” referem-se a indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas.

demonstração de forças. Kim Il Sung, receoso das consequências que poderiam ter o incidente, exigiu uma reunião imediata entre os dois países, na qual afirmou que os assassinatos haviam sido um infortúnio e concordou finalmente com a proposta norte-americana para que a ASC fosse formalmente dividida, de forma a evitar confrontos no local (LILLEY, 1997).

Carter, após o triunfo nas eleições, tentou cumprir a promessa de promover uma retirada gradual, mas total, de suas tropas da Coreia do Sul. Tal ação, contudo, se mostrou bastante inviável, por molestar os interesses dos dois principais aliados asiáticos dos EUA: o Japão e a própria Coreia do Sul. Como destaca French (2005, p. 190): “Ao que parece, um dos únicos apoiadores da promessa de Carter para a retirada das tropas era Kim, que havia reduzido sua retórica anti-EUA desde que Carter tinha assumido o governo. Quando Carter começou a voltar atrás, Kim foi rápido em apontar que ele estava abandonando as promessas de campanha”.

De fato, as tensões começaram a escalonar uma vez mais na península a partir de 1978, quando exercícios militares conjuntos dos EUA e da Coreia do Sul em larga-escala (envolvendo 200 mil tropas), conhecidos como *Team Spirit*, passaram a ser realizados em áreas próximas à RDPC. A situação alarmava ainda mais Pyongyang, que já se sentia bastante vulnerável após a assinatura do Tratado de Amizade Sino-Japonês – que havia ocorrido naquele mesmo ano. Por fim, em 1979, ao descobrir túneis de infiltração construídos pelos norte-coreanos na DMZ, o governo Carter congelou seu programa de retirada das tropas norte-americanas da península, adicionando às tensões já existentes (FRENCH, 2005).

A partir dos anos 1980, inverte-se drasticamente a situação econômica da península coreana. A Coreia do Sul aprofundava seu desenvolvimento econômico e sua inserção asiática - particularmente em direção à China e aos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) -, com uma ativa política de investimentos, comércio e realocação de indústrias. Entretanto, ao mesmo tempo em que a sociedade sul-coreana passava por este processo de modernização e urbanização, acompanhado pela melhoria do nível de vida - ainda que sob um regime autoritário -, a Coreia do Norte sofria forte desaceleração econômica, devido à crise e estagnação soviética, e às reformas econômicas chinesas, que acabaram por aproximar Beijing de antigos “rivais”, levando a divergências com Pyongyang (VISENTINI, 2009).

Não obstante, conforme aponta Lee (1996, p. 70), na primeira metade da década, o regime de Kim Il Sung ainda tinha muito a ganhar com a rivalidade e competição ainda existente entre a China e a URSS:

No início dos anos 1980, os chineses competiam vigorosamente com a URSS para cortejar Pyongyang por meio de garantias de segurança, patrocínio diplomático, e assistência econômica (...). Os chineses não podiam se dar ao luxo de perder a Coréia do Norte como aliada militar ou de vê-la apoiar a estratégia soviética na região do Pacífico: se a Coréia do Norte permitisse que a URSS aquartelasse divisões na península ou utilizasse Najin ou Nampo como bases navais, a segurança da China estaria ameaçada. Como havia sido durante a Guerra da Coréia, os chineses acreditavam que qualquer força militar estrangeira na Coréia do Norte ameaçaria seus interesses na região Nordeste e no Mar Amarelo. Dado a deterioração das relações da China com outros países socialistas, tais como Vietnã, Cuba, Mongólia e Albânia, a importância relativa da Coréia do Norte ampliou-se.

Lee (1996) acrescenta, porém, que isto não quer dizer que não houvesse sérias divergências políticas entre Beijing e Pyongyang acerca de uma série de questões cruciais para ambos os Estados. Destacam-se duas questões em específico que vinham interferindo substancialmente na aliança: a reunificação da península coreana e as relações com os EUA e o Japão. A reunificação coreana era altamente prioritária e urgente para Kim Il Sung – o qual via a meta cada vez mais distante à medida que Seul se desenvolvia -, mas não o era para Beijing, que preferia garantir a paz e estabilidade na península, de forma que esta não interferisse em seu próprio desenvolvimento econômico.

Os chineses não desejavam ver outra Guerra da Coréia, pois, condicionados por suas obrigações explícitas em tratado lhes seriam difícil não oferecer ao menos assistência indireta. Tal envolvimento poderia debilitar seus programas de modernização econômica e tencionar seus laços de cooperação com os EUA e com o Japão. Se, no entanto, eles decidissem não apoiar a Coréia do Norte, a URSS poderia colher uma distinta vantagem na Coréia do Norte, às custas da China (...) Durante os anos 1980, portanto, o objetivo imediato da política chinesa na Coréia era reduzir as tensões e fomentar o diálogo, ao invés da confrontação entre as partes (LEE, p. 78-79).

Neste sentido, sempre que possível as autoridades chinesas reafirmavam aos EUA e ao Japão que Kim Il Sung não possuía nem intenção nem capacidade para atacar a Coréia do Sul, bem como que a China não apoiaria uma invasão norte-coreana ao Sul. Daí a segunda questão, isto é, a China vinha desde os anos 1970 aproximando-se dos EUA e do Japão, de forma a contrabalançar a influência e poderio soviéticos na Ásia. Ademais, tal aproximação com estes países, e inclusive um início de interação com a Coréia do Sul no plano econômico, era importante para os programas de modernização que Deng XiaoPing vinha implementando na China. Como afirma Lee (1996, p. 80):

“Os chineses estavam preparados para adquirir armamentos militares e plantas de energia nuclear dos EUA e para apoiarem-se na tecnologia e capital dos americanos e japoneses para seu programa das quatro modernizações”. A RDPC, contudo, continuava vendo os EUA e o Japão como principais inimigos da nação e ameaças ao regime. Estas questões irão afetar o relacionamento chinês até o fim da guerra fria e, em menor medida, mesmo após o seu término.

Enquanto isto, nos EUA, Reagen, empossado em 1981, estava mais disposto a apoiar o regime autoritário sul-coreano de Chun<sup>15</sup> do que seu predecessor (Carter), e logo incrementou o comprometimento militar dos EUA com a península. O novo presidente, além de não cogitar a retirada das tropas norte-americanas, ainda ampliou a presença militar para 43 mil homens e concordou com a venda de aviões de guerra F-16 para a Coreia do Sul<sup>16</sup>, transação que havia sido bloqueada por Carter. Os objetivos de Reagen eram conquistar o apoio das lideranças militares dos EUA, vender armamentos e posicionar Washington contra Pyongyang, como parte de uma estratégia maior para combater o comunismo e a URSS (FRENCH, 2005).

A Coreia do Norte, por sua vez, que via com receio a postura externa do novo presidente, voltou a chamar a atenção internacional, em setembro de 1983, derrubando o voo 007 da *Korean Airlines (KAL 007)*, com a ajuda de soviéticos. O incidente com o *KAL 007*, por sua vez, foi seguido, em outubro, por um bombardeio em *Rangoon* que matou quatro oficiais sul-coreanos – dois conselheiros presidenciais e o embaixador de Burma. O presidente Chun, objeto pretendido do ataque, salvou-se apenas por estar atrasado. Tais episódios levaram ao aumento da presença militar norte-americana na Coreia, com o envio de reforços adicionais ao longo da DMZ (HARRISON, 2002).

Além disto, a política interna norte-coreana também passava por importantes transformações nesta época. Apesar de reeleito presidente da Coreia do Norte, em 1982, pela 7ª Assembléia Suprema do Povo, Kim Il-sung já contava cerca de 70 anos e, devido a problemas de saúde, entrou em uma espécie de semi-aposentadoria, transferindo cada vez mais suas tarefas de governo para o filho, Kim Jong Il. Na verdade, já em 1980 Kim Sung-il decretou oficialmente que seu filho o sucederia como líder da nação, promovendo-o na hierarquia do Politburo do PTC (FRENCH, 2005).

---

<sup>15</sup> Chun sucedeu Park no governo da Coreia do Sul através de um golpe de Estado, iniciando um novo governo ditatorial.

<sup>16</sup> Logo depois que Reagen liberou a venda dos F-16 para Seoul, Moscou resolveu retomar os carregamentos de armamentos para a RDPC.

A situação norte-coreana se agravou ainda mais, na segunda metade dos anos 80, com a reconciliação sino-soviética – que diminuía consideravelmente a margem de manobra norte-coreana –, e com o aprofundamento da crise soviética e as consequentes reformas (*Perestroika*), que introduziram o comércio baseado em preços internacionais e moedas conversíveis. Para culminar, Gorbachov normalizou as relações com o Ocidente, passando a convergir com os EUA, e inclusive passou a reconhecer a Coreia do Sul, em 1990 – o que foi considerado pela Coreia do Norte como uma grande traição (VISENTINI, 2009).

Já a China, de fato, em meio às mudanças estruturais na economia, promovidas por Deng Xiaoping, e com um corolário de política externa que pregava, acima de tudo, a paz e o desenvolvimento socioeconômico, além de reatar as relações com a URSS, passou a aproximar-se cada vez mais dos países ocidentais - promovendo tanto a abertura econômica como política. Visentini (2009, p. 251) ressalta, contudo, que isto não significou rompimento da cooperação político-militar sino-norte-coreana.

Quando o governo chinês reprimiu a manifestação de Tiananmen, não apenas a Coreia do Norte, em nome da conservação do sistema socialista, apoiou Beijing, como a Coreia do Sul evitou tomar posição ao lado do Ocidente, sendo dos primeiros países a retomar a cooperação econômica com a China. Assim, a China obteve na península coreana o melhor dos cenários (...). Com Pyongyang, Beijing estreitava os laços político-militares, pois o socialismo não poderia sofrer outra derrota, que afetaria o equilíbrio interno da China, privando-a, simultaneamente, de um importante ponto de apoio para sua defesa.

Ainda assim, sentindo o enfraquecimento de suas alianças com Beijing e Moscou, e no intuito de compensá-las, a RDPC passou a enfatizar sua natureza não alinhada e independente, ampliando sua participação em Bandung e procurando aliados no Terceiro Mundo.

As tensões na península, não obstante, foram novamente suavizadas a partir de 1988, quando Roh Tae-woo assumiu o governo na Coreia do Sul e adotou uma política de engajamento – ao invés de hostilidade – para com a RDPC, a chamada *Nordpolitik*. Neste contexto, Reagen flexibilizou sua postura perante o Norte e, em uma visita a Seoul em outubro, aprovou publicamente a *Nordpolitik* - ao que se seguiu a realização de trinta e quatro encontros entre oficiais dos EUA e da RDPC entre 1988 e 1993. Assim, os EUA passaram a considerar menos provável a irrupção de uma nova guerra na península, de forma que, quando George Bush tomou posse, em 1989, a Coreia já não era mais prioridade na agenda de segurança do país (FRENCH, 2005).

De fato, nesta época, analistas do Departamento de Estado e da CIA já inclusive previam que, por meados dos anos 1990, a Coreia do Sul estaria mais avançada militarmente que o Norte, sendo capaz de vencer qualquer ataque da RDPC, mesmo sem auxílio norte-americano em larga escala. E, neste contexto, em fevereiro de 1990, o secretário de defesa norte-americano, Dick Cheney, anunciou a retirada de 5 mil homens da Coreia do Sul, pressionando o país a arcar com uma maior parte das despesas de defesa da península. O foco dos EUA para a península coreana, já em 1991, passou a ser a estratégia *carrot and stick*, a qual fomentava o engajamento e o auxílio dos EUA em troca da redução do programa nuclear norte-coreano – em meio à pressão internacional dos EUA anti-proliferação nuclear<sup>17</sup> (FRENCH, 2005).

### **2.3. A RDPC, a China e os EUA nos anos 1990 e 2000**

Os anos 1990 se iniciam com uma grande revira-volta nas relações internacionais, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o derradeiro colapso da União Soviética, em 1991, pondo fim à ordem bipolar da Guerra Fria e marcando a vitória do campo capitalista sob o comunista. Os EUA, portanto, venciam a batalha pela hegemonia mundial e iniciavam a década como líder incontestável do sistema internacional, com um poderio econômico e militar sem páreos. A China, por sua vez, acelerava o processo de modernização econômica, já registrando altos níveis de crescimento, e buscava aproximar-se de seus vizinhos, tanto na Ásia Central como no Leste Asiático, mirando impor-se como hegemonia regional.

Não obstante, a ascensão econômica da China, possibilitando o incremento e modernização de seu potencial militar e, conseqüentemente, ampliando sua autonomia político-diplomática, passaram a preocupar particularmente os EUA. Neste sentido, Kim (2001, p. 373) assinala: “Uma vez encerrada a simplicidade do conflito bipolar das superpotências, emergiram vários padrões triangulares de uma diversidade de dimensões e tamanhos – por exemplo, um triângulo China-Coreia-EUA, no qual uma Península Coreana geoestrategicamente pivotal se tornou um campo de batalha geoestratégico e geoeconômico para a rivalidade sino-americana”.

A Coreia do Norte, já nos primeiros anos da década de 1990, sofreu uma série de golpes que debilitaram consideravelmente o regime e seu poder de barganha

---

<sup>17</sup> Também em 1991, graças ao aumento das pressões do lobby anti-nuclear domesticamente, os EUA removeram todas as suas ogivas nucleares que estavam fixadas na Coreia do Sul.

internacional. Em primeiro lugar, o fim da Guerra Fria e a queda da URSS – importante aliada de Pyongyang -, foram fortemente sentidos tanto no âmbito interno, como no âmbito da estratégia externa de que se utilizava o país. Em segundo lugar, e ainda mais derradeiro, a morte de Kim Il Sung, líder supremo da RDPC, estremeceu o país, ameaçando a estabilidade do regime. E, como se não fosse suficiente, o país sofreu ainda com duas enchentes devastadoras, em 1995 e 1996, às quais foram seguidas por um verão de forte seca, em 1997. Tais calamidades, aliadas aos problemas econômicos, por sua vez, resultaram em uma terrível fome que, estima-se, tirou a vida de cerca de 2 milhões de pessoas – aproximadamente 10% da população norte-coreana à época.

O colapso do bloco soviético foi, de fato, catastrófico para a Coreia do Norte, tanto em termos políticos como econômicos. A Rússia reduziu drasticamente sua presença na Ásia, estabelecendo apenas relações distantes com Pyongyang - que perdeu quase toda a ajuda econômica, mergulhando numa séria crise. Por outro lado, a cooperação com a China mostrava-se insuficiente, e as reformas de mercado que esta tentava impor eram encaradas como uma ameaça (LEE, 1996).

Ademais, por um lado, a convergência da URSS com o Ocidente, acabando com a bipolaridade característica da Guerra Fria, e o triunfo final do capitalismo geraram uma grave crise do socialismo como sistema político. Por outro lado, as consequências para a balança comercial da Coreia do Norte foram nefastas, tendo em vista que, previamente, bens norte-coreanos eram exportados a taxas favoráveis em troca de petróleo, carvão de coque e outros importados essenciais (CUMINGS, 1998).

Contando com o fluxo constante de petróleo bruto chinês a baixo custo, Pyongyang havia se tornado economicamente dependente do petróleo – ainda que o país possuísse depósitos abundantes de carvão. Assim, quando, em 1990, Beijing e Moscou começaram a exigir pagamento a taxas comerciais e em dinheiro, as importações norte-coreanas de petróleo despencaram em 85%, imobilizando grande parte da indústria do país, e especialmente as fábricas de fertilizante - o que levou a considerável redução da produção agrícola e que, por sua vez, contribuiu para a eclosão de grave crise alimentar no país. Foi a partir daí que o país passou a ter sérios déficits energéticos e a investir mais a sério em novas formas de geração de energia alternativas ao petróleo, tal como a energia nuclear (HARRISON, 2003).

A respeito da política interna, em 1997, após ter esperado o período tradicional de luto de três anos após a morte do pai – bem utilizado para consolidar seu poder, assegurando o controle do estamento militar -, Kim Jong Il se tornou, oficialmente, o

líder máximo do país, ao ser empossado como Secretário Geral do PTC. Desde então, Kim Jong Il tem governado a Coreia do Norte como Comandante em Chefe do Exército Popular da Coreia (EPC)<sup>18</sup> e mantido o regime. Durante seu governo, o status das Forças Armadas foi elevado, passando a ocupar o centro do sistema político norte-coreano e influenciando amplamente todos os setores da sociedade. Além disto, neste período, a Coreia do Norte não teve nem Secretário Geral do Partido nem Presidente, as funções e cargos do governo e do partido foram anormais, e até mesmo os procedimentos legais mínimos foram ignorados (CHOI, 1999).

Cumings (1998, p. 67-68), ressaltando a capacidade de sobrevivência do regime, assim explica a organização interna da RDPC nos anos 1990:

No sistema administrativo da Coreia do Norte, linhagens burocráticas e hierarquias frequentemente existem como reinos independentes, e tem dificuldades para se comunicarem umas com as outras. (...) A relativa autonomia burocrática, a prática de auto-suficiência provincial, um vasto aparato partidário organizando de baixo para cima cerca de um terço da população adulta, a posição privilegiada dos militares – obtendo, no mínimo, 25% do orçamento anual -, a morte do único líder que o país já teve, intenso conflito entre gerações, e o acúmulo da crise gerada externamente, têm resultado em um tipo de imobilismo nos anos 1990. (...) Ainda assim, apesar de todas as dificuldades dos anos 1990, há poucos sinais de que qualquer uma destas dificuldades tenha ameaçado a estabilidade da liderança.

Além disto, conforme explica Oliveira (2002), tendo como pano de fundo as reformas econômicas modernizadoras lançadas por Deng Xiao Ping, a China passou a aproximar-se crescentemente da Coreia do Sul - ainda que de maneira muito mais lenta e discreta do que fizera a URSS, tendo em vista as relações muito estreitas de Pequim com Pyongyang e também os possíveis reflexos sobre o problema de Taiwan. Assim, em 1991, Beijing fez saber a Pyongyang que não mais vetaria o ingresso da Coreia do Sul na ONU. E, em 1992, finalmente, a China estabeleceu relações com a Coreia do Sul - passando de uma política de “uma Coreia” para uma política de “duas Coreias”.

Tal aproximação com a Coreia do Sul, contudo, implicou diretamente um esfriamento da aliança com a Coreia do Norte, que não via com bons olhos a política externa de Beijing e até considerava-a como uma traição. De qualquer forma, desde então a China começou a pressionar a RDPC, não só no sentido da promoção de reformas econômicas, mas também no sentido de buscar alguma forma de concertação com os EUA, Japão e Coreia do Sul, de forma a evitar o isolamento e o colapso do regime. A partir de então foram iniciadas conversações de alto nível entre as duas

---

<sup>18</sup>Em inglês: *Korea People's Army (KPA)*



Coréias, culminando no ingresso conjunto das duas Coréias na ONU, em 1991, e na Declaração Conjunta sobre a Desnuclearização da Península Coreana entre os dois países, no mesmo ano (VISENTINI, 2009).

Esta nova atitude chinesa perante a Coréia do Sul, conforme explica Kim (2001), era resultado de três ponderações centrais: (1) a península coreana era vista como um elemento significativo do ambiente securitário chinês; (2) a Coréia do Sul era vista como um modelo apropriado para a estratégia chinesa de desenvolvimento orientada pelo Estado, bem como uma fonte de apoio a guinada de modernização da China, tendo em vista que, crescentemente, Seoul era vista como um parceiro em potencial para conter as pressões econômicas norte-americanas e a hegemonia econômica do Japão no leste asiático; e (3) a China queria uma Coréia – dividida ou unida – que não desafiasse a legitimidade da RPC como um Estado socialista e como um império multinacional.

Kim (2001, p. 375) também ressalta que a própria reconfiguração da ordem internacional que resultou da queda da URSS impactou profundamente a posição chinesa a respeito da península coreana.

A política externa de Gorbachev foi o principal fator na reformulação do contexto estratégico chinês para as duas Coréias de, pelo menos, três maneiras diferentes, mas inter-relacionadas: por finalizar a bipolaridade da Guerra Fria, por efetuar a renormalização das relações sino-soviéticas, e por estabelecer a normalização das relações soviético-sul-coreanas (...). Quando o conflito sino-soviético foi encerrado, também se encerrou a competição sino-soviética na Coréia do Norte. O rápido progresso e melhora nas relações Moscou-Seoul, acompanhado de uma igualmente rápida descompressão das relações Moscou-Pyongyang, retirou o motivo da longa rivalidade sino-soviética sobre a Coréia do Norte.

Ademais, esta nova postura de Beijing perante a península coreana se inseria dentro de um objetivo maior da política externa chinesa de liderar a formação de uma nova ordem leste-asiática, substituindo aquela da Guerra Fria, em que a região era dominada pelas disputas de poder das grandes potências. Neste sentido, a política externa chinesa, a partir dos anos 1990, passou a focar-se muito mais na Ásia. Enquanto era necessário manter um bom relacionamento com a RDPC, que servia de zona-tampão entre a China e as tropas norte-americanas estacionadas na Coréia do Sul, também se fazia indispensável à Beijing estabelecer laços com Seoul (KIM, 2001).

Além da aproximação sino-sul-coreana, a principal mudança nas relações China-Coréia do Norte, na década de 1990, se deu na esfera de cooperação econômica, no âmbito da qual a China passaria a pressionar pelo estabelecimento de reformas. A Coréia do Norte, por sua vez, cujo regime já se encontrava bastante vulnerável, não

desejava implementar tais reformas, mesmo tendo consciência da debilidade criada pela queda da URSS em sua balança comercial. A questão, porém, era bastante complicada, tendo em vista que, já em 1991 – com a decisão soviética de cessar o comércio subsidiado com a RDPC –, a China havia ultrapassado a URSS como principal parceiro comercial da Coreia do Norte, representando 25% do comércio externo do país, e chegando a cerca de 30% de 1992 a 1996 (CUMINGS, 1998).

De fato, conforme explica Kim (2001), a Coreia do Norte se tornava cada vez mais um fardo para Beijing, que tentava minimizar os custos financeiros de seu auxílio, ao mesmo tempo em que tinha que continuar provendo tal auxílio de forma a evitar uma instabilidade maior na península, evitando os perigos de um possível colapso do regime. Assim, ainda que, em 1993, a China tenha passado a exigir pagamentos em dinheiro pelos recursos energéticos que exportava à RDPC; em 1996 e 1997, o governo chinês forneceu ao país vizinho cerca de 59 milhões de dólares em ajuda material e 20 milhões de dólares em empréstimos sem juros por um período de dez anos, além de prover 500 mil toneladas de grãos e 1.3 milhões de toneladas de petróleo, a cada ano, de 1996 a 2000. Neste período, percebe-se, portanto, que a China passou a prover ainda mais auxílio à Coreia do Norte, envolvendo-se cada vez mais e desempenhando um papel cada vez mais ativo na sobrevivência do regime norte-coreano.

Ademais, a partir de 1997, verificou-se uma substancial melhora no relacionamento entre as duas Coreias, com a chegada ao poder, na Coreia do Sul, de Kim Dae Jung. Quando empossado, o líder sul-coreano jurou perseguir ativamente a reconciliação e cooperação com a Coreia do Norte, através da *Sunshine Policy*<sup>19</sup>, e declarou seu apoio às tentativas de Pyongyang de melhorar suas relações com Washington e com Tóquio<sup>20</sup> (CUMINGS, 1998).

Foi neste contexto que, em junho 2000, foi realizada, em Pyongyang, a Primeira Cúpula Intercoreana, que contava com a presença tanto do líder da RDPC, Kim Jong Il,

---

<sup>19</sup> Harrison (2001) ressalta que um dos principais propósitos da *Sunshine Policy* era o de mitigar os problemas econômicos do Norte através da cooperação com o Sul - de forma que, quando da reunificação se evitaria um fluxo massivo de refugiados norte-coreanos indo em direção a Seoul em busca de sobrevivência. Neste sentido, o argumento de Kim Dae Jung é que, com o tempo, os laços econômicos entre o Norte e o Sul iriam suavizar os antagonismos políticos e militares, acelerando a reforma econômica no Norte e conduzindo a reunificação pacífica.

<sup>20</sup> Kim começou a dar provas de sua boa vontade para com a Coreia do Norte, já em março de 1998, ao aprovar um grande carregamento de auxílio alimentar para a Coreia do Norte. Em abril do mesmo ano, o presidente levantou limitações sobre acordos empresariais entre firmas do Sul e do Norte; e, em junho, pediu o fim do embargo econômico dos EUA contra Pyongyang. Conforme afirma Cumings (1998, p. 66), “ele rejeitou explicitamente a ‘unificação pela absorção’ – que havia sido a política *de facto* de seus predecessores – e efetivamente comprometeu Seoul a um período prolongado de coexistência pacífica”.

como do presidente do Sul, Kim Dae Jung, e abria o processo de reconciliação entre os dois países. A Cúpula histórica levantava esperanças de que, a partir daí, ocorreria uma guinada no relacionamento entre as duas Coreias que, com o tempo, viriam a formar uma Confederação e, por fim, reunificariam. Além disto, estreitavam-se os incipientes laços econômicos entre os dois países com a instalação de mais de 200 empresas sul-coreanas no Norte – interessadas na mão-de-obra barata -, que forneciam as matérias-primas e os equipamentos especializados, pagando em dólar pelos produtos finais, os quais variam desde bolsas até aparelhos de televisão (HARRISON, 2001).

Além da explicação convencional de que Kim Jong Il aceitou submeter-se à realização da Cúpula por estar precisando desesperadamente de assistência econômica sul-coreana, Harrison (2001, p. 62) também salienta:

O objetivo central de Kim Jong Il é a normalização das relações políticas e econômicas com os EUA, acompanhado por um acordo de paz que encerre formalmente a Guerra da Coreia. Ele precisa da normalização para desbloquear ajuda não apenas dos EUA, mas também do Japão, da Europa Ocidental e do Banco Mundial. Igualmente importante, um acordo de paz com Washington é necessário para neutralizar o impasse militar no paralelo 38°.

De fato, a tensão militar no paralelo 38°, com a imponente presença das tropas norte-americanas em território sul-coreano, seguia emperrando a aproximação entre os dois países. Segundo Harrison (2001), enquanto os EUA recusavam-se obstinadamente a sequer negociar a retirada militar da região e justificavam sua presença militar na área como meio de dissuasão da irrupção de conflitos na península, a Coreia do Norte a via como uma clara ameaça a sua segurança, especialmente considerando que a superioridade tecnológica dos armamentos norte-americanos e sul-coreanos deixava a Coreia do Norte bastante vulnerável a ataques preemptivos.

Porém, segundo Harrison (2001, p. 65), os EUA dos anos 1990 já não temiam realmente a Coreia do Norte, a qual era usada apenas como justificativa para a presença norte-americana no sudeste asiático:

Não é mais provável que o Norte tente uma reunificação à força, como foi em 1950. Seus antigos aliados se opõem a tal aventura e estão, atualmente, desempenhando o papel de verdadeiros mediadores entre o Norte e o Sul. Além disto, as dificuldades econômicas do Norte erodiram severamente sua prontidão militar e sua capacidade de sustentar uma guerra prolongada. “Os adiantados deslocamentos de tanques e artilharia de Pyongyang destinam-se a dissuadir um ataque preemptivos dos EUA, e não a preparação para uma nova invasão.

Não obstante, o relacionamento dos EUA com a Coreia do Norte, na década de 1990, foi fundamentado, na maior parte do tempo, por questões securitárias inter-relacionadas, tal como a presença militar norte-americana na fronteira entre as duas Coreias e a emergência da primeira crise nuclear norte-coreana de 1993-1994 – a qual será mais bem explicada na próxima sessão -, com o rompimento da RDPC com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e com a ameaça de retirada do TNP, ao passo que se desenvolvia seu complexo nuclear em Yongbyon.

Naquele momento, os EUA, liderado por Bill Clinton e consciente dos altos custos políticos e financeiros de um confronto direto com a Coreia do Norte, aceitou entrar em negociações bilaterais com a RDPC, as quais resultaram no Acordo Quadro de 1994 e fecharam, ao menos temporariamente, a questão nuclear norte-coreana. Novas tensões entre os dois países emergiram em 1998, com o teste do primeiro míssil balístico de longo alcance norte-coreano (Taepodong I). Entretanto, em consonância com a política *carrot and stick* praticada por Clinton, o episódio também foi resolvido através do diálogo bilateral, sob concessões norte-americanas (FRENCH, 2005).

Assim, Oliveira (2002, p. 145) assinala: “Ao longo dos anos 90, graças ao hábil jogo de *brinkmanship*, o regime norte-coreano conseguiu sobrenadar o colapso do socialismo na Europa Oriental, URSS e Mongólia; adaptar-se à relativização da ajuda que lhe dá a China, e transformar a relação adversarial com os EUA na principal fonte de seu sustento”.

Nos anos 2000, enquanto que a Coreia do Sul superou a crise financeira asiática de 1997 e consolidou seu desenvolvimento econômico, a Coreia do Norte passou por sutis mudanças em seu quadro econômico e político. Ainda que não se tenham dados concretos a respeito da situação econômica norte-coreana, estima-se que as dificuldades dos anos 1990 tenham, em grande parte, se perpetuado, com sinais de uma leve recuperação. Houve, não obstante, sob forte pressão chinesa, tentativas de implementação de reformas, desde 2002, as quais visavam uma leve abertura da economia às forças de mercado, com o estabelecimento da Zona Industrial de Kaesong<sup>21</sup> (ZIK), com a Coreia do Sul, em 2002, e com a criação de uma terceira Zona Econômica Especial (ZEE) no país em 2004. Neste sentido, aponta-se também certa aproximação econômica da Coreia do Norte com a Coreia do Sul, que foi reforçada por ocasião da

---

<sup>21</sup> Até março de 2008, mais de 25,000 norte-coreanos estavam empregados em Kaesong, em fábricas de propriedade de sul-coreanos, ao passo que o valor total dos bens produzidos na Zona em 2007 chegou a 200 milhões de dólares (JANES, 2009).

Segunda Cúpula Inter-Coreana, em outubro de 2007, quando foi acordado o estabelecimento de mais três ZEE's entre os países em Rason (no nordeste), em Sinuiju (no noroeste), em Kaesong – próximo à fronteira com a Coreia do Sul, onde já há a ZIK -, e em Haeju (na costa oeste, próximo a Kaesong) (JANES, 2009).

Isto não significa, no entanto, que as tensões na península coreana tenham arrefecido. Na verdade, ao longo da década de 2000, a Coreia do Norte incrementou sua política externa de *brickmanship*, barganhando com a China e com os EUA em torno do desenvolvimento de seu contestado programa nuclear, principalmente com os testes realizados em 2006 e 2009. Tal estratégia externa tem provocado forte instabilidade na península, a qual ainda foi exacerbada pelo afundamento ao navio sul-coreano *Cheonan* nas proximidades da fronteira com a Coreia do Norte, em maio de 2010, e pelo ataque norte-coreano a ilha de Yeonpyeong<sup>22</sup>, em novembro de 2010. Tal postura hostil da Coreia do Norte teria como objetivo chamar a atenção das grandes potências, de forma a garantir a sobrevivência do regime, especialmente em um momento de transição política, tendo em vista que a debilitada saúde de Kim Jong Il. Ainda que as autoridades norte-coreanas ainda não tenham anunciado oficialmente quem irá substituir o Querido Líder, Kim Jong-Un, seu filho mais novo, é o provável herdeiro (JANES, 2009).

Todavia, apesar das tensões, o principal objetivo de Beijing, no plano político, em relação à península coreana, passou a ser o fomento de uma reaproximação entre as duas Coreias, com o fim de evitar uma crise político-militar. Neste sentido, segundo Oliveira (2002, p. 149):

A China tem evidente interesse na continuação do *status quo* na península coreana, sendo a única das grandes potências do Nordeste Asiático a desfrutar estreitos laços políticos e econômicos com as duas Coreias. (...) Graças à sua condição de membro permanente do Conselho de Segurança, com direito a veto, a China tem sido o principal obstáculo às tentativas de impor sanções à Coreia do Norte, pelas alegadas atividades proliferadoras de Pyongyang. Inversamente, porém, a China vem dando forte apoio à Coreia do Sul, desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 1992.

Ademais, como lembra Shen (2006, p. 20), a Coreia do Norte ainda serve de *buffer zone* estratégica para a China no nordeste asiático. “Com uma fronteira compartilhada de 1.400 km, a Coreia do Norte atua como um posto de guarda para a

---

<sup>22</sup> A ilha de Yeonpyeong a 3km da área disputada de fronteira entre as Coreias no Mar Amarelo e sediava instalações militares sul-coreanas, abrigando apenas uma pequena população de civis. Presume-se que o incidente teria começado quando a Coreia do Sul realizava exercícios de artilharia em águas disputadas do Mar Amarelo, ainda que sem atirar na costa norte-coreana. O ataque norte-coreano, portanto, teria sido uma retaliação a provocação sul-coreana (BBC: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-11818005>).

China, mantendo a distância as milhares de tropas norte-americanas estacionados na Coreia do Sul. Isto permite à China reduzir seu contingente militar no nordeste asiático e focar-se mais diretamente na questão da independência taiwanesa”. É neste sentido que ele afirma que “da perspectiva estratégica chinesa, Taiwan e a Coreia do Norte estão intrinsecamente ligadas” (SHEN, 2006, p. 19). De uma perspectiva pragmática, Shen (2006) afirma ainda que a China apenas provém os meios de sobrevivência da Coreia do Norte, tendo em vista que a Coreia do Norte funciona como baluarte contra as forças norte-americanas. Assim, ao ajudar a Coreia do Norte através de generosos subsídios, a China está, na verdade, defendendo seus interesses securitários.

Os EUA, por sua vez, ao longo dos anos 2000, sentiram sua posição de potência hegemônica do sistema internacional cada vez mais ameaçada com o grande crescimento econômico chinês e sua formidável presença internacional, inserindo-se política e economicamente em novas áreas do globo, tal como na África e, até mesmo, na América Latina, bem como fortalecendo sua atração sobre os demais países asiáticos. Não tendo mais o aporte econômico que tinha no passado - especialmente após a crise financeira internacional de 2008 -, sobretudo no nordeste asiático, os EUA vem buscado securitizar a agenda internacional, desde os eventos de 11 de setembro, de forma a manter certo grau de influência política sobre estes países.

Neste sentido, a superpotência tem tirado proveito da estratégia hostil utilizada por Pyongyang, como meio de justificar sua presença militar na região e de estreitar a aliança com o Japão e com a Coreia do Sul, evitando que estes sejam seduzidos pela ascensão chinesa. É assim que, nos anos 2000, os EUA abandonam de vez a política *carrot and stick*, colocando a Coreia do Norte no “eixo do mal” e negando-se a estabelecer diálogo bilateral com o país de modo a forçar o engajamento com as demais potências da região, ou seja, China, Rússia e Japão.

### **3. A QUESTÃO NUCLEAR NORTE-COREANA**

Antes de examinar a questão nuclear norte-coreana, é preciso fazer algumas ressalvas. Nota-se que há grande incerteza sobre o que é realmente verdadeiro a respeito do projeto nuclear norte-coreano. Sendo a Coreia do Norte um regime fechado, qualquer informação precisa a este respeito é praticamente inacessível. Portanto, a maioria das informações acerca do tema são apenas estimativas ou especulações feitas, em grande parte, por serviços de inteligência norte-americanos – os quais dificilmente poderiam ser

consideradas como fontes imparciais. Assim, ressalta-se que o objetivo aqui não é tanto avaliar o desenvolvimento de tal programa por si só, mas, sobretudo, entender os desdobramentos políticos que ele vem acarretando, especialmente para as relações da Coreia do Norte com a China e com os EUA. Por isto, a análise a seguir não se atém tanto aos dados técnicos do programa, mas sim aos fatos, bem como as causas e conseqüências dos atos norte-coreanos.

### **3.1. Origens do Projeto Nuclear Norte-Coreano (1958-1990)**

A ambição norte-coreana de desenvolver armas nucleares data de 1958, quando os EUA instalaram canhões nucleares de 280 mm e mísseis nucleares *Honest John* em território sul-coreano<sup>23</sup>, seguidos pelo deslocamento de um esquadrão completo de mísseis nucleares de cruzeiro *Matador* para a região, apontadas para a RDPC (CUMINGS, 2004). À época, a Coreia do Norte prosperava e declarava abertamente sua intenção de reunificar a península pela força assim que se apresentasse o momento oportuno. Para os EUA, portanto, não foi difícil justificar a instalação das ogivas nucleares na região a fim de proteger sua aliada, a Coreia do Sul (FRENCH, 2005).

No mesmo ano, a Coreia do Norte assinou dois acordos com a URSS visando a cooperação em projetos de pesquisa nuclear, de forma que os cientistas norte-coreanos passaram a receber treinamento profissional em física nuclear. Em seguida, o governo da RDPC estabeleceu departamentos de física nuclear na Universidade Nacional de Kim Il Sung e na Faculdade Industrial de Kim Ch'aek, instituições que ficaram responsáveis pela educação acadêmica da maioria dos técnicos nucleares norte-coreanos, bem como pelo desenvolvimento de pesquisa nuclear própria. Em 1959, a RDPC assinou ainda um protocolo adicional com a URSS para o uso pacífico da energia nuclear, o qual autorizava a transferência de um pequeno reator nuclear de pesquisa, bem como outros equipamentos nucleares complexos para Pyongyang. Ademais, no fim dos anos 1950, a Coreia do Norte também enviou alguns cientistas nucleares para a China para treinamento nas instalações nucleares do país (MANSOUROV, 1995).

A primeira instalação de pesquisa nuclear da Coreia do Norte, no entanto, remonta a 1965, quando a URSS, sob os auspícios de um protocolo assinado em 1959, entregou a RDPC um reator de pesquisa de 4 megawatts. O reator foi instalado em Yongbyon, a

---

<sup>23</sup> Ao instalar armas nucleares na península, os EUA violavam abertamente o artigo 13º do Armistício de 1953, o qual proibia a introdução de novos armamentos com vantagens qualitativas.

90 km de Pyongyang, onde foi construído um complexo de P&D em tecnologia nuclear gerenciado pelos cientistas norte-coreanos que haviam recentemente completado sua formação acadêmica em física nuclear na URSS (ZHANG, 2006). A partir de 1967, quando entrou em operação, tal reator passou a produzir isótopos radioativos para pesquisa científica e para propósitos médicos e industriais, tendo sua capacidade expandida para 8 megawatts por cientistas norte-coreanos já com a utilização de tecnologia interna (MANSOUROV, 1995).

Também na década de 1960, teve início o programa norte-coreano de mísseis balísticos, novamente graças à cooperação da URSS, que forneceu à Coreia do Norte mísseis *Scud* de curto-alcance. Tais mísseis foram modificados e utilizados para pesquisas e experimentos, permitindo que os cientistas norte-coreanos desenvolvessem mísseis de maior alcance, tais como a série *Taepodong* (HARRISON, 2002).

Nos anos 1970, a Coreia do Sul, liderada pelo presidente Park Chung Hee, criou seu programa de armas nucleares – as quais deveriam ser produzidas até 1981<sup>24</sup> –, alarmando mais uma vez as autoridades norte-coreanas. Foi neste contexto que Pyongyang anunciou pela primeira vez o estabelecimento de seu próprio programa de armas nucleares e, de fato, em fins dos anos 1970, um segundo reator, de 30 megawatts, foi construído em Yongbyon<sup>25</sup>, dando início a um projeto de expansão das instalações nucleares (FRENCH, 2005). Ainda assim, porém, sob pressão soviética, em setembro de 1974, a RDPC ingressou na AIEA e, em julho de 1977, assinou um acordo que estabelecia um mecanismo de monitoramento de seus reatores (MANSOUROV, 1995).

Em 1984, a RDPC começou a construir um reator nuclear com potência de 50 megawatts, o qual deveria ser concluído até 1996, e um de 200 megawatts, o qual estaria pronto por volta de 1998<sup>26</sup>. E, por fim, em 1987, foi construída a planta de reprocessamento de plutônio, cuja função seria separar o grau de armas, Plutônio-239, de barras de combustível nuclear gastas para a inserção na estrutura das bombas atômicas ou das ogivas, o qual foi ativado por volta de 1994. Não obstante, a Coreia do

---

<sup>24</sup> O programa nuclear sul-coreano de Park foi interrompido em 1979, quando o presidente foi assassinado, e sob forte pressão dos EUA – que recebiam as consequências securitárias da posse de armas nucleares sul-coreana para a região (FRENCH, 2005).

<sup>25</sup> Tal reator, contudo, só entrou em operação, presumidamente, a partir de 1987 (CUMINGS, 2004).

<sup>26</sup> Tais reatores, pelo que se sabe, nunca foram concluídos, tendo em vista que a sua construção foi interrompida em 1994, por ocasião do Acordo Quadro entre RDPC e EUA. Especula-se que, se tais reatores fossem concluídos, eles seriam capazes de produzir, anualmente, combustível suficiente para a produção de 200 kg de plutônio, o que seria o suficiente para fabricar quase trinta bombas atômicas por ano (NIKSCH, 2005).



Norte tornou-se signatária do TNP, em 1985, ainda que, ao que tudo indique, isto não tenha significado o congelamento de seu programa nuclear (NIKSCH, 2005).

### 3.2. Desenvolvimento nuclear nos anos 1990 e o Acordo Quadro

As suspeitas de que a Coreia do Norte estaria desenvolvendo capacidades nucleares foram tornadas públicas no início da década de 1990, quando o governo norte-americano forneceu à AIEA, em Viena, fotos que vinham sendo tiradas por seus satélites há alguns anos, e que evidenciavam um trabalho de reprocessamento de bastões irradiados nos dois pequenos reatores nucleares da Coreia do Norte. Tal evidência indicava que estaria ocorrendo reprocessamento de plutônio com potencial para a produção de bombas atômicas. A partir daí, os EUA passaram a exercer forte pressão sobre a Coreia do Norte – que negava tais capacidades -, vindo a se desenvolver em uma verdadeira crise entre os dois países (OLIVEIRA, 2002).

Havia especulações de que a Coreia do Norte teria iniciado um programa nuclear secreto de enriquecimento de urânio, no início dos anos 1990, graças a uma cooperação com o Paquistão, pela qual a Coreia do Norte trocava mísseis balísticos de médio alcance por urânio. Todavia, segundo a AIEA, as únicas instalações nucleares que foram verificadas e que estavam em funcionamento no país no início dos anos 1990 eram as de reprocessamento de plutônio localizadas em Yongbyon (NIKSCH, 2005).

O início da década de 1990 foi marcado por significativos avanços e aproximações entre as duas Coreias e por uma postura mais conciliadora de Pyongyang, ainda que tal processo não tenha ocorrido de forma linear. Neste contexto, um acordo mútuo de desnuclearização da península<sup>27</sup> foi assinado, em dezembro de 1991, entre Coreia do Sul e Coreia do Norte, pelo qual ambos os países se comprometiam a não possuir armas atômicas, a não manter bases de reprocessamento de plutônio ou de enriquecimento de urânio, e a negociar o estabelecimento de um sistema de inspeção nuclear mútua entre as partes. Este acordo foi ainda complementado pelo comprometimento norte-americano, então liderado por George Bush, de desnuclearização da península, em junho de 1991 – o qual foi cumprido com a retirada total das ogivas nucleares norte-americanas da Coreia do Sul<sup>28</sup> (FRENCH, 2005).

---

<sup>27</sup> Em inglês: *Joint Declaration on the Denuclearisation of the Korean Peninsula*.

<sup>28</sup> Cumings (2004) explica que tal comprometimento norte-americano com a desnuclearização da península coreana diz respeito a uma reavaliação do papel das armas nucleares feita após a Guerra do

Maiores avanços foram possíveis, em janeiro de 1992, quando Pyongyang firmou um acordo de garantias nucleares (*safeguards agreement*) com a AIEA, o qual obrigava a Coreia do Norte a relatar todos os seus programas nucleares para a Agência, bem como concedia a AIEA o direito de conduzir uma série de inspeções nas instalações nucleares do país. Assim, a Coreia do Norte permitiu que a AIEA realizasse seis inspeções nucleares entre junho de 1992 e fevereiro de 1993.

Todavia, os problemas recomeçaram, em fins de 1992, quando a AIEA encontrou evidências, ao longo das inspeções, de que a Coreia do Norte havia reprocessado mais plutônio do que as 80 gramas que haviam sido reveladas<sup>29</sup>. Visando verificar tais evidências, em fevereiro de 1993, a AIEA invocou uma provisão específica do Acordo de Salvaguardas de 1992, e solicitou uma “inspeção especial” de dois depósitos de resíduos nucleares escondidos em Yongbyon. A Agência acreditava encontrar no local informações encobertas pelo governo acerca da quantidade de plutônio que a Coreia do Norte vinha produzindo desde 1989. A RDPC, porém, recusou o pedido da AIEA<sup>30</sup> e ameaçou retirar-se do TNP em março de 1993 (NIKSCH, 2005).

Cumings (2004) acrescenta, neste sentido, que por trás da ameaça norte-coreana de retirar-se do TNP também estava o seu interesse em forçar os EUA a cessar os exercícios militares conjuntos entre Coreia do Sul e EUA, realizados na zona de fronteira intercoreana, chamados de *Team Spirit* – os quais haviam sido suspensos por George Bush, no ano anterior, e eram agora retomados pelo recém-empossado presidente Clinton. Segundo Harrison (2002), o *Team Spirit* era projetado para passar uma mensagem a Pyongyang: mesmo após a remoção das armas nucleares táticas da península, o guarda-chuva nuclear dos EUA sobre a Coreia do Sul mantinha-se ativo.

Tal postura norte-coreana levou a uma intensificação do diálogo com a administração Clinton, a qual pressionava o país para permanecer no TNP e a voltar a permitir as inspeções da AIEA, ao mesmo tempo em que transferia mísseis *Patriot* à Seoul e levava o assunto à mesa de discussões no Conselho de Segurança da ONU. Ao

---

Golfo. Com o advento das *smart bombs*, as quais atingiam seus alvos com precisão, armas convencionais com alto poder de explosão passaram a ser vistas como mais úteis do que as imprevisíveis e pouco controláveis armas nucleares. Assim, “a política norte-americana chegou a um ponto em que seus próprios interesses ditavam a retirada das obsoletas armas nucleares da Coreia” (CUMINGS, 2004, p. 55).

<sup>29</sup> Na verdade, conforme ressaltam Beal (2005) e Cumings (2004), tais evidências que levaram a AIEA a demandar “inspeções especiais” à RDPC foram providas por inteligência norte-americana, coletada através de espionagem, e possivelmente sob grande pressão do governo dos EUA.

<sup>30</sup> A Coreia do Norte alegou que tais depósitos de resíduos nucleares eram, na verdade, instalações militares e, portanto, sua inspeção pela comunidade internacional estava fora de questão. O país também repreendeu a AIEA por estar “seguindo os EUA”, inimigo declarado de Pyongyang (CUMINGS, 2004).

mesmo tempo, no entanto, o Ministro de Relações Exteriores chinês, Qian Qichen, deixava claro que seu governo se oporia abertamente a quaisquer sanções econômicas a serem impostas à RDPC – estando disposto à vetá-las, se necessário fosse -, bem como à própria discussão da questão no âmbito do Conselho de Segurança. Assim, o Conselho de Segurança teve de modificar substancialmente a sua proposta inicial, de forma que a Resolução 825, adotada em maio de 1993, apenas solicitava que a RDPC reconsiderasse sua declaração de retirar-se do TNP<sup>31</sup> (KIM, 2001).

Lee (1996, p. 94) explica que, quando a RDPC declarou sua intenção de retirar-se do TNP, a China passou a enfrentar um grande dilema: “A China favorecia uma Coreia desnuclearizada e uma resolução negociada da questão nuclear norte-coreana, mas se opunha a quaisquer sanções econômicas patrocinadas pela ONU contra a Coreia do Norte ou a um ataque aéreo contra as instalações nucleares norte-coreanas porque ela percebia que qualquer uma destas ações poderia desencadear uma séria confrontação militar na península coreana”.

A Coreia do Norte, contudo, só aceitou suspender sua retirada do TNP quando o governo Clinton cessou o *Team Spirit* e concordou com uma reunião de alto escalão entre os dois países, em junho de 1993. Não obstante, a Coreia do Norte manteve a sua recusa com relação às inspeções, especiais e regulares, da AIEA, indo contra os termos acordados no Acordo de Salvaguardas. De forma que, em maio de 1994, a Coreia do Norte recusou-se a permitir que a Agência inspecionasse as 8 mil barras de combustível que haviam sido removidas do reator de cinco megawatts (NIKSCH, 2005).

Reagindo a atitude norte-coreana, em maio de 1994, os EUA voltou a propor aos membros do Conselho de Segurança da ONU uma rodada de sanções econômicas a Coreia do Norte, em vista da persistência norte-coreana em recusar-se a cooperar com a AIEA. Contudo, mais uma vez a China veio em defesa do país vizinho e logrou evitar uma nova resolução, insistindo em uma mera declaração presidencial (KIM, 2001).

Conforme aponta Kim (2001), há duas razões principais que levaram Beijing a adotar tal estratégia de oposição a pressões multilaterais ou a sanções contra a RDPC. Em primeiro lugar, naquele momento, o governo chinês enfrentava uma crise de legitimidade tanto no plano doméstico – tendo-se passado pouco tempo do Massacre de Tiananmen -, como no plano externo, devido ao também recente colapso do comunismo transnacional. Assim, sanções internacionais, sobretudo patrocinadas pelos EUA, a

---

<sup>31</sup> A China absteve-se na votação da Resolução 825 do Conselho de Segurança.

outro regime comunista, poderia enfraquecer ainda mais a posição do regime chinês. Em segundo lugar, a China parecia estar mais comprometida com a manutenção do regime norte-coreano do que com a desnuclearização da península. O maior perigo para Beijing, àquela altura, parecia ser que seu aliado comunista se sentisse tão encurralado que tentaria provocar um conflito armado, ou ainda que o seu colapso trouxesse conseqüências políticas, sociais e econômicas desastrosas para a China.

Mesmo assim, receando perder o apoio chinês e ter de enfrentar as sanções norte-americanas, em 1994, em uma tentativa de amainar as tensões, o presidente Kim Il-sung reafirmou o convite de longa data feito ao ex-presidente norte-americano, Jimmy Carter<sup>32</sup>, para visitar Pyongyang e negociar o congelamento das operações nucleares norte-coreanas. Segundo French (2005), para Kim, as demandas contínuas por inspeções da AIEA eram unilaterais e não ofereciam nada em troca à RDPC; ao passo que Carter podia oferecer ajuda ao país.

Além disto, a decadência econômica que vivenciava o país era fortemente agravada pelas deficiências energéticas, especialmente desde que a URSS havia parado de fornecer petróleo bruto ao país a valores abaixo do mercado. Assim, uma das principais concessões que demandava a Coréia do Norte era a construção de reatores de água-leve capaz de gerar energia para manter o funcionamento da indústria. A resposta da Administração Clinton foi positiva, comparecendo Carter a negociações em Pyongyang. Como resultado, os EUA aceitaram abandonar a proposta de sanções no Conselho de Segurança e iniciar novas rodadas de negociação com a Coréia do Norte em Genebra (NIKSCH, 2005).

Foi neste contexto que, em outubro de 1994, foi assinado o Acordo de Genebra ou Acordo Quadro entre a Coréia do Norte e os EUA. Por um lado, a RDPC aceitava a interrupção imediata de seu programa nuclear, o desmantelamento de suas instalações nucleares até 2003, a sua permanência no TNP e a as inspeções da AIEA, conforme originalmente prescrito no Acordo de Salvaguardas de 1992. Por outro lado, os EUA, comprometiam-se em auxiliar a Coréia do Norte na construção de dois reatores de água-leve, até 2003<sup>33</sup> - com capacidade de gerar aproximadamente dois mil megawatts de

---

<sup>32</sup> O ex-presidente Carter era visto por Kim como alguém que havia tentado promover a paz, quando no poder, tendo em vista que este havia tentado retirar as tropas norte-americanas de Seoul nos anos 1970 (FRENCH, 2005).

<sup>33</sup> A meta para a finalização dos reatores foi modificada pela KEDO, em 1997, de 2003 para o ano de 2007, devido a problemas burocráticos e a atitudes militares norte-coreanas consideradas provocativas em relação à Coréia do Sul. Especula-se, também, que uma das causas do atraso seria à falta de interesse do

energia - e de fornecer, anualmente, 500,000 toneladas de petróleo pesado como recurso energético alternativo até que o primeiro reator estivesse ativado. Com este propósito foi estabelecida a Organização para o Desenvolvimento de Energia da Península Coreana (KEDO): um consórcio organizado pelos EUA e constituído por Coreia do Sul, Japão e União Européia - que supervisionaria o projeto, financiando a construção dos reatores e garantindo o suprimento de petróleo à Coreia do Norte (MARTINS, 2006).

Conforme salienta French (2005, p. 201-202), os EUA estavam plenamente satisfeitos com o acordo, especialmente tendo em vista que a Coreia do Sul e o Japão arcariam com 70% e 20%, respectivamente, dos 4,5 bilhões de dólares estimados para a construção dos dois reatores. Assim:

Washington assinou os acordos, mas assumiu poucos custos e pouca responsabilidade para, de fato, construir os reatores; enquanto alcançava seu objetivo de aparentemente evitar a construção de um reator de 50 megawatts em Yongbyon e um reator de 200 megawatts em Taechon, os quais combinados produziram aproximadamente 275 kg de plutônio à nível de armas anualmente.

No entanto, ainda segundo French (2005), a KEDO, ao longo dos anos 1990, transformou-se em um verdadeiro “futebol político”. Os japoneses suspendiam fundos quando se enrijeciam as tensões com Pyongyang, ao passo que os EUA não mostravam praticamente nenhum comprometimento com a construção dos reatores. Seoul, por sua vez, fortemente afetada pela crise financeira asiática de 1997, recuou em sua promessa de arcar com 70% dos custos – vácuo financeiro que não foi preenchido pelos EUA.

Além destas disposições, o Acordo Quadro também expressava a intenção mútua de estabelecer *liaison offices* em suas respectivas capitais e, em última instância, normalizar as relações diplomáticas, desde que ambos os países progredissem significativamente em “questões de interesse para cada parte”. Todavia, segundo Niksch (2005), a aproximação diplomática não vingou, tendo em vista, por um lado, a relutância norte-coreana, e por outro, a insistência dos EUA na idéia de que a normalização das relações entre os dois países só seria possível através de uma resolução conjunta, satisfatória para ambos, a respeito da desnuclearização e desmilitarização da Coreia do Norte.

Por fim, o Acordo Quadro também previa que, em um período de três meses, a partir de outubro de 1994, as duas partes reduziriam mutuamente as barreiras ao comércio e ao investimento, incluindo restrições em serviços de telecomunicações e em

---

governo norte-americano no projeto, o qual foi completamente abandonado em 2002, quando resurgiu a questão nuclear com o suposto programa de enriquecimento de urânio (NIKSCH, 2005).

transações financeiras. Tal cláusula, na prática, significava que a administração Clinton teria de flexibilizar o embargo econômico norte-americano à Coreia do Norte, o qual havia sido estabelecido ainda no governo de Truman. Em janeiro de 1995, o governo norte-americano anunciou algumas medidas iniciais neste sentido, permitindo, por exemplo, ligações no ramo das telecomunicações com a Coreia do Norte, a abertura de escritórios por organizações de mídia norte-americanas no país, e importações de magnésio norte-coreano por empresas produtoras de aço norte-americanas. A Coreia do Norte, contudo, protestou com veemência contra a leviandade de tais medidas, considerando que o governo norte-americano só levantou sanções secundárias, deixando intocados os principais interesses norte-coreanos – o que se deu, em grande parte, devido à resistência do próprio Congresso norte-americano (NIKSCH, 2005).

Ainda assim, conforme destaca Oliveira (2002, p. 146-147):

O Acordo Quadro de 1994 refletira importante reviravolta na abordagem americana dos problemas colocados pela Coreia do Norte. A determinação de isolar e refrear o regime nortista, da época da Guerra Fria, cedeu lugar à busca de cooperação, em troca de subsídios. Por trás dessa reorientação parece ter estado o convencimento de que a ameaça da Coreia do Norte, de reunificar a península pela força, perdera credibilidade.

Contudo, French (2005) assinala que o Acordo Quadro provocou forte oposição republicana no Congresso norte-americano. Os republicanos, que passaram a dominar o Congresso em meados dos anos 1994, viam a estratégia de engajamento de Clinton para Pyongyang como uma demonstração de fraqueza dos EUA, o qual aceitava docilmente seguir a Coreia do Norte, ao invés de liderar as negociações – como se esperava de sua posição de superpotência. A verdade é que a Coreia do Norte constituía, na época, preocupação secundária para os EUA, mas que não podia ser ignorada pela “utilidade” norte-coreana em servir de bode-expiatório para a manutenção da presença norte-americana na região, mantendo a proximidade com a China.

A China, por sua vez, via o Acordo Quadro com bons olhos. Como explica Kim (2001, p. 394):

Do ponto de vista de Beijing, o Acordo Quadro era visto como a abertura de uma janela de oportunidades para melhorar as condições econômicas da Coreia do Norte, para sustentar a legitimidade do regime de Kim Jong Il, e para ampliar as perspectivas para a estabilidade política. Adicionalmente, o Acordo Quadro lograria certo progresso no sentido de corrigir o perigoso desequilíbrio de poder entre as duas Coreias. Como tal, sua completa implementação era vista pela China como essencial para a paz e a estabilidade na península coreana e, portanto, vital para os interesses securitários nacionais chineses.

Já pelo lado da Coreia do Norte, o conteúdo do Acordo Quadro parecia ser bastante favorável. Não obstante, a sua implementação foi bem aquém do esperado. Conforme destaca Harrison (2002), durante os sete anos seguintes à sua assinatura, o progresso na construção dos dois reatores prometidos havia sido ínfimo e, além disto, os EUA também deixaram de cumprir duas outras provisões chaves do acordo, a saber: o artigo 2, que previa a normalização das relações políticas e econômicas com a Coreia do Norte, e o artigo 3, que exigia “garantias formais” que descartassem “a ameaça ou uso de armas nucleares pelos EUA” contra a Coreia do Norte.

Neste sentido, voltaram a escalonar as insatisfações de Pyongyang, que entendeu que os EUA não cumpririam a sua parte sem que fossem coagidos. Assim, além de passar a utilizar um discurso hostil contra os EUA, ameaçando romper o Acordo Quadro se Washington seguisse desrespeitando-o, a RDPC também passou a exportar mísseis para países como o Irã em troca de petróleo – o que, além de desafiar os EUA também amenizava os déficits energéticos de sua economia (FRENCH, 2005).

Além disto, Bill Clinton também havia provocado Pyongyang ao propor, em conjunto com o presidente sul-coreano, Kim Young Sam, o estabelecimento de diálogos multilaterais para a resolução das tensões na península coreana, a partir de uma fórmula “dois mais dois” – isto é, EUA e Coreia do Sul, de um lado, China e Coreia do Norte de outro. Beijing também se mostrou bastante insatisfeita com a proposta das *Four Party Talks*, tendo em vista que tal diálogo colocá-la-ia em posição delicada, tendo de enfrentar o dilema de defender a desnuclearização da península e pressionar Pyongyang ou defendê-la, correndo o risco de prejudicar suas relações com a Coreia do Sul. Ademais, Beijing temia o efeito que tais pressões teriam sobre a RDPC, a qual, sentindo-se encurralada, poderia reagir de maneira ainda mais hostil, escalonando as tensões na região (KIM, 2001).

Não obstante, sob as constantes declarações norte-coreanas rejeitando a participação de Beijing em tais diálogos, a China acabou aceitando participar das *Four Party Talks* de forma a não demonstrar seu déficit de influência sobre a Coreia do Norte. As negociações tiveram três rodadas: a primeira em Nova York, em agosto de 1997; a segunda em Geneve, em março de 1998; e a terceira, também, em Geneve, em outubro de 1998. Todavia, graças à estratégia chinesa de neutralidade e equilíbrio, concordando um pouco com cada parte e advogando pela melhoria das relações bilaterais entre os países, nenhum progresso substantivo foi alcançado (KIM, 2001).

Assim, em agosto de 1998, visando pressionar os EUA para o estabelecimento de novas negociações, Kim Jong Il realizou seu primeiro teste de mísseis de longo-alcance (projétil de três estágios), o Taepodong I, o qual, estima-se, teria capacidade de atingir toda a Coreia do Sul e boa parte do Japão<sup>34</sup>. Além de exigir o cumprimento do Acordo Quadro por parte dos EUA, com o fornecimento dos reatores para suprir suas necessidades energéticas e com a normalização das relações diplomáticas entre os dois países, a RDPC também tinha como metas primordiais a assinatura de um Acordo de Paz com os EUA – que se sobrepujasse ao frágil Armistício da Guerra da Coreia - e sua completa retirada militar da região (HARRISON, 2001).

Tal ato, supostamente, fez renasceram as inquietações, nos EUA, quanto ao preparo bélico da Coreia do Norte, diante do surpreendente salto tecnológico representado pelo lançamento de projétil de três estágios. O governo japonês, por sua vez, protestou com indignação, inclusive junto ao Conselho de Segurança da ONU, e passou a colaborar com o programa TMD (*Theater Missile Defense*) dos EUA - para grande felicidade de Washington e aborrecimento de Beijing (OLIVEIRA, 2002).

Os EUA responderam enviando o Secretário de Defesa, William Perry, a Pyongyang, em maio de 1999, para negociar tanto o programa nuclear como o programa de mísseis norte-coreanos, ainda que se negasse a discutir qualquer acordo de paz ou retirada militar. O resultado foi a assinatura do Acordo de Berlim, em setembro de 1999, pelo qual os EUA concordaram em extinguir uma gama mais ampla de sanções econômicas em troca de uma moratória norte-coreana acerca de futuros testes de mísseis balísticos (NIKSCH, 2005). Não obstante, mais uma vez pressionada pelo Congresso, a Casa Branca não foi capaz de cumprir com a sua parte do Acordo e, ao invés disto, voltou atrás em sua decisão de aceitar a moratória norte-coreana, passando a exigir um acordo mais abrangente sobre mísseis balísticos que fosse além da questão dos testes, banindo completamente o desenvolvimento, produção e utilização de todos os mísseis com alcance de mais de 180 milhas (HARRISON, 2002).

Segundo Harrison (2002), foi apenas após as negociações de normalização com os EUA terminarem em impasse, em 18 de março de 2000, que Kim Jong Il aceitou a proposta de Kim Dae Jung - pendente há um bom tempo – para a realização de uma Cúpula Intercoreana. Confrontado com o que considerava termos inaceitáveis dos EUA, o líder norte-coreano utilizou-se da Cúpula com o Sul tanto para ampliar seu poder de

---

<sup>34</sup> O Acordo Quadro não abordava o programa de mísseis norte-coreano, apenas seu programa nuclear.



barganha com Washington, como para alavancar o intercâmbio econômico com Seoul. Como ele esperava, a Cúpula rompeu o impasse, fornecendo a Clinton o respaldo político necessário para a redução das sanções – conforme já havia sido acordado. Estes fatos, por sua vez, conduziram a neutralização da linha-dura norte-coreana, que era cética com relação à viabilidade de normalização de relações com os EUA.

Foi neste contexto que a Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, visitou Pyongyang, em outubro de 2000. Na ocasião, a RDPC ofereceu cessar os testes dos mísseis Taepodong I, negociar o congelamento imediato dos testes de mísseis de longo-alcance, bem como parar a exportação de mísseis, sob a condição de os EUA fornecerem auxílio suficiente para a sobrevivência do regime. Clinton, porém, estando no fim de seu mandato presidencial e já tendo sido bastante criticado por suas concessões anteriores à RDPC, recusou a oferta norte-coreana (FRENCH, 2005).

Durante o governo Clinton, porém, os EUA efetivamente abandonaram a opção militar contra Pyongyang e se conformou com uma estratégia de engajamento, baseada em uma abordagem *carrot and stick* de negociação seletiva, concessões e sanções, ainda que a CIA se mostrasse cada vez mais alarmada pela capacidade nuclear potencial da RDPC. Conforme ressalta French (2005, p. 198-201): “Esta onda de engajamento da administração Clinton foi parcialmente viabilizada pela eleição de Kim Dae-jung em Seoul e sua visita de junho de 2000 a Pyongyang para a primeira Cúpula Norte-Sul, como parte de sua *Sunshine Policy*, bem como pelo deterioramento da situação doméstica na RDPC, a qual se tornou uma grave crise humanitária”.

A política externa norte-americana para a Coreia do Norte, entretanto, passaria por grandes mudanças após a ascensão de George W. Bush ao poder, em 2001. O *Bush Team* era bastante crítico à estratégia de engajamento adotada por Clinton e advogava uma postura mais firme para com o país asiático. A equipe também acreditava que Pyongyang havia violado o Acordo Quadro e, ademais, em sua meta declarada de desenvolver um programa nacional de defesa antimísseis para proteger os EUA contra *rogue states*, era necessário que tais Estados existissem. Neste sentido, como analisa French (2005, p. 205), “a Coreia do Norte era uma candidata primordial, já que seu programa de mísseis era potencialmente mais avançado do que os do Irã e do Iraque”. Assim, ao reavaliar a política externa dos EUA para a Coreia do Norte, Bush concluiu que, daquele momento em diante, “Washington iria liderar, e Pyongyang seguiria”. Se o Norte demonstrasse um comprometimento contínuo com o Acordo Quadro, as

conversações e auxílios seriam mantidos. Porém, não haveria novas iniciativas de Washington nem negociações infundáveis.

A China, por sua vez, que durante os anos 1990 vinha tentando estreitar laços com os demais vizinhos asiáticos e amenizar velhas inimizades regionais, teve uma posição discreta com relação ao desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano. O país certamente não tinha condições nem intenção de confrontar-se diretamente com os EUA em defesa da RDPC, mas ao mesmo tempo precisava manter os subsídios a este país de forma a evitar o seu colapso, o que certamente levaria a uma escalada de tensões indesejada na região. No início dos anos 2000, à medida que a ascensão chinesa se tornou mais pronunciada, a perspectiva de Beijing para a península e, mais especificamente, para a questão nuclear norte-coreana, é apenas aprofundada, mas segue sendo definida pelo mesmo dilema.

### **1.3. O ressurgimento da questão nuclear norte-coreana (2002-2010)**

O clima de reconciliação, portanto, foi definitivamente interrompido quando o governo de George W. Bush alterou significativamente a política dos Estados Unidos para a Coreia do Norte, incluindo o país no chamado “eixo do mal” - nações do globo que ameaçavam a segurança e a paz mundial, produzindo e/ou proliferando armas de destruição em massa<sup>35</sup> – e acusando o país de manter um programa nuclear secreto baseado em enriquecimento de urânio.

Tudo começou quando, em 16 de outubro de 2002, o governo Bush afirmou que autoridades norte-coreanas teriam revelado ao Secretário de Estado Assistente dos EUA, James Kelly<sup>36</sup>, a existência de um programa nuclear secreto baseado no enriquecimento de urânio. Na ocasião, segundo os oficiais norte-americanos envolvidos, Pyongyang teria oferecido encerrar seu programa de urânio, cumprir o Acordo Quadro acerca do programa de plutônio, e ainda negociar procedimentos de inspeção aceitáveis para Washington. A condição para tais ofertas, claro, seria que os EUA fizessem um comprometimento formal de respeitar a soberania da RDPC, não a atacando com armas convencionais ou nucleares, e não impedindo o seu progresso econômico. A oferta teria

---

<sup>35</sup> Foram identificados como ameaças à segurança Estados autoritários que desenvolviam projetos de hegemonia regional, ADM's e promoviam o terrorismo internacional. Inicialmente, o Eixo do Mal era composto por Irã, Iraque e Coreia do Norte. Posteriormente foram incluídos também na lista Líbia, Síria e Cuba.

<sup>36</sup> A visita de James Kelly a Pyongyang, em outubro de 2002, foi o primeiro diálogo político de alto escalão entre a RDPC e o governo Bush.

sido negada pelo governo Bush, que teria se alarmado com o prospecto de uma Coreia do Norte nuclear (HARRISON, 2003).

Poucos dias depois, em 22 de outubro, o presidente chinês, Jiang Zemin, se dirigia aos EUA para uma reunião com o presidente Bush, na qual a proliferação nuclear na península coreana constava como tópico primordial da agenda. Segundo French (2005), ao contrário do que era esperado em Pyongyang, a reunião teve como resultado uma aproximação entre Beijing e Washington, tendo em vista que Jiang via a questão nuclear mais como uma oportunidade de fortalecer os laços com os EUA do que como motivo de discórdia entre os dois países. Na verdade, Jiang utilizou-se da visita para garantir aos EUA que a China tinha certa influência sobre a RDPC e que, como grande potência, buscava utilizá-la para frear o desenvolvimento nuclear norte-coreano. A China abandonava, portanto, a postura “neutra” que havia preconizado nos anos 1990, e mostrava-se disposta a adotar uma postura mais proativa acerca da questão.

A esta acusação norte-americana, negada oficialmente pela Coreia do Norte, na ocasião, seguiu-se a decisão da Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana (KEDO), em novembro de 2002, de suspender todos os carregamentos de petróleo pesado para a Coreia do Norte. Tal decisão baseava-se na ideia de que a Coreia do Norte, ao desenvolver um novo programa nuclear – tomada como verdadeira a acusação norte-americana –, estaria desrespeitando o Acordo Quadro, no âmbito do qual foi criada a KEDO e, portanto, invalidando-o (NIKSCH, 2005).

A Coreia do Norte, por sua vez, negava oficialmente a existência de tal programa nuclear e declarava-se ofendida pelas medidas dos EUA e da KEDO, alegando não ter violado o Acordo Quadro. Assim, em dezembro de 2002, respondendo a tais eventos e buscando pressionar os EUA ao diálogo, as autoridades norte-coreanas anunciaram sua decisão de reativar as instalações nucleares de reprocessamento de plutônio de Yongbyon - as quais haviam sido desativadas, em 1994, sob o Acordo Quadro – e expulsou do país oficiais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) que monitoravam o fechamento das instalações nucleares desde 1995.

As tensões escalonaram-se ainda mais, em janeiro de 2003, quando a Coreia do Norte retirou-se oficialmente do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), utilizando como justificativa o corte no fornecimento de petróleo pesado pela KEDO e a ameaça de um provável “ataque nuclear” dos EUA – o qual estaria sendo planejado pela administração Bush. Assim, em fevereiro e março de 2003, como já anunciado pelas autoridades norte-coreanas, o programa nuclear de reprocessamento de plutônio foi

reativado e Pyongyang abandonou oficialmente a estratégia de *denial*, passando a declarar abertamente suas intenções de produzir armas atômicas.

Na sequência, tiveram início, em Beijing, as *Six Party Talks*, em abril de 2003, após uma reunião entre EUA, Coreia do Norte e China, a qual acordou a realização de negociações multilaterais entre as partes a respeito da questão nuclear norte-coreana, incluindo ainda, nos debates, o Japão, a Rússia e a Coreia do Sul. O objetivo primordial era convencer a Coreia do Norte a abandonar o desenvolvimento de capacidades nucleares sob determinadas condições a serem negociadas. Em seguida, três rodadas de negociação foram realizadas na capital chinesa: a primeira em agosto de 2003, a segunda em fevereiro de 2004 e a terceira em junho de 2004 (PARK, 2005).

A proposta da Coreia do Norte no âmbito das *Six Party Talks*, conhecida como *reward for freeze*, incluía: uma garantia formal de não agressão dos EUA; um congelamento de longo-prazo de seu programa nuclear de reprocessamento de plutônio; e a retenção pelo país de um programa nuclear com fins pacíficos. As propostas norte-coreanas também exigiam amplas concessões dos EUA e do Japão, tais como: a exclusão da Coreia do Norte do “eixo do mal”; o fornecimento de eletricidade; alguns bilhões de dólares do Japão como “compensação”; a restauração dos carregamentos de petróleo pesado para a Coreia do Norte e do auxílio para a construção de dois reatores nucleares de água-leve - tal como previsto no Acordo Quadro de 1994 -; e o fim das sanções econômicas norte-americanas, bem como da interferência dos EUA nas relações econômicas norte-coreanas com outros países.

Já os EUA lançaram sua primeira proposta no âmbito do *Six Party Talks*, apenas na terceira rodada de negociações, a qual pregava o rápido desmantelamento dos programas nucleares de enriquecimento de urânio e plutônio da Coreia do Norte, seguindo um período preparatório de três meses. Durante este período preparatório a Coreia do Norte relataria suas instalações e materiais nucleares, congelaria suas operações, permitiria inspeções internacionais efetivas – incluindo a volta dos oficiais da AIEA -, e negociaria os próximos passos a serem tomados visando o desmantelamento definitivo do programa nuclear. Em contrapartida, a Coreia do Sul e o Japão voltariam a fornecer petróleo pesado à Coreia do Norte. Ademais, o país receberia uma “garantia de segurança multilateral provisória” dos EUA e das demais partes do acordo, seriam feitos estudos multilaterais a respeito das necessidades energéticas norte-coreanas, e os EUA começaria a renegociar suas sanções econômicas, bem como a possível exclusão da Coreia do Norte do “eixo do mal”.

A Coreia do Norte, no entanto, denunciou a proposta dos EUA e passou, a partir de então, a obstruir o andamento das negociações, reafirmando a posição do país no âmbito das *Six Party Talks*. No mesmo período, o isolamento dos EUA nas negociações parecia se ampliar, tendo em vista que a China e a Coreia do Sul passaram a criticar veementemente o trato da questão pelo governo Bush. A Rússia e a China expressaram apoio a alguns elementos do *reward for freeze* e demonstraram certo ceticismo em relação às acusações da administração Bush de que a Coreia do Norte estaria desenvolvendo um programa secreto de enriquecimento de urânio (NIKSCH, 2005).

Já o presidente sul-coreano, Roh Moo-hyun, em discursos nos EUA e na Europa, criticando abertamente a posição dos EUA no leste asiático, não só rejeitou qualquer pressão sobre a Coreia do Norte, mas até mesmo defendeu a alegação norte-coreana a respeito de sua pretensa necessidade de um elemento de “dissuasão nuclear” em vista da percepção de uma potencial ameaça dos EUA, além de declarar positiva a proposta norte-coreana de recompensa pelo congelamento do programa nuclear (*reward for freeze*). Portanto, apenas o Japão manteve intacto seu apoio aos EUA e até mesmo ameaçou estabelecer sanções contra a Coreia do Norte (NIKSCH, 2005).

Tendo em vista a falta de resultados práticos das *Six Party Talks*, a Coreia do Norte declarou, em 10 de fevereiro de 2005, possuir armas nucleares, mudando radicalmente seu posicionamento e passando de uma “estratégia defensiva” para uma “estratégia ofensiva”. Conforme explica Zhang (2006), a declaração de 2005 mostra uma guinada decisiva da posição norte-coreana, que passa a tomar a iniciativa de usar seu programa nuclear para atingir metas estratégicas. A Coreia do Norte, a partir de então, passa a pressionar os demais Estados a reconhecê-la como uma “potência” nuclear, praticamente descartando a possibilidade de desnuclearização.

Neste contexto, foi realizada a quarta rodada de negociações das *Six Party Talks*, a qual foi dividida em duas fases: a primeira se deu de 26 de julho a 7 de agosto; ao passo que a segunda ocorreu de 13 a 19 de setembro de 2005. Nesta segunda fase, de fato, as negociações pareceram prosperar, resultando em uma Declaração Conjunta que afirmava a desnuclearização da península coreana e previa a volta da RDPC ao TNP, sob as condições de que os demais Estados respeitariam o direito norte-coreano de uso pacífica da energia nuclear e de que os EUA e a Coreia do Sul forneceria uma garantia formal de que não atacariam a RDPC (PRITCHARD, 2007).

Em novembro de 2005, porém, na primeira fase da quinta rodada de negociações, as *Six Party Talks* chegaram novamente a um impasse, devido,

aparentemente, à imposição norte-americana de sanções financeiras à Coreia do Norte – atitude que, segundo as autoridades norte-coreanas, teriam arruinado completamente a atmosfera de negociações (ZHANG, 2006, p. 7). Segundo Pritchard (2007), dentre as principais causas do impasse estava a recusa dos EUA a renegociar a concessão de um reator de água-leve e Coreia do Norte – como havia sido previamente acordado em 1994 -, e em reconhecer ao país o direito ao uso pacífico da energia nuclear – apesar da Declaração Conjunta da quarta rodada. Assim, a primeira fase da quinta rodada foi encerrada sem que qualquer progresso substantivo tenha sido feito.

Complementar ao desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano, em 5 de julho de 2006, a Coreia do Norte realizou novos testes de mísseis balísticos, o que foi visto com grande receio pelas potências e pelos países da região. Na verdade, desde a irrupção da crise nuclear, em 2002, a Coreia do Norte já havia efetuado três testes de mísseis no Mar do Japão<sup>37</sup>. Tais eventos, contudo, tiveram efeito diplomático bastante limitado, tendo em vista que os mísseis testados, até aquele momento, eram todos de curto alcance ou *shore-based anti-ship missiles*, cuja tecnologia a Coreia do Norte já havia acusado possuir desde o teste do Taepodong-I em 1998. O míssil testado em 2006, porém, o Taepodong-II, era de longo-alcance, supostamente capaz, inclusive, de carregar ogivas nucleares que atingissem o Havaí ou o Alaska (ZHANG, 2007).

O efeito de tais testes, portanto, foi muito maior, ocasionando reações bastante hostis por parte do Japão e dos EUA, que além de anunciar que o sistema de defesa antimísseis no Alaska entraria em seu maior nível de alerta, enviou seu único *Aegis cruiser* equipado com um sistema de defesa antimísseis naval para as águas norte-coreanas e decidiu intensificar a implantação de defesas antimísseis em território japonês. Ademais, o episódio também provocou danos significativos à credibilidade de Beijing como mediadora, reduzindo consideravelmente a presumida influência chinesa sobre a Coreia do Norte. Segundo Zhu (2006, p. 36), “todas estas movimentações apontam para uma marcada escalada do confronto militar em torno do lançamento de mísseis norte-coreanos – uma situação que a China vinha buscando evitar com seus esforços de mediação na crise nuclear norte-coreana e ao sediar as *Six Party Talks*”

---

<sup>37</sup>Teste de míssil anti-navio, em fevereiro de 2003; teste de um segundo míssil anti-navio, em março de 2003; e testes de míssil de curto alcance. Chronology Of North Korean Missile Development, *Agence France-Presse*, 15 de junho, 2006. Disponível em [http://www.spacewar.com/reports/Chronology\\_Of\\_North\\_Korean\\_Missile\\_Development.html](http://www.spacewar.com/reports/Chronology_Of_North_Korean_Missile_Development.html) Acesso em: 20/09/2011.

Além disto, o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 1695, a qual condenava os testes norte-coreanos e urgia a Coreia do Norte a suspender quaisquer atividades relacionadas a mísseis balísticos, ainda que impusesse apenas sanções consideradas leves, como: (1) a proibição do fluxo de exportações de armamento pesado para a Coreia do Norte; (2) a proibição para as lideranças do programa norte-coreano de armas de destruição em massa de viajar ao exterior; e a (3) exigência do congelamento da conta estrangeira do programa norte-coreano de WMD (armas de destruição em massa). Nota-se, ainda, que a Resolução foi quase exclusivamente restrita aos mísseis e às Armas de Destruição em Massa (WMD), mencionando apenas uma vez o programa nuclear em si, e sem impor sanções econômicas ou financeiras (SHEN, 2006).

O teste dos mísseis é considerado episódio complementar à crise nuclear, pois o desenvolvimento de tecnologia para mísseis de longo alcance também aumenta o alcance a que podem chegar as ogivas nucleares, o que torna o programa nuclear norte-coreano ainda mais perigoso aos olhos dos demais Estados. Além disto, o incidente obviamente serviu para aumentar ainda mais as tensões na região e a pressão dos EUA e do Japão sobre a Coreia do Norte, bem como o poder de barganha desta na negociação com as potências (ZHANG, 2007).

Em seguida, em 5 de outubro de 2006, o Ministro das Relações Exteriores da RDPC emitiu uma declaração avisando que o país, em breve, realizaria testes nucleares, e garantindo que “a RDPC nunca usará armas nucleares primeiro e irá proibir estritamente a exportação de armas nucleares” (SHEN, 2006, p. 31). No dia 9 de outubro de 2006, contudo, a crise nuclear norte coreana alcançou um novo patamar, quando o país anunciou oficialmente a realização bem-sucedida de seu primeiro teste nuclear, desafiando abertamente a comunidade internacional. Em 16 de outubro, o diretor de Inteligência Nacional dos EUA afirmou que amostras de resíduos radioativos coletadas confirmavam o teste subterrâneo de um dispositivo nuclear nas proximidades de P’unggye, com rendimento de menos de 1 kiloton (kt) (ZHANG, 2007).

De acordo com Zhang (2007), especialista chinês em armas nucleares, a bomba testada foi uma *Pu-bomb*, ou seja, uma bomba de plutônio, e não de urânio enriquecido. Ele argumenta que pouco se sabe realmente sobre as atividades norte-coreanas para o enriquecimento de urânio – nem sequer se existe tal programa. E estima-se que, mesmo que o programa de enriquecimento de urânio verdadeiramente exista, ele se encontraria em um estágio de pesquisa e desenvolvimento ou, na melhor das hipóteses, teria a capacidade para uma instalação-piloto experimental. Além disto, mesmo que a Coreia

do Norte tenha a capacidade de produzir material físsil suficiente e o equipamento necessário, ainda levaria vários anos para que produzisse urânio enriquecido suficiente para uma ou duas bombas. Não obstante, a Coreia do Norte já possui plutônio suficiente para a confecção de várias armas nucleares.

Zhang (2007, p. 119), ademais, questiona se o teste nuclear teria sido realmente bem-sucedido, conforme declarado pelas autoridades norte-coreanas, tanto em termos de grau e natureza como em termos de suas consequências. O autor explica que um rendimento explosivo de aproximadamente 1kt é muito menos do que o alcançado pelos testes iniciais de outros Estados, os quais chegaram a um rendimento de 10 a 20kt. Assim, muitos acadêmicos interpretaram o teste como um “fracasso” e argumentam que a Coreia do Norte não pode ainda ser considerada um Estado nuclear. Por outro lado, especialistas chineses têm afirmado que “se a Coreia do Norte queria 4 kt e conseguiu 1 kt, isto não é ruim para um primeiro teste (...) nós chamamos isto de bem-sucedido, mas imperfeito”. Já Avila (2008), apesar de ressaltar que o país tem muita força militar convencional, aponta a dificuldade de mensurar o real poder do programa nuclear norte-coreano, tendo em vista a falta de informações confiáveis a seu respeito. Assim, ainda que a realização do teste de 2006 não seja posta em dúvida, as questões a respeito de sua performance e potência continuam bastante nebulosas e inconclusivas.

De qualquer forma, em 14 de outubro de 2006, seguindo os testes nucleares, o Conselho de Segurança da ONU adotou unanimemente a Resolução 1718, a qual condenou o teste nuclear realizado pela RDPC, mas descartou sanções militares como opção de frear o programa nuclear norte-coreano, tendo em vista que a China mantinha-se contrária ao estabelecimento de pressões sobre a Coreia do Norte que poderiam levar a uma escalada ainda maior das tensões (PRITCHARD, 2007).

Logo em seguida, em 16 de setembro de 2006, Kim Yong Nam – o número dois do regime norte-coreano –, expressou a determinação norte-coreana em continuar desenvolvendo seu programa nuclear ao declarar que “as pré-condições para desistir de suas armas nucleares são que os países vizinhos interrompam seus programas nucleares e que as grandes potências efetuem o desarmamento nuclear”<sup>38</sup>. Condições estas que seriam sabidamente rechaçadas pelas grandes potências. Neste sentido, Zhang (2006, p. 2) afirma: “O teste revela que há muito tempo os líderes da RDPC tomaram a decisão de

---

<sup>38</sup>“Kim Yong Nam Explains North Korean Standpoint of Solving the Nuclear Crisis,” Rodong Sinmun, (órgão do Comitê Central do PTC), 18 de setembro, 2006. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/world/2006-09/18/content\\_5104561.htm](http://news.xinhuanet.com/world/2006-09/18/content_5104561.htm) Acesso: 21/09/2011



desenvolver e possuir armas nucleares. Tendo atravessado o limiar nuclear, é improvável que Pyongyang irá desistir da posse de tais armas”.

As *Six Party Talks*, no entanto, que pareciam condenadas após o teste nuclear, voltaram a se reunir, já em dezembro de 2006, para a segunda fase da quinta rodada de negociações. Todavia, mais uma vez, nenhum progresso foi obtido, tendo em vista que o representante da RDPC, Kim Gye-gwan, recusou-se a tratar do programa de armas nucleares, ao passo que insistia para que os EUA retirassem as sanções financeiras impostas em 2005. Assim, mais uma vez a viabilidade das *Six Party Talks* passou a ser questionada, dado que, desde 2003, as negociações haviam evoluído muito pouco.

Certa melhora no prospecto das *Six Party Talks* se deu em no início de fevereiro de 2007, por ocasião da terceira fase da quinta rodada de negociações, quando foi anunciado um novo acordo multilateral entre as partes. Pyongyang se comprometia a desativar suas instalações nucleares em Yongbyon e a permitir a volta dos inspetores da AIEA. Washington concordava em iniciar negociações bilaterais com a RDPC, de forma a avançar em direção a normalização das relações diplomáticas entre os dois países, a começar o processo de remoção da Coreia do Norte do “eixo do mal” e a liquidar as sanções impostas ao país. Já as demais partes ficariam encarregadas de fornecer à Coreia do Norte 50 mil toneladas de petróleo pesado no período de sessenta dias. Pritchard (2007) assinala que tal acordo foi resultado de uma importante mudança de tendência da política externa dos EUA, a qual se deu após a vitória democrata nas eleições para o Congresso de novembro de 2006, diminuindo a influência da “linha dura” norte-americana para a Coreia do Norte, a qual vinha prevalecendo durante todo o primeiro mandato de Bush. Assim, os EUA pareciam menos dispostos a confrontação e mais abertos ao diálogo.

Foi neste contexto que foi realizada a sexta rodada das *Six Party Talks*. A primeira fase começou, em março de 2007, de maneira bastante conturbada, tendo em vista que os EUA anunciaram a liberação de fundos de 25 milhões de dólares pertencentes a norte-coreanos do Banco Delta Ásia, os quais haviam sido congelados em 2005, de forma a encorajar as ações de desnuclearização da Coreia do Norte. Todavia, certos problemas com a transação financeira atrasaram tal liberação, levando a Coreia do Norte a recusar-se a negociar antes de receber o dinheiro. Assim, o diálogo teve de ser adiado até julho, quando reiniciaram as negociações, resultando em uma Declaração Conjunta das partes, reforçando o comprometimento com o acordo de fevereiro de 2007. A segunda fase da rodada, realizada em setembro de 2007, por sua

vez, confirmou a implementação dos primeiros passos no sentido de cumprir o acordo de 2007 e, inclusive, agendou nova rodada de negociações para o fim do ano.

Não obstante, a nova rodada nunca chegou a ocorrer, tendo em vista o recrudescimento das hostilidades entre as partes. A RDPC lançou um relatório de seu inventário nuclear, em novembro de 2007 e, tendo cumprido com a sua parte do acordo, exigia receber a assistência que lhe havia sido prometida. Os EUA, porém, clamavam que o inventário estava incompleto e suspendeu o fornecimento de auxílio até que uma nova lista fosse entregue. Uma última rodada foi realizada ainda em dezembro de 2008, todavia, estas também não lograram avançar, terminando em fracasso.

Conforme assinala Zhang (2006), as *Six Party Talks*, em última análise, estavam desde o início “fadadas ao fracasso”, tendo em vista as divergências substanciais de percepção dos objetivos diplomáticos por cada, levando a uma série de contradições. Os EUA não parecem acreditar – e tentam convencer a China e a Coreia do Sul - que a questão nuclear possa ser resolvida por meio do diálogo. A Coreia do Sul, temendo o estalar de uma guerra que poderia arruinar o progresso obtido após anos de desenvolvimento econômico, aposta todas as suas esperanças nas negociações. Já a China e a Rússia foram, por muitos anos, céticas com relação ao real desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano.

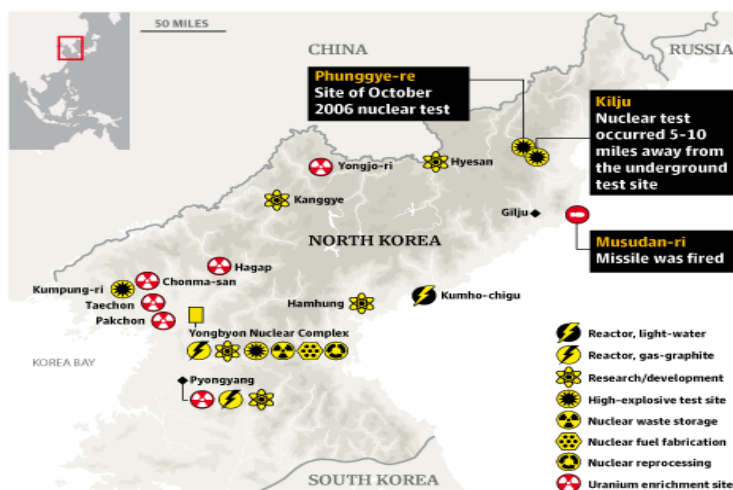
Neste sentido, Beal (2005, p. 217) explica que as *Six Party Talks* fracassaram, pois demonstravam não apenas divergências profundas a respeito da questão nuclear norte-coreana, mas sobretudo o claro conflito entre duas visões distintas de mundo. A primeira visão, representada pela RDPC, consistia no sistema Westfaliano, que pregava a soberania e igualdade hierárquica dos Estados nas relações internacionais. Já a segunda visão, liderada pelos EUA, era a “imperialista”, percebendo um mundo centrado em um único Estado, o qual representaria a civilização e a boa governança, e que estaria rodeado de Estados subordinados. Estas diferentes percepções, em última instância, fez com que as conversações se convertessem em “mera formalidade”, por volta de 2006, sendo encerradas em dezembro de 2008.

As tensões recomeçaram na península coreana em 5 de abril de 2009, quando a Coreia do Norte anunciou ter lançado um satélite, apesar das pressões internacionais contrárias. Especula-se que o lançamento, na verdade, seria novo teste do Taepodong-II, e não apenas um satélite. Ainda que o lançamento tenha fracassado, caindo no Oceano Pacífico, em 13 de abril, o Conselho de Segurança concordou unanimemente com uma

Declaração Presidencial<sup>39</sup> que condenava o lançamento norte-coreano e expressava a intenção do Conselho em expandir as sanções contra a RDPC. A resposta da Coreia do Norte veio no dia seguinte, quando autoridades declararam que o país nunca mais tomaria parte em negociações multilaterais, tal como as *Six Party Talks*, e que não seria vinculada a nenhum acordo que tenha sido resultado destas negociações. Assim, a RDPC novamente expulsou os inspetores da AIEA do país e informou que retomaria seu programa de armamentos nucleares.

O ápice, porém, ocorreu em 25 de maio de 2009, apenas alguns meses após a ascensão de Barack Obama à Casa Branca, quando a Coreia do Norte anunciou a realização de um segundo teste nuclear na região de Kilju, 375 km a nordeste de Pyongyang – como mostra a Ilustração 1, logo abaixo. O teste registrou magnitude sísmica de cerca de 4.7 na escala Richter, indicando uma arma nuclear com poder explosivo de 3 a 8 kilotoneladas, isto é, bem mais do que apenas 1 kilotonelada do teste de 2006. Assim, tal teste foi considerado mais bem sucedido que o anterior (CHA, 2009).

ILUSTRAÇÃO 2: Disposição territorial do programa nuclear norte-coreano



Fonte: The Guardian, 2009

Além disto, o acontecimento levou os membros do Conselho de Segurança da ONU a convocarem uma reunião de emergência, a qual resultou na aprovação por unanimidade, em 12 de junho, da Resolução 1874<sup>40</sup>, impondo sanções mais severas à Coreia do Norte e autorizando os países membros da ONU a inspecionar carregamentos

<sup>39</sup> President Statement S/PRST/2009/ - Conselho de Segurança da ONU. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/301/03/PDF/N0930103.pdf?OpenElement> Acesso: 21/09/2011

<sup>40</sup> Resolution S/RES/1874 (2009) – Conselho de Segurança da ONU. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/368/49/PDF/N0936849.pdf?OpenElement> Acesso: 21/09/2011

norte-coreanos transportados por terra, mar ou ar, bem como destruir qualquer material suspeito de estar relacionado a armas de destruição em massa. A medida também ampliava o embargo ao comércio de armas com a Coreia do Norte – estabelecido na Resolução 1718, após o primeiro teste nuclear norte-coreano -, de forma a proibir que o país vendesse tanto armamento pesado quanto armas leves.

A China, desta vez, não se absteve ou criticou as sanções, mas votou a favor delas, indicando uma mudança mais profunda na postura chinesa a respeito da questão. O embaixador da China na ONU, Zhang Yesui, disse que a resolução demonstra a "firme oposição" do mundo às ambições nucleares da Coreia do Norte e que a resolução é "apropriada e equilibrada". Ressaltou, no entanto, que a autorização para que os países inspecionem carregamentos norte-coreanos deve ser utilizada com prudência e sem uso ou ameaça de força. A Coreia do Norte, todavia, declarou que qualquer interceptação de seus navios seria considerada um 'ato de guerra' (GLASER, 2009).

#### **1.4. Causas e Consequências do Programa Nuclear Norte-Coreano**

Os dois principais debates que se dão em volta da questão nuclear norte-coreana atualmente giram em torno dos reais motivos de Pyongyang para desenvolver armamentos nucleares e das reais implicações que a posse de tais armamentos pela RDPC tem para a estabilidade e segurança regionais. Esboçam-se, a seguir, alguns dos argumentos que são utilizados em tal debate.

A partir dos anos 2000, com os potenciais progressos da Coreia do Norte no campo nuclear, começou a ganhar terreno uma visão de que o seu programa nuclear tinha como objetivo central desencorajar um potencial ataque dos EUA, já que este havia classificado a RDPC no escopo do "eixo do mal". Encorajando esta visão, Choe Thae-bok, secretário do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores do regime comunista norte-coreano, afirmou, em maio de 2009, que a ameaça militar e as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos levaram seu país a realizar seu segundo teste nuclear. Choe assegurou que o objetivo é de "proteger os interesses supremos da Coreia do Norte, assim como defender a dignidade e soberania do país frente aos

EUA<sup>41</sup>". Contudo, analistas ocidentais e asiáticos suspeitam de que esta não seja a única razão por trás do desenvolvimento do programa de armas nucleares norte-coreano.

Zhang (2006), porém, refuta esta última perspectiva, a partir do teste nuclear norte-coreano de 2006, argumentando que o desenvolvimento de armas nucleares não é algo simples, e muito menos rápido, mas sim um longo e complexo processo que exige uma série de recursos materiais, financeiros e humanos. Ele ressalta, portanto, que a Coreia do Norte não poderia ter desenvolvido armas atômicas em tão pouco tempo - desde 2002, quando foi incluída no "eixo do mal" e passou a ser vista com hostilidade pelo governo Bush. Tal fato, portanto, em seu ponto de vista, não pode ser considerado como mera resposta a ameaças norte-americanas recentes, mas sim como o resultado de um longo processo que - como previamente exposto - teve início já nos anos 1950.

Harrison (2002, p. 197) enfatiza tal argumento ao acrescentar que o programa nuclear norte-coreano foi, na verdade, o resultado de uma série de circunstâncias históricas: "De fato, o esforço norte-coreano para desenvolver armas nucleares e sistemas de mísseis foi uma resposta direta a provocação nuclear durante a Guerra de Coreia e o subsequente emprego, pelos EUA, de armas nucleares táticas no Sul por mais de três décadas".

Na verdade, segundo Zhang (2006), a resolução norte-coreana de possuir armas nucleares pode ser entendida como tendo um "objetivo final" e alguns "objetivos processuais"<sup>42</sup>. O objetivo final seria o de controlar um instrumento poderoso, de forma a constranger as grandes potências atuantes na região (EUA, China e Rússia) e a modificar suas relações estratégicas com elas. Parte-se, assim, de uma concepção tipicamente norte-coreana e já amplamente expressa por seus líderes de que a Coreia do Norte foi historicamente vulnerável a invasões e interferências das potências - o que pode facilmente ser exemplificado pelo colonialismo japonês da península coreana, no início do século XX, e pelo papel dos EUA, respaldado pela ONU, na Guerra da Coreia (1951-1953). Neste sentido, percebendo a grande lacuna de suas forças comparadas com as das grandes potências, o controle de armas nucleares seria visto pelo país como uma decisão vital e um elemento indispensável para restabelecer certo equilíbrio estratégico no Nordeste Asiático, especialmente com relação à Coreia do Sul.

---

<sup>41</sup> "Norte-coreanos comemoram em massa teste nuclear" - GI, 26 de maio, 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1168892-5602,00-NORTECOREANOS+COMEMORAM+EM+MASSA+TESTE+NUCLEAR.html>. Acesso: 21/09/2011.

<sup>42</sup> "Ultimate objective" e "process objectives" (ZHANG, 2006, p. 3).

Já os “objetivos processuais” sim teriam emergido a partir de 2002, quando seu programa nuclear (até então secreto) foi revelado pelos EUA. Desde exposto, o programa teria se tornado, então, em importante ferramenta para perseguir interesses práticos. O primeiro destes objetivos seria usar o programa nuclear para atender necessidades políticas domésticas ligadas à estagnação da economia e ao crescente empobrecimento da população. Neste sentido, os testes nucleares simbolizam força nacional e proeza científica e tecnológica, favorecendo o controle político do partido único e “justificando” à população a falta de desenvolvimento com slogans como “*military-first politics*”. Assim, o programa nuclear ajudaria a estabilizar a sociedade, eliminar sentimentos de fracasso e reforçar o sistema de legitimidade. Shen (2006, p. 23) parece concordar com esta percepção ao afirmar que “obter armas nucleares ajuda a elevar a moral nacional e é bom para aumentar o prestígio do partido governante”.

O segundo objetivo seria utilizar o programa nuclear para chamar a atenção dos EUA, com quem a Coreia do Norte teria interesse em dialogar por ser a grande superpotência atual. Assim, quando necessário, a RDPC pode se valer do programa nuclear como moeda de barganha, fazendo concessões limitadas – tais como o abrandamento ou congelamento temporário do programa -, de modo a obter substanciais benefícios econômicos e/ou ganhos diplomáticos (ZHANG, 2006). Este parece ter sido a principal razão que levou os norte-coreanos a conduzirem o seu segundo teste nuclear, em maio de 2009, apenas alguns meses após a posse do novo presidente dos EUA, Barack Obama, o qual demonstrava ter maior interesse na Guerra do Iraque e em questões internas, deixando a questão coreana em segundo plano (LAI, 2009).

Neste sentido, Visentini (2009) explica que o programa nuclear parece ser a única moeda de troca do país na tentativa de fazer com que os EUA assinem um tratado de paz que garanta a cooperação econômica e a soberania da nação. Kim (2001, p. 393), por sua vez, enfatiza tal argumento ao afirmar: “Do ponto de vista de Pyongyang, armas nucleares constituem a dissuasão e o ‘equalizador estratégico’ de maior custo-benefício em sua competição com o Sul. A remoção *de facto* do guarda-chuva nuclear russo, portanto, parece ter fortalecido a determinação da RDPC de se nuclearizar como uma questão de necessidade e de sobrevivência do regime”.

Cumings (2004, p. 48), por sua vez, acredita que este passou a ser o objetivo predominante do país ao desenvolver seu programa nuclear: “A perspectiva da Coreia do Norte neste confronto, sua posição, era a de usar seu programa nuclear para moldar uma nova relação com os EUA (...) Ao perseguir uma perspicaz diplomacia de

sobrevivência, Pyongyang usou blefe, falsidade, e *brickmanship* para conseguir o que queria”. O autor considera, no entanto, que o objetivo original por trás de tal programa nuclear estava mais ligado a segurança energética do que à segurança militar:

Aqui estava a justificativa norte-coreana por Yongbyon desde o início – substituir um regime energético dependente de carvão e hidroeletricidade domésticos e petróleo importado, por energia nuclear. Pyongyang procurou fazer aquilo que o Japão e a Coreia do Sul faziam há décadas, com a diferença que, tendo em vista que as grandes potências recusavam-se a prover-lhe qualquer combustível nuclear potencialmente reprocessável, foi construído um reator que utilizaria os depósitos de urânio da Coreia do Norte<sup>43</sup> (...) Yongbyon, em resumo, começou com a busca por auto-suficiência energética e acabou como elemento de barganha para negociar um novo relacionamento com os EUA” (CUMINGS, p. 57-60).

E, por fim, o terceiro objetivo seria, de fato, evitar uma invasão norte-americana. Segundo Zhang (2006, p. 5), as autoridades norte-coreanas sempre tiveram grande receio de um ataque dos EUA, o qual foi fortemente exacerbado com o estalar da Guerra do Iraque. “É por isto que, após a ocupação de Bagdá, em abril de 2003, a Coreia do Norte rompeu com sua tática original de *denial* e passou a declarar abertamente suas intenções de desenvolver armas nucleares a cada oportunidade, em uma tentativa de desencorajar os EUA de atacá-la também”.

De uma perspectiva norte-coreana, Shen (2006, p. 23) afirma que a Coreia do Norte, ao desenvolver armas nucleares, não estava apenas “fazendo política”, mas buscando uma garantia de segurança, especialmente em face da desconfiança mútua para com os EUA. O autor atenta para a existência de um fator chinês na decisão norte-coreana de produzir armas nucleares. Já que a China, com um crescimento econômico fenomenal nos últimos anos, ao passo que vê seu poder e status no sistema internacional aumentado a cada ano, parece cada vez menos disposta a cumprir o Artigo II do Tratado Sino-Coreano de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua de 1961, o qual garante assistência militar mútua em caso de agressão por uma terceira parte. Assim, a Coreia do Norte, ao desenvolver um programa nuclear, demonstra ter pouca confiança em sua aliança militar com a China, principalmente se comparada à assistência militar que os EUA têm provido ao Japão e a Taiwan. Blank (2007, p. 3) acrescenta, neste sentido, que “a Coreia do Norte certamente não espera ainda que a China seja sua protetora, antes se sente traída pela China e, portanto, dependerá só de si mesma”.

---

<sup>43</sup> A Coreia do Norte tem abundância de urânio 238, elemento radioativo encontrado na natureza, o qual, através de reatores, produz plutônio, o qual, por sua vez, quando refinado a um certo nível, pode ser utilizado como combustível de armas nucleares (CUMINGS, 2004).

Assim, considerando que o maior benefício oferecido pelas armas nucleares a uma nação é seu poder de evitar que um rival em potencial a invada ou ameace seus interesses centrais, Shen (2006, p. 23) questiona: “Se mesmo uma superpotência como os EUA, em nome de sua segurança, não está disposto a desistir das armas nucleares, como se pode esperar que um país fraco como a Coreia do Norte o faça”? Por que um país como a Coreia do Norte trocaria as armas nucleares e seu poder de dissuasão por garantias de segurança incertas e vazias?

Já com relação às consequências da questão nuclear para a dinâmica securitária da região, Zhang (2006) é de opinião de que as armas nucleares não irão aumentar a segurança da Coreia do Norte ou da região. Muito pelo contrário, a capacidade nuclear colocaria o país em uma posição ainda mais perigosa. Isto porque, até então, apesar das hostilidades mútuas entre os governos norte-coreanos e norte-americanos, os EUA não tinham nenhuma real necessidade de atacar uma Coreia do Norte não nuclear. Não obstante, segundo o autor, uma Coreia do Norte nuclearizada poria o país em evidência como possível alvo de ataques nucleares ou de ataques “preventivos” dos EUA. Caso este cenário ocorresse, sendo a Coreia do Norte um país relativamente pequeno e com falta de “profundidade estratégica”, o país não teria as forças necessárias para contra-atacar e, muito menos, para manter qualquer equilíbrio de forças com os EUA.

Esta visão é contraposta por Shen (2006), o qual defende que o desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte reduziria consideravelmente a possibilidade de uma guerra na Península Coreana. Segundo o autor, já havia anteriormente uma série de elementos de dissuasão na região: (1) os EUA tinham apenas 90 mil soldados no Leste Asiático - sendo que só 30 mil estariam na Coreia do Sul -, estando em desvantagem numérica em relação à Coreia do Norte, que possui uma das maiores forças militares ativas no mundo, com um exército regular de cerca de 1 milhão de soldados; (2) considerando os armamentos convencionais, a Coreia do Norte tem artilharia suficiente e mísseis de curto alcance que poderiam causar vítimas em massa às forças norte-americanas. Neste sentido, as armas nucleares seriam o fator de dissuasão decisivo da RDPC, o qual “obrigaria os EUA a levar a Coreia do Norte mais a sério”.

Segundo a análise histórica aqui realizada, todavia, no curto-prazo, a península não parece estar realmente em perigo, conquanto os EUA – único país que realmente representa uma ameaça direta à RDPC no momento -, se mantenha ocupado com questões estratégicas no Oriente Médio e tenha pouco interesse concreto em um ataque à Coreia do Norte. Além disto, conforme explica Pecequillo (2005, p. 403): “No caso da



Coréia, além do país não possuir petróleo, uma eventual intervenção militar teria que lidar com a presença concreta de Rússia, China, Coréia do Sul e Japão, e não somente com sua oposição retórica”. Os riscos envolvidos em tal empreendimento, portanto, seriam muito mais altos que os possíveis ganhos provenientes da operação.

## **4. A PERSPECTIVA DOS EUA E DA CHINA**

### **4.1. A Perspectiva dos Estados Unidos**

Como já mencionado anteriormente, após a ascensão do republicano George W. Bush à Casa Branca, em janeiro de 2001, a política *Carrot and Sticks* até então utilizada pelos EUA para a questão nuclear norte-coreana estava com seus dias contados. A estratégia, a partir de então, seria a utilização de um discurso mais agressivo e a redução de concessões. Neste sentido, Cumings (2004, p. 95) afirma: “Os conselheiros de Bush promoveram uma reversão geral da prévia estratégia americana. Ao invés de dissuasão, nós teríamos o que o cientista político Thomas C. Shelling chamou de *compellence* – utilizar o esmagador e incontestável poderio militar americano para moldar a relação com os aliados e constranger adversários”. Tal citação ilustra bem a crise da “liderança” norte-americana, a partir da ascensão de Bush, tornando problemática sua hegemonia global tal como conceitualizada por Arrigui (1996).

Conforme aponta Niksch (2002, p. 4), esta mudança da política externa norte-americana ficaria ainda mais explícita a partir de 2002:

A designação feita pelo presidente Bush da Coréia do Norte como parte de um ‘eixo do mal’, em seu discurso ao Estado da União, em 29 de janeiro de 2002, esclareceu a política do governo que emergia após a declaração de 6 de junho<sup>44</sup>. Esta política visa à redução e/ou a eliminação de elementos básicos do poderio militar da Coréia do Norte, incluindo armas nucleares e/ou materiais ao nível de armas nucleares, armas de destruição em massa, e artilharia convencional e lançadores de foguetes posicionados na zona desmilitarizada (DMZ) com alcance à Seoul.

Esta mudança na política norte-americana para a Coréia do Norte está contextualizada na “guerra contra o terror” definida pela Doutrina Bush<sup>45</sup>, após os

---

<sup>44</sup>Revisando a política norte-americana para a Coréia do Norte, Bush declarou como objetivo, em 6 de junho de 2001, melhorar a implementação do Acordo Quadro relacionado às atividades nucleares norte-coreanas (NIKSCH, 2002).

<sup>45</sup> A chamada Doutrina Bush consiste na Estratégia de Segurança Nacional (NSS), lançada pelo presidente George W. Bush em 2002. Ela prega que os EUA devem reagir prontamente a ameaças a seu interesse e segurança por meio da prevenção e preempção: “Não podemos defender a América e nossos

ataques de 11 de setembro às torres gêmeas. Pecequillo (2005, p. 391-392) salienta que o mundo definido na Doutrina Bush é “bastante simplista, dividido entre amigos e inimigos, opondo a liberdade ao medo, em um projeto abrangente de reestruturação hegemônica e transformação do *status quo*”. Ela acrescenta, ademais:

Perante o potencial da guerra antiterror como elemento agregador e orientador de políticas, os republicanos a tornaram prioridade e missão essencial de sua presidência. Antes marginal na agenda neoconservadora, o tema foi convertido em uma missão do país e de Bush, que muitas vezes coloca o desafio de conduzir a nação neste momento como uma tarefa de fé. Estamos diante de uma espécie de renovação do Destino Manifesto, que coloca as ações norte-americanas como um dever e um direito, visando a proteção da liberdade e a sua disseminação (...) Na prática, o combate ao terrorismo serviu como uma justificativa clara do porquê os Estados Unidos precisavam expandir sua hegemonia no sistema e aumentar seu poderio militar. O discurso da segurança nacional passou a sustentar o unilateralismo, dando um aspecto de ‘novidade’ a este comportamento quando, na verdade, tratava-se da obtenção de objetivos previamente estabelecidos, sem relação direta com os atentados.

O que estava por detrás desta nova postura dos EUA perante o sistema internacional, portanto, era a percepção de que a hegemonia norte-americana começava a ser ameaçada, não apenas pelo desafio terrorista, mas também pelo crescimento acelerado dos países emergentes, tais como Índia e China. Fazia-se necessário, portanto, utilizar a ameaça terrorista como elemento legitimador para ampliar seu poderio militar e securitizar a agenda global. A guerra antiterror, portanto, passou a ser o principal elemento legitimador dos interesses hegemônicos dos EUA no globo. O envolvimento dos EUA com a questão nuclear norte-coreana seria justificado sob a mesma bandeira, com a RDPC figurando entre os inimigos a serem combatidos. Desta forma, o governo Bush pretensamente pretendia reforçar pressões sobre a Coreia do Norte para evitar que o país pudesse vir a fornecer armas de destruição em massa, e até mesmo armamentos nucleares, para redes terroristas, tal como a Al Qaeda. Neste sentido, a estratégia da administração Bush passou a ser o uso de acusações públicas e avisos, de modo a pressionar a Coreia do Norte a efetuar mudanças em sua política militar em consonância com os objetivos norte-americanos (NIKSCH, 2010).

De uma perspectiva norte-americana, portanto, ao colocar a Coreia do Norte no “eixo do mal” a administração Bush frisava a necessidade de garantir o desmantelamento do programa nuclear norte-coreano, ressaltando a ameaça

---

inimigos esperando pelo melhor. Devemos estar preparados para derrotar os planos de nossos inimigos (...) No novo mundo em que entramos, o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação (...) Devemos estar preparados para deter Estados bandidos e seus clientes terroristas antes que se tornem aptos a nos ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e seus aliados e amigos” (NSS, 2002, p. 14).

representada pelo país. Nicksch (2005) aponta três elementos primordiais que compunham a política externa de Bush para com a questão nuclear norte-coreana: (1) a exigência de um comprometimento imediato da Coreia do Norte com o desmantelamento do programa nuclear; (2) a recusa de negociar bilateralmente com a Coreia do Norte até que esta aceitasse o desmantelamento; e (3) o isolamento internacional da Coreia do Norte. Assim, exigia-se da Coreia do Norte nada menos do que o “completo, verificável e irreversível desmantelamento” (CVID) <sup>46</sup>.

A estratégia adotada pelo governo para alcançar o CVID estava baseada em quatro diretrizes: (1) encerrar o Acordo Quadro; (2) reter qualquer medida recíproca dos EUA para com a Coreia do Norte até que o país realizasse avanços significativos para desmantelar seu programa nuclear e fizesse concessões em outras questões militares; (3) reunir uma coalizão internacional para exercer pressões diplomáticas e econômicas sobre a Coreia do Norte; (4) planejar futuras sanções econômicas e interdição militar do tráfego marítimo e aéreo da Coreia do Norte através de uma Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (Proliferation Security Initiative - PSI) <sup>47</sup>.

Com relação à política norte-americana de isolamento da Coreia do Norte, Nicksch (2005) também ressalta a existência de dois eixos. Em primeiro lugar, buscava-se isolar a Coreia do Norte de qualquer apoio diplomático de outros governos acerca da questão nuclear e criar um bloco de governos exigindo que a Coreia do Norte aceitasse o CVID. Em segundo lugar, buscava-se criar uma ampla coalizão de governos dispostos a impor sanções econômicas à Coreia do Norte, caso esta seguisse rejeitando o CVID.

As *Six Party Talks*, portanto, representavam um elemento fundamental para evitar as negociações bilaterais com a Coreia do Norte, inserindo-se na estratégia norte-americana de isolar a Coreia do Norte, e, ao mesmo tempo, uma oportunidade importante de ampliar sua influência sobre China, Japão, Rússia e Coreia do Sul. Isto é, o objetivo seria criar uma situação de cinco contra um que legitimasse as demandas norte-americanas e encurralasse a Coreia do Norte através de sanções aprovadas em

---

<sup>46</sup>“complete, verifiable, irreversible dismantlement” (CVID)

<sup>47</sup> Em maio de 2003, o presidente George W. Bush propôs a Iniciativa de Segurança contra a Proliferação, a qual visava interditar a exportação de armas de destruição massiva e de drogas ilícitas de países “proliferadores”. No que concerne à Coreia do Norte, o objetivo seria contrair fortemente seus ganhos de comércio exterior, os quais constituem importante fonte de sustento da elite política e militar norte-coreana, produzindo pressões financeiras que levariam à capitulação norte-coreana às demandas dos EUA ou no colapso do regime liderado por Kim Jong Il (NIKSCH, 2005).

conjunto, tanto no âmbito do Conselho de Segurança da ONU como no quadro da ISP<sup>48</sup>. Enquanto isto, os EUA garantiam a manutenção de suas alianças com o Japão e a Coreia do Sul e colocava a China em situação delicada (NIKSCH, 2005).

Além disto, como argumenta Beal (2005, p. 214), a administração Bush tinha bons motivos para reascender a crise nuclear norte-coreana: “Eles não estavam satisfeitos com o Acordo Quadro e queriam sair dele (...) os norte-coreanos estavam tanto cumprindo a sua parte como pressionando os americanos para que cumprissem seu lado da barganha. As alegações do programa de enriquecimento de urânio ofereciam uma saída a este impasse”.

Neste sentido, Harrison (2003) acrescenta ainda que a política norte-americana para a Coreia do Norte, durante o governo Bush, baseou-se largamente na suposição de que as dificuldades econômicas da RDPC iriam, em algum momento, forçar o país a fazer concessões militares unilaterais. É a partir desta suposição que os EUA recuavam ante as tentativas norte-coreanas de manter um diálogo bilateral de segurança. Não obstante, o Estado liderado por Kim Jong Il, ainda que precário, mantinha-se firme e forte, sem dar sinais consistentes de esgotamento do regime.

Não havia, contudo, um verdadeiro consenso, no âmbito da administração Bush, com relação à política externa a ser adotada perante a questão nuclear norte-coreana, mas sim dois grupos de opinião divergentes. O primeiro grupo era composto por oficiais do Pentágono, conselheiros do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, oficiais ligadas ao vice-presidente Richard Cheney, e especialistas em proliferação do Departamento de Estado e da Casa Branca, liderados pelo Subsecretário de Estado John Bolton. Esta coalizão era contra as negociações com a Coreia do Norte, defendendo a emissão de demandas que deveriam ser respondidas com concessões unilaterais norte-coreanas, isto é, sem qualquer contrapartida por parte dos EUA ou de outro país, tanto em questões nucleares como nas demais questões militares. Eles advogavam, ainda, uma estratégia norte-americana visando isolar diplomática e economicamente a Coreia do Norte, de forma a forçar o colapso do regime<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Nicksch (2005) aponta, contudo, que a administração Bush fracassou consideravelmente neste ponto, tendo em vista as críticas crescentes de China, Rússia e Coreia do Sul à posição norte-americana e a resistência destes países em estabelecerem sanções econômicas à Coreia do Norte – sendo que apenas o Japão aderiu ao ISP.

<sup>49</sup> Este grupo é também chamado de “falcões neoconservadores” e representava a linha estratégica dominante no governo Bush, centralizando decisões nos Departamentos de Defesa e no Conselho de Segurança Nacional.

Já o segundo grupo estava representado principalmente pelo Departamento de Estado, composta por oficiais experientes em questões asiáticas e liderada pelo Secretário de Estado Powell. Esta facção acreditava que as tentativas de negociação deveriam ser esgotadas antes que fossem utilizadas quaisquer medidas mais coercitivas, além de questionarem a efetividade do estabelecimento de uma estratégia que impusesse o colapso do regime norte-coreano (NIKSCH, 2005).

Ainda que no discurso tenha prevalecido a “linha dura” norte-americana para a Coreia do Norte, hostilizando o regime de Kim Jong Il e negando-se a negociar bilateralmente; na prática, a visão de Powell parece ter prevalecido, evitando que os EUA adotassem medidas mais coercitivas para com a Coreia do Norte. Isso parece ter se dado, porém, não necessariamente por causa da influência de Powell no governo – argumenta-se, inclusive, que a posição do Secretário de Estado já era bastante fraca no gabinete –, mas sim pelo papel desempenhado pela China no leste asiático, refreando quaisquer sanções multilaterais, e pelas próprias limitações dos EUA.

Segundo Shen (2006), esta questão fica clara quando, ao realizar seus primeiros testes nucleares, em 2006, a Coreia do Norte transpassou uma das duas *red lines* estabelecidas pelos EUA acerca da questão nuclear na Península Coreana, a saber: teste nuclear e a exportação de armas nucleares ou da tecnologia para produção de armas nucleares. Ao invés de reagir agressivamente, como pressupunha a “linha dura”, contudo, os EUA pareciam não possuir os meios efetivos para punir a RDPC por ter testado um dispositivo de armamento nuclear. Em primeiro lugar, os EUA não tinham a opção política de efetuar ação militar contra a Coreia do Norte. Os custos de uma invasão militar norte-americana em Pyongyang eram estimados em cerca de 2 trilhões de dólares, tendo em vista o recente desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte. Além, disto, os EUA já estavam militarmente envolvidos no Afeganistão e no Iraque, de forma que o orçamento militar sofreria um inchaço ainda maior, consistindo em grande peso para a economia e atraindo fortes críticas da opinião pública.

Neste sentido, Zhang (2006, p. 7) argumenta que a principal razão de tal escalada de tensões na península não levar a um confronto direto entre os EUA e a Coreia do Norte, mesmo após vários anos de hostilidades mútuas, seria que “por parte da Coreia do Norte, era necessário ganhar tempo para desenvolver os armamentos; pela parte dos EUA, se acreditava que as armas nucleares norte-coreanas não eram uma ameaça direta no momento, havendo questões mais urgentes com as quais era preciso lidar, tais como a questão nuclear iraniana”. Krauthammer (2004, p. 16-17), por sua vez,

referindo-se a Doutrina Bush e a política externa norte-americana de “expansão da democracia” em termos preemptivos, acrescenta:

“O globalismo democrático percebe na disseminação da democracia ‘o sucesso da liberdade’ (...) Porém, uma cruzada mundial poderia levar ao desgaste de nossos recursos e moral, e nos distrai de nosso objetivo central. Por isso sugeri a alternativa do Realismo Democrático, que é ‘direcionado, focado e limitado’, que intervém não em todos os lugares em que a liberdade é ameaçada, mas somente onde ela importa (...) no crescente islâmico que se estende do Norte da África ao Afeganistão”.

Em segundo lugar, os EUA não possuíam (nem possuem) laços econômicos substanciais com a Coreia do Norte, de forma que sanções econômicas diretas seriam de pouca utilidade. Assim, a resposta dos EUA ficou limitada a pedir que seus aliados e Estados-membros da ONU que possuíam relações econômicas com a RDPC, sobretudo a China, se utilizassem de sua influência junto ao país para conter seu programa nuclear. E, na realidade, de acordo com Shen (2006), após os testes nucleares de 2006, restou aos EUA apenas uma *bottom line*: que a Coreia do Norte não prolifere armas nucleares. Mesmo assim, porém, é pouquíssimo provável que os EUA arriscar-se-iam a engajar-se militarmente em um conflito que, além de sugar-lhe grande quantidade de recursos financeiros, render-lhe-ia pouquíssimos ganhos econômicos e muitos problemas políticos, sobretudo com a China e a Rússia.

A situação não parece ter se alterado quase nada com a posse do democrata Barack Obama, em janeiro de 2009, o qual, já em maio, teve de lidar com o segundo teste nuclear norte-coreano. Conforme aponta Tai (2009), Obama foi eleito com a promessa de desenvolver uma política externa bem mais conciliatória que seu predecessor. De fato, em seus meses iniciais de governo, o novo presidente mostrou uma postura bem menos agressiva, tomando a iniciativa com Cuba e com o Irã. Aparentemente, essa era a postura que pretendia ter também com a Coreia do Norte, dizendo-se disposto a retomar negociações bilaterais diretas com o país.

Todavia, Obama não reagiu bem aos testes de maio de 2009, considerando tais ações hostis e provocativas, bem como prometendo manter a “linha dura” de Bush para com a questão nuclear. Foi neste contexto que os EUA dirigiram-se ao Conselho de Segurança da ONU, pouco após o teste - reivindicando sanções mais duras sobre a RDPC -, e reafirmou as sanções econômicas que mantém contra o país – ainda que,

como aponta Haggard & Noland (2010), tais sanções tenham pouca utilidade, tendo em vista o volume minúsculo de comércio entre os EUA e a RDPC.

Na verdade, ao pesar as consequências para os EUA dos primeiros testes nucleares realizados pela Coreia do Norte, em 2006, Zhang (2006) afirma que, em geral, os EUA teriam perdas e ganhos mais ou menos na mesma medida. Dentre as perdas, em primeiro lugar, o fato de a Coreia do Norte, ao desenvolver armas nucleares, ter desafiado a autoridade do TNP e rompido a ordem nuclear até então existente poderia desencadear uma perda de controle acerca da proliferação nuclear e, portanto, constituiria uma grande ameaça aos interesses hegemônicos dos EUA. Em segundo lugar, os testes nucleares norte-coreanos também desestabilizaram consideravelmente a dinâmica de segurança regional, o que poderia acarretar consequências negativas e desconhecidas para os interesses norte-americanos no Leste da Ásia.

Beal (2005) e Dunnigan (2003) assinalam, contudo, que a Coreia do Norte está longe de representar uma ameaça ao território dos EUA, tendo em vista que, mesmo possuindo mísseis de longo-alcance e ogivas nucleares, é muito improvável que a Coreia do Norte venha a usá-las contra os EUA, que tem esmagadora superioridade militar, devido ao medo de retaliação e a falta de capacidade de segundo ataque. Em última instância, portanto, a “balança de terror” levaria a Coreia do Norte a refrear suas ações, de forma que as armas nucleares serviriam apenas como elemento de dissuasão.

Contudo, Zhang (2006) argumenta ainda que, apesar de uma Coreia do Norte nuclear não constituir ameaça direta ao território norte-americano – como acontece com o Japão e com a Coreia do Sul -, os EUA tem o receio de que a RDPC se engaje em proliferação nuclear, vendendo tecnologia, materiais, ou até mesmo bombas nucleares ao Oriente Médio ou a grupos terroristas. Neste sentido, Shen (2006) ainda acrescenta que outro risco para os EUA seria que o modelo nuclear norte-coreano, ao resistir à pressão e ganhar reconhecimento internacional, acabe encorajando ainda mais o Irã a prosseguir com seu programa nuclear, cujos danos para os EUA seriam muito maiores e imediatos que as possíveis perdas norte-americanas com a questão norte-coreana.

Todavia, os EUA também percebem uma série de boas oportunidades com os desenvolvimentos recentes da questão nuclear norte-coreana, as quais incluem: (1) o fortalecimento de sua presença militar no Nordeste da Ásia; (2) a contenção das tendências centrífugas da Coreia do Sul e do Japão, cimentando sua aliança com estes países; (3) o aumento das vendas de equipamentos militares na região; (4) ganhos

econômicos; e (5) a continuação e ampliação de sua política de isolamento e punição à RDPC, buscando enfraquecer o regime de Kim Jong Il (ZHANG, 2006).

Visentini (2009, p. 252) chama a atenção para o primeiro e o segundo ponto ao afirmar:

Washington necessita tanto manter sua presença militar no Japão como na Coreia do Sul (e, com isso, poder exercer controle sobre as bem sucedidas economias nacionais), bem como articular com esses países um sistema de defesa antimísseis voltado contra a China e a Rússia (*TMD – Theater Missile Defense*). O elemento legitimador de tal política será a virtual e sempre exagerada ameaça militar da Coreia do Norte, mostrada como um país governado por fanáticos e desesperados, capazes de uma atitude de consequências mal calculadas no plano internacional.

Cabe lembrar que a China, com sua economia e influência internacional em plena ascensão, especialmente após a eclosão da crise financeira internacional de 2008, tem exercido um poder de atração econômico-comercial e política - principalmente através de *soft power* - muito mais forte no nordeste asiático do que tem logrado os EUA na última década. Ainda mais sobre os países que são, historicamente, aliados dos EUA e inimigos chineses, tais como Japão, Coreia do Sul e, até mesmo, Taiwan. Assim, se torna essencial aos EUA securitizar a agenda regional do nordeste asiático, mantendo Pyongyang como foco permanente de ameaça, de forma a recuperar o espaço perdido para a China e manter certa vigilância sobre Beijing (KURLANTZICK, 2007).

Savage (2008, p. 54) enfatiza este ponto ao destacar a crescente aproximação entre Beijing e Seoul:

As relações econômicas entre a Coreia do Sul e a China têm crescido em rápido ritmo. Na última década, a RPC tem emergido como o destino número um para o investimento sul-coreano, enquanto também passando os Estados Unidos como principal parceiro comercial de Seoul. Um crescente número de estudantes sul-coreanos tem favorecido o estudo do chinês em detrimento do inglês e tem enchido os programas lingüísticos nas melhores universidades chinesas. O presidente Kim Dae-jung falou em reorientar a política externa da Coreia do Sul do Oceano Pacífico para a Ásia continental, enquanto seu sucessor, Roh Tae-Woo, advogou deslocar o país de sua dependência da aliança com os EUA em direção a um papel de um 'balanceador' regional. Tão próximos tem estado os dois países que, até a eleição do líder declaradamente pró-americano Lee Myung-bak, muitos observadores em Washington expressavam o receio de que Seoul caísse sob a 'órbita' chinesa.

Neste sentido, Johnson (2000, p. 137) acrescenta: “Ainda que permaneça um regime comunista pequeno e falido, cuja população está morrendo e não tem petróleo, a Coreia do Norte é um útil bode expiatório para uma série de interesses de Washington. Se as forças armadas precisam um oponente pós-Guerra Fria para justificar a sua existência, a Coreia do Norte é menos arriscada que a China”.



Harrison (2001, p. 66) também chama a atenção para os interesses acobertados por trás das justificativas norte-americanas para manter a presença militar na península coreana:

Empreiteiros da área de defesa e líderes políticos, pressionando pela implementação de um sistema de defesa antimísseis norte-americano, frequentemente exageram a capacidade balística presente e potencial da Coreia do Norte. A ameaça norte-coreana é a principal justificativa para o tamanho da presença militar norte-americana no Pacífico, e se esta ameaça parecesse estar desaparecendo, seria difícil sustentar o apoio político por tão custosa presença (42 bilhões de dólares por ano) em nome de uma missão de ‘estabilização’ regional tão vagamente definida.

Por fim, French (2005, p. 207) assinala o terceiro e quarto pontos, atentando para os ganhos econômicos da indústria bélica ao afirmar: “As empresas com grandes contratos derivados do programa antimísseis (*Theater Missile Defense*) e com outros contratos militares se beneficiam do aumento das tensões”. Isso vai ao encontro da análise crítica que Johnson (2004) faz a respeito da íntima ligação entre o público e o privado nos EUA, a qual tem levado ao favorecimento de empresas e setores próximos à administração, ainda que, algumas vezes, em detrimento do próprio interesse nacional. Ele ressalta que os principais laços se estabelecem nos ramos de defesa e energia, se sustentando, internamente, através da troca de privilégios e, externamente, por meio da ampliação de bases militares. A questão nuclear norte-coreana, neste sentido, parece uma boa justificativa para as bases militares norte-americanas no leste asiático.

#### **4.2. A Perspectiva da China**

Quando a questão nuclear norte-coreana voltou a emergir, em outubro de 2002, sob a égide das declarações que autoridades norte-coreanas teriam feito a James Kelly, o Ministro de Relações Exteriores chinês, Zhang Qiyue, afirmou: “Nós sustentamos que a questão nuclear da RDPC deve ser resolvida por meios pacíficos, através de diálogo e consultas” (in FRENCH, 2005). Tal discurso elucida bem o interesse chinês em mediar a questão coreana, buscando utilizar-se de sua influência presumida sobre Pyongyang de forma a evitar qualquer conflito na região – o qual seria desastroso para as pretensões internacionais chinesas. Postura notadamente distinta daquela sustentada nos anos 1990, quando Beijing evitou envolver-se.

Conforme ressalta French (2005), o despertar da crise nuclear norte-coreana coincidiu com a adoção de uma nova política externa chinesa, a qual é, ao mesmo

tempo, mais moderada e mais engajada, e que já vinha sendo ensaiada desde a segunda metade dos anos 1990. À medida que a China se integrava cada vez mais na economia internacional, recebendo grandes fluxos de investimento externo, e alimentava seu surpreendente crescimento através dela, mais integrada estava também ao sistema internacional como um todo.

Neste contexto, Beijing já vinha crescentemente ampliando sua participação em organizações multilaterais, tais como a OMC e a APEC, e em alianças regionais, tais como a Cooperação de Xangai, além de vir melhorando suas relações com velhos adversários, como a Índia. No mesmo período, buscando demonstrar responsabilidade internacional, a China começou também a introduzir novas leis para o controle das exportações de tecnologia de mísseis e de agentes químicos e biológicos, bem como a enrijecer a regulamentação das exportações militares – ambos temas que geravam conflitos nas relações do país com os EUA (XIONG, 2009).

Foi sob a égide desta nova política externa que se desenhava que Jiang Zemin foi a Washington, em 22 de outubro de 2002, para discutir, entre outras coisas, a questão nuclear norte-coreana com o presidente Bush. A aproximação entre os dois países que daí resultou, como já anteriormente mencionado, também se encaixa neste contexto de flexibilização da política externa de Beijing, a qual passou a mirar, acima de tudo, um ambiente regional pacífico que não ameaçasse seu desenvolvimento econômico. Portanto, assim explica French (2005, p. 213) a posição delicada em que se encontrava Jiang Zemin:

Ao longo deste processo de tentar engajar os EUA e de ampliar os objetivos políticos chineses, Jiang teve de sustentar um equilíbrio entre reforçar o crescente papel de Beijing na neutralização da crise, e manter Kim no poder. O receio de Beijing tem sido, naturalmente, que qualquer implosão levaria milhões de norte-coreanos desesperados a cruzarem a fronteira com a China; além disto, havia a preocupação de que as tropas norte-americanas estacionadas na Coreia do Sul se deslocassem para a fronteira da China com a Coreia, caso o Norte colapsasse.

O acadêmico chinês Zhu (2006, p. 45), neste sentido, destaca a significância da posição tomada por Hu Jintao, apenas dois meses após assumir a presidência chinesa:

A decisão do governo Hu<sup>50</sup>, em maio de 2003, de mediar a crise nuclear norte-coreana foi um momento de definição para a diplomacia chinesa. Sinalizou que a China se tornaria mais pró-ativa e autoconfiante em seus esforços diplomáticos e buscava fazer uso inovativo de sua crescente influência internacional de forma a desempenhar um papel positivo para manter a importante diplomacia periférica do país. Isto se provou bem-

---

<sup>50</sup> Hu Jintao e Wen Jiabao foram empossados como presidente e primeiro-ministro, respectivamente, em março de 2003.

sucedido com as cinco rodadas das *Six Party Talks* sobre a questão nuclear norte-coreana.

Como apontam Nixsch (2010) e Lai (2009), a China teve papel primordial nas negociações das *Six Party Talks*. Por um lado, Beijing tem, desde 1961, um acordo de defesa mútua com a Coreia do Norte; por outro, a China tem papel vital no abastecimento da Coreia do Norte, fornecendo cerca de 70% de seu petróleo e cerca de 40% dos alimentos. French (2005, p. 214) também reforça o papel da China como mediadora, ao afirmar que “nenhum regime de sanções ao estilo do Iraque poderia ser remotamente bem-sucedido na Coreia do Norte sem a cooperação chinesa”. Ele argumenta que, além de a China ser a principal fornecedora de auxílio à Coreia do Norte, garantindo a continuidade do regime, a fronteira sino-coreana, de cerca de 500 milhas, é certamente a fronteira mais porosa da RDPC.

Todavia, nem todos se mostraram tão favoráveis às iniciativas chinesas como potencial mediadora da crise nuclear norte-coreana ou tão confiantes na influência chinesa sobre Pyongyang. Na verdade, de acordo com Zhu (2007), alguns círculos acadêmicos e políticos da China se opuseram à ideia da China como mediadora e criticaram o papel de Beijing no âmbito das *Six Party Talks*, afirmando que, ao sediar as negociações, a China se compararia a um “pequeno cavalo, puxando uma grande carroça” - fazendo referência à capacidade diplomática insuficiente do país para lidar com tamanha questão. Além do mais, ainda que a China tenha, diversas vezes, ressaltado a importância das *Six Party Talks* como única solução diplomática possível para a questão nuclear norte-coreana, Beijing não vê o fórum de discussões como uma estrutura de segurança regional viável ou desejável no médio e longo prazo.

A maioria dos autores, no entanto, parece concordar que houve uma notável mudança no tom que a China passou a empregar com a Coreia do Norte a respeito da questão nuclear a partir dos testes de mísseis e nucleares de 2006. O que entra em discussão, porém, é se o discurso mais forte e condenatório que Beijing adotou neste período indica, de fato, uma mudança concreta na trajetória da política externa chinesa para com a questão ou se representam apenas recurso dialético para aplacar os EUA e se mostrar como potência responsável perante a comunidade internacional.

Ao contrário do que se deu no Japão e nos EUA, a resposta de Beijing ao anúncio das autoridades norte-coreanas de que realizariam testes de mísseis, em 2006, foi bem mais moderada, tendo em vista que o governo chinês teve certa dificuldade em discernir se tais eventos eram uma verdadeira ameaça à paz regional. Cogitava-se que

tudo não passasse apenas de mais uma tática de intimidação empregada pela Coreia do Norte – como as que esta vinha se utilizando frequentemente quando as negociações no âmbito das *Six Party Talks* estagnavam – ou ainda um blefe norte-coreano para pressionar os EUA a levantar às sanções financeiras contra o país. Porém, para o fim do mês, a reação chinesa começou a mudar, sendo que no dia 28 de junho, pela primeira vez na história, o primeiro ministro Wen Jiabao solicitou abertamente que a Coreia do Norte desistisse dos testes, em uma tentativa de evitar alarme doméstico na China acerca das crescentes tensões nas relações sino-norte-coreanas (SHEN, 2009).

Zhu (2006, p. 37) aponta que “esta reação foi imprecendente, tendo em vista que os líderes chineses nunca haviam demandado oficialmente nada da RDPC, mesmo quando esta se retirou do TNP, ou quando reabriu seu reator de 5 megawatts de grafite, ou ainda quando declarou posse de armas nucleares em fevereiro de 2005”. Não obstante, novidade ou não, a Coreia do Norte não deu ouvidos à China e levou a cabo os testes mesmo assim, demonstrando grande despeito à influência de Beijing.

Tal mudança de posição chinesa pode ser explicada por diversos fatores. Em primeiro lugar, a exigência da China para que a RDPC cessasse os testes veio logo após o pedido explícito da Coreia do Sul, através de canais oficiais, para que a China tentasse dissuadir Pyongyang de levar a cabo o lançamento dos mísseis. Tal pedido se enquadra em um contexto de grande aproximação diplomática entre a China e a Coreia do Sul, que vinha ocorrendo desde a segunda rodada das *Six Party Talks*, em fevereiro de 2004.

Em segundo lugar, Beijing foi aos poucos tomando consciência de que o teste de um míssil de longo alcance (*Taepodong-2*) pela Coreia do Norte significava uma provocação aberta de Pyongyang, a qual deixaria à China poucas desculpas para continuar “protegendo” a RDPC das pressões norte-americanas e japonesas e “suavizando” a política de “pressão e isolamento” que os EUA lideravam contra o país. Na verdade, o teste do novo míssil Taepodong-2 servira ainda de pretexto para que o Japão acelerasse sua cooperação com os EUA para o desenvolvimento de defesa antimísseis balísticos, aumentando a aliança militar nipo-norte-americana e provendo o desenvolvimento militar japonês. Além de tais eventos serem claramente contrários aos interesses chineses, tendo em vista as tensões históricas e atuais nas relações sino-japonesas, em última instância, tais alterações na dinâmica securitária do nordeste asiático poderiam levar a um aumento considerável do orçamento militar chinês e de uma escalada de suas forças militares, produzindo uma “corrida armamentista” na região que seria pouco produtiva para o grande crescimento econômico chinês.

Por fim, foi bastante frustrante para a China constatar, com os testes dos mísseis, o total descaso que a Coreia do Norte tinha com relação aos interesses securitários chineses, especialmente após cinco rodadas das *Six Party Talks* e da assinatura da Declaração Conjunta de 2005. Até os testes de 2006, a China ainda esperava influenciar a Coreia do Norte através de um mecanismo multilateral que criasse um intercâmbio de termos aceitável tanto para a Coreia do Norte como para as demais partes – em uma estratégia caracterizada como *'soft approach'*, voltada para chegar a uma solução diplomática, gradualmente, mas afetando concretamente as ações da Coreia do Norte. Assim, inúmeras vezes, a China rejeitou obstinadamente as demandas dos EUA para aumentar as pressões sobre Pyongyang e até mesmo tomou uma série de medidas para proteger a Coreia do Norte de um isolamento ainda maior. Portanto, a atitude norte-coreana foi um grande golpe para a China, reduzindo a credibilidade de Beijing como mediadora da questão nuclear (ZHU, 2006).

Assim, logo após os testes dos mísseis de longo alcance, em julho de 2006, o voto favorável da China para a Resolução 1695 do Conselho de Segurança da ONU indicava uma guinada mais agressiva na posição do país perante a questão nuclear. A nova postura também indicava um crescente ressentimento chinês com relação à Coreia do Norte e uma redução da “política de boa-vizinhança” da China para com este país. Ao passo que, de uma perspectiva norte-coreana, o apoio chinês à Resolução 1695 foi considerado uma traição de seu “irmão socialista” e abria precedentes perigosos para o estabelecimento de sanções mais duras contra o regime de Kim (SHEN, 2009).

Assim, de acordo com Zhu (2006, p. 40-41), a ira chinesa para com Pyongyang não teria ainda abrandado quando do lançamento dos testes nucleares, em outubro do mesmo ano, os quais teriam desmoralizado a China como mediadora da questão nuclear norte-coreana e aumentado as tensões no Leste Asiático:

Em Beijing, a ira transformou-se em fúria. O teste nuclear de Pyongyang foi uma temerária violação da Declaração Conjunta de setembro de 2005 e dissipou a política de boa vontade de Beijing em acomodar Pyongyang em sua busca legítima por garantias de segurança e por suas demandas de interesse nacional. Os testes demonstram que Pyongyang tem sido genuinamente indiferente às contínuas oposições e avisos da China contra o desenvolvimento pela RDPC de armas nucleares. Em seguida ao teste nuclear, a tradicional ‘amizade’ entre os dois países evaporou. (...) a resolução dos líderes chineses em dismantelar o programa nuclear norte-coreano se intensificou. As duras palavras de protesto de Beijing acerca do teste nuclear reforçam isto. A China chamou a ação de Pyongyang de ‘flagrante’ (悍然), uma palavra que é normalmente empregada apenas para criticar ações de um adversário, um claro rompimento com a linguagem utilizada anteriormente pelas lideranças chinesas, e uma lúcida expressão de dissatisfação e mesmo ressentimento para com Kim.

Os testes nucleares norte-coreanos, pois, teriam sido à gota d'água para Beijing, marcando uma profunda desilusão chinesa com relação à RDPC e ao regime de Kim Jong Il, e chamando a atenção das lideranças do país para a necessidade de mudar sua postura protetora perante Pyongyang, adotando discurso e atitude mais assertivas. Além disto, os testes também abalaram a confiança dos líderes chineses na capacidade e vontade de Kim Jong Il em efetuar as reformas econômicas necessárias – altamente preconizadas por Beijing para abrir a economia norte-coreana nos mesmos moldes do que foi feito por Deng Xiaoping na China.

Assim, Zhu (2006) afirma que, de modo geral, após o teste dos mísseis (e mesmo antes do teste nuclear), a China começou a se utilizar de medidas diplomáticas mais coercitivas para com Pyongyang. O primeiro sinal desta nova postura pode ser percebido pela balança comercial da China com a Coreia do Norte, tendo em vista que, no período de janeiro a julho de 2006, o intercâmbio comercial sino-norte-coreano ficou estagnado - interrompendo uma tendência de crescimento dos últimos trimestres -, e mesmo decresceu em alguns produtos-chaves, tais como ferro, aço e produtos químicos.

Um segundo sinal foi o congelamento temporário pela China de um acordo bilateral que compreendia o desenvolvimento em grande escala do comércio fronteiriço entre os dois países – o qual havia sido fruto da visita de Kim à China, em janeiro de 2006. A China, inclusive, cancelou a primeira cúpula de comércio fronteiriço que estava marcada para setembro de 2006, a qual teria contado com a participação de oficiais de alto escalão de ambas as partes. Ademais, também votou a favor da Resolução 1718 do Conselho de Segurança da ONU, a qual condenava os testes norte-coreanos.

Beijing também teria passado a empregar medidas coercitivas em esfera assistencial. Após a grande enchente sofrida pela Coreia do Norte em julho de 2006, a China atrasou o envio de ajuda em grande escala, provendo, inicialmente, apenas assistência simbólica por intermédio da Cruz Vermelha. Apenas no fim de agosto, e depois da Coreia do Sul anunciar o envio de ajuda humanitária no valor de 200 bilhões de *won*, é que a China estabeleceu o montante de ajuda que seria fornecida aos norte-coreanos em 50 mil toneladas – o que equivale a, aproximadamente, metade da ajuda disposta pela Coreia do Sul. Zhu (2006, p. 47) nota que “é uma ocorrência rara que a China fique atrás da Coreia do Sul no fornecimento de *disaster relief* para a Coreia do

Norte e é um termômetro da nova tendência de Beijing de usar influência econômica para punir Pyongyang”.

Além de medidas econômicas e assistenciais, a China também enviou mais tropas à região de fronteira com a Coreia do Norte.

Embora a mídia chinesa tenha relatado que o país estava enviando reforços para a fronteira e realizando *missile drills* na Montanha Changbai, em meados de julho, como parte de ‘exercício militar de rotina’, o fato é que a China quer aumentar sua capacidade de reação em caso de uma contingência envolvendo a Coreia do Norte. Isto não representa a posição dos militares, mas indica que as lideranças chinesas estão muito preocupadas acerca da possibilidade da emergência de conflito na Coreia do Norte (ZHU, 2006, p. 47).

Ademais, a China tem aumentado o rigor da gestão de vistos para norte-coreanos entrando na China, a fim de evitar que a RDPC continue se utilizando do território chinês para atividades ilegais, tais como tráfico e o linchamento dos cidadãos norte-coreanos que tentam procurar santuário na China – o que tem sido fortemente condenado pela comunidade internacional como violações de direitos humanos.

Por fim, a China começou, a partir de 2006, a participar em sanções multilaterais e, inclusive, a estabelecer sanções bilaterais contra a RDPC. A China, desde então, não tem se mostrado disposta a obstruir sanções econômicas estritas e chegou até a interromper temporariamente o suprimento de petróleo à Coreia do Norte através do Conselho de Segurança da ONU. Todavia, ainda se mantém relutante a permitir qualquer tipo de ação militar contra o país (SAVAGE, 2008).

Zhu (2006, p. 44) chama atenção para a dinâmica interna do processo decisório chinês à respeito da questão nuclear norte-coreana:

Qualquer decisão final acerca da política de Beijing para com a Coreia do Norte está diretamente sujeita a julgamento e seleção no mais alto nível, porém, a influência sobre tal política sempre oscilou entre o Ministério das Relações Exteriores, que foca na coordenação com a comunidade internacional, e o Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (CCPCC)<sup>51</sup>, o qual salienta a relação entre a China e a Coreia do Norte. Enquanto o primeiro dificilmente pode ser chamado de um grupo ‘pró-ocidente’, ele advoga a coordenação com o ocidente. O segundo, por outro lado, pode ser chamado ‘pró-Pyongyang’ e advoga firmemente a cooperação com a Coreia do Norte.

O CCPCC é geralmente simpático à Coreia do Norte, defendendo o fortalecimento dos laços sino-norte-coreanos e advogando uma confiança política plena em Pyongyang e na influência de Beijing sobre a Coreia do Norte. Esta facção acredita

---

<sup>51</sup>Em inglês: *Chinese Communist Party's Central Committee (CCPCC)*.

também que a RDPC, mais cedo ou mais tarde, vai acabar aceitando o “conselho” chinês de reformar e abrir sua economia, tomando o mesmo caminho para o desenvolvimento empreendido pela China. Contudo, o grupo “pró-Pyongyang” tem perdido forças substanciais no processo decisório chinês, acerca da questão norte-coreana após os testes de mísseis e nucleares realizados pela Coreia do Norte em 2006. Tal decadência da influência do CCPCC foi evidenciada por ocasião da reunião do Comitê Central de Relações Exteriores realizada no fim de agosto de 2006. Entre outras coisas, a conferência proclamou que uma Coreia do Norte nuclear constitui uma “ameaça formidável aos interesses centrais da China” – sendo que, nos discursos chineses, até aquele momento, só a possível independência de Taiwan havia sido interpretada desta forma (ZHU, 2007).

Também não se pode desconsiderar o impacto que a questão nuclear da Coreia do Norte vem tendo sobre a política interna chinesa desde os testes nucleares norte-coreanos de 2006:

Para as forças ossificadas dentro do campo conservador que estavam originalmente descontentes com o novo estilo de governo de Hu e Wen, o lançamento dos mísseis e o teste nuclear apenas os fornece nova forragem para atacar a equipe Hu-Wen. Aproximando-se do 17º Congresso do Partido (*Party Congress*)<sup>52</sup>, a política chinesa está agora entrando em um período sensível. As ações da Coreia do Norte, no fim das contas, prejudicaram o prestígio diplomático dos reformistas chineses representados por Hu e Wen. Se a política chinesa para a Coreia do Norte for arrastada à luta doméstica por poder político, a futura orientação das políticas diplomáticas da China para com a Coreia do Norte se tornará cada vez mais complicadas (ZHU, 2006, p. 46).

O autor reconhece, portanto, que as opiniões na China a respeito da Coreia do Norte e seu programa nuclear estão bastante divididas. Algumas facções expressam clara simpatia pela Coreia do Norte, acreditando que suas ações ainda são um tipo de apoio à posição estratégica da China e mesmo uma maneira de contrabalançar as forças dos EUA e do Japão na região. Dentro desta linha de pensamento, identificam-se duas “teorias”: (1) a “teoria da conspiração”, que supõem que os EUA estariam deliberadamente postergando a resolução da questão nuclear norte-coreana com fins de

---

<sup>52</sup> Os Congressos Nacionais do PCC são os principais eventos políticos da China. Em tais eventos, o Secretário Geral do partido realiza um balanço das atividades dos últimos cinco anos, no intuito de determinar se as metas estabelecidas no Congresso anterior foram alcançadas. Além dessa avaliação, o Secretário Geral ainda divulga os objetivos políticos, econômicos e sociais que precisam ser atingidos nos próximos cinco anos. Também cabe ao Congresso aprovar um Comitê Central, o qual, no dia seguinte ao encerramento do Congresso, realiza a primeira sessão plenária, a fim de aprovar os nomes indicados para o Secretariado do partido e nomear o Secretário Geral do partido. O 17º Congresso do Partido foi realizado em Pequim, de 15 a 21 de outubro de 2007, e teve como resultado o fortalecimento parcial da posição de Hu Jintao no governo (SWAINE, 2007).



fomentar o processo de rearmamento do Japão); e (2) a “teoria da transferência”, a qual entende que os EUA têm fomentado a ampliação das hostilidades entre as nações do Leste Asiático com a intenção de transferir mais pressão estratégica para a China.

O segundo teste nuclear norte-coreano, realizado em maio de 2009, por sua vez, viria a enfurecer ainda mais Beijing. Neste sentido, assinalando sua extrema insatisfação com a postura desafiante da Coreia do Norte perante os interesses chineses, a RPC votou a favor da Resolução 1874 do Conselho de Segurança, em junho de 2009, a qual estabelecia sanções mais duras do que as que haviam sido fixadas pela Resolução 1718 após o primeiro teste nuclear da RDPC.

Além disto, oficialmente, a China também expediu uma declaração do ministro de relações exteriores condenando a atitude norte-coreana, praticamente no mesmo tom demonstrado na declaração de 2006, conforme explica Glaser (2009, p. 34):

A declaração em resposta ao segundo teste nuclear da Coreia do Norte reiterou a dura linguagem usada para condenar o primeiro teste. Ambas as declarações expressaram a ‘oposição resoluto’ do governo chinês aos testes nucleares e afirmou que a China ‘exige fortemente’ que a RDPC cumpra seus compromissos de desnuclearização, ‘cesse ações que possam levar a uma deterioração ainda maior da situação’, e ‘volte às *Six Party Talks*’

Ao mesmo tempo em que mantinha o discurso condenatório a Pyongyang, entretanto, a China buscou refrear a reação da comunidade internacional ao segundo teste, temendo mais uma vez que um excesso de punições levasse a nova escalada de tensões na península. Assim, percebe-se que a mudança de postura chinesa deu-se muito mais no campo da retórica do que, de fato, no campo da ação. Isso não quer dizer que a China não esteja preocupada com a nuclearização da península, mas apenas que a situação é bastante delicada, e a importância da Coreia do Norte como zona tampão na região ainda é um fator essencial a ser levado em conta (GLASER, 2009).

De fato, em vista de todo este quadro, Zhu (2006, p. 46) destaca:

O interesse chinês em evitar que a Coreia do Norte desenvolva armas nucleares é fundamentalmente igual ao (interesse) dos EUA e do Japão. Embora Beijing não esteja disposta a falar em uma só voz com Tóquio e Washington em declarações públicas – e, portanto, sua oposição e ameaças para com a Coreia do Norte sejam, até certo ponto, diluídas -, uma Coreia do Norte com armas nucleares é inaceitável para a China.

Zhang (2006) elucida a afirmação de Zhu argumentando que a China é a “maior perdedora” das circunstâncias. Ele argumenta que as perdas da China com relação ao programa nuclear norte-coreano são muito maiores do que qualquer ganho que possa ter sido obtido, pois, tendo em vista que a China está em competição estratégica com os

EUA, os ganhos deste – já analisados - constituem perdas para a China. Porém, para piorar as coisas, algumas das perdas dos EUA seriam também perdas para a China, tais como o descontrole acerca da proliferação nuclear e a conseqüente instabilidade do Leste Asiático. Neste sentido, aponta-se a possibilidade do estabelecimento de uma perigosa corrida armamentista nuclear no Leste Asiático, na medida em que o Japão, a Coréia do Sul, e até mesmo Taiwan, poderiam ser compelidos a adquirir tecnologia para a produção de armamentos nucleares capazes de fazer frente à Coréia do Norte. Tal escalada armamentista, principalmente se fosse adotada por Taiwan, elevaria a níveis extraordinários os riscos securitários chineses.

Para Zhu (2006, p. 42), outro grande risco que pode advir à China em decorrência da questão nuclear norte-coreana é o estremecimento de suas relações bilaterais com o Japão. Na verdade, o autor coloca que o problema da Coréia do Norte poderia tanto promover as relações bilaterais – agindo como catalisador de uma maior cooperação entre os dois países, ao menos no campo da segurança - ou seriamente prejudicá-las, se faltar cooperação entre as duas partes. “A posição dura do Japão frente à Coréia do Norte desestabiliza a China porque o Japão também tem forte sentimento nacionalista contra a China, os quais irão inevitavelmente instigar resposta nacionalista similar da China, engendrando ainda mais hostilidade de um para o outro”.

De fato, Zhang (2006) aponta que o país que teve mais a ganhar com os testes nucleares feitos pela Coréia do Norte, em termos políticos, teria sido o Japão – apesar da ameaça direta que os testes representaram para o país. A emergência da Coréia do Norte como uma nação nuclear e, portanto, como potencial ameaça para o Japão, beneficia, em muito, a vontade política das facções de direita japonesas, as quais vêm tentando há anos alterar a natureza pacífica de sua Constituição e promover o rearmamento do país. Ainda que tal processo tenha sido constantemente barrado pela oposição, o teste nuclear norte-coreano de 2006 teve forte efeito sobre a opinião pública e política japonesa, que passou a ver certa necessidade em ampliar sua capacidade militar, de forma a ser capaz de defender-se de possíveis ameaças pela Coréia do Norte. Assim, sob o pretexto de se defender contra os mísseis norte-coreanos, o Japão aumentou consideravelmente seus gastos militares, estabeleceu um sistema de defesa de mísseis em cooperação com os EUA, lançou uma série de satélites de reconhecimento, expandiu a força de combate marítima, elaborou uma estratégia para ataque preventivo e fortaleceu a aliança japonesa-norte-americana.

Além disto, segundo Shen (2009), um dos principais riscos da questão nuclear norte-coreana para a China diz respeito à possibilidade da Coreia do Norte provocar um conflito contra os EUA ou sofrer deste um ataque preemptivo. Tendo em vista a disparidade de recursos militares entre os dois lados, o mais provável é que tal conflito levaria a uma derrota da Coreia do Norte que seria desastrosa para a posição estratégica da China no nordeste asiático, tendo as duas Coreias, o Japão e Taiwan como aliados dos EUA. Além disto, considerando a importância estratégica que a RDPC tem para a China com relação a Taiwan, uma “mudança de regime” na Coreia do Norte – a qual certamente seria imposta pelos EUA -, seria inaceitável para a China.

Além do mais, mesmo que a RDPC não fosse derrotada pelos EUA, o próprio conflito deixaria a China em uma situação delicada e desfavorável, pois, teoricamente, o país seria obrigado a se posicionar de acordo com o Tratado Sino-Coreano de 1961, fornecendo assistência militar a Pyongyang. Considerando que a China ainda está em processo de modernização de suas Forças Armadas e tem se focado centralmente no desenvolvimento econômico, se utilizando de uma política externa que evita ao máximo a confrontação com outras nações, parece pouco provável que o país estivesse realmente disposto a honrar o compromisso. Contudo, caso a China se recusasse a cumprir o Tratado perderia completamente a confiança das lideranças norte-coreanas e, portanto, desfaria-se qualquer aliança entre os dois países. Neste sentido, Shen (2009, p. 27) afirma: “Ainda que a Coreia do Norte tenha conduzido testes nucleares, ainda é um parceiro securitário – apesar de difícil – da China. A China precisa da Coreia do Norte, e a Coreia do Norte entende isto”.

Assim, para a China a situação é bem mais complexa do que para os EUA, tendo em vista a posição delicada em que se encontra o país a respeito da questão nuclear norte-coreana. Por um lado, como uma das grandes potências do mundo, o país teria a “responsabilidade” perante a humanidade, de opor-se claramente a nuclearização da Coreia do Norte, sob pena de perder prestígio internacional. E, neste sentido, mesmo uma atitude ambígua por parte da China poderia resultar em seu isolamento na comunidade internacional. Por outro lado, contudo, uma oposição evidente da China ao programa nuclear norte-coreano poderia provocar represálias da RDPC, alterando substancialmente as relações sino-norte-coreanas. Em contrapartida, contudo, os possíveis benefícios que os testes nucleares ofereceram à China seriam relativamente menores. Seriam eles a restrição temporária da presença dos EUA na região e o ganho de credenciais diplomáticas à China como mediadora e participante das *Six Party Talks*.

Assim, “as perdas da China são muito abrangentes e permanentes, enquanto que seus ganhos são condicionais, transitórios e cheios de risco” (ZHANG, 2006, p.11).

Glaser (2009, p. 33-34) também reconhece o dilema enfrentado pela China ao afirmar que o país permanece firmemente comprometido com a meta de uma península desnuclearizada, mas, ao mesmo tempo, permanece ciente das potenciais consequências diretas e indiretas de pressionar a Coreia do Norte ao extremo.

Os chineses receiam que exercer pressão demais poderia resultar na perda da já limitada influência que eles têm sobre Pyongyang e em uma relação de hostilidade com um país fronteiriço. A China também está temerosa de que pressões excessivas poderiam levar o Norte a empreender ações ainda mais perigosas, ao invés de reverter o curso e retomar seus compromissos de desnuclearização. A China teme instigar instabilidade na Coreia do Norte, a qual poderia levar uma enxurrada de refugiados às províncias nordestinas da China e por em ação um processo caótico que levaria ao desmantelamento da RDPC sem nenhuma garantia de que os interesses chineses estariam protegidos sob um governo coreano reunificado.

Neste sentido, a autora argumenta que, ainda que Beijing não queira uma Coreia do Norte nuclear e esteja adotando uma política externa mais dura com relação a Pyongyang à medida que se desenvolve seu programa nuclear, é improvável que a China se alie aos EUA para exercer o máximo de pressão possível sobre a RDPC através de sanções da ONU, e inclusive se absterá de adotar ações unilaterais ainda mais duras, tal como está sendo feito pelos EUA e seus aliados (GLASER, 2009).

Shen (2009) aprecia por outro ângulo a complexa situação em que a China se encontra. Ele afirma que, se por um lado, uma Coreia do Norte com armas nucleares detém agressões militares no nordeste asiático, por outro lado, também pode fomentar instabilidade na região. Assim, ao mesmo tempo em que, para a China, a Coreia do Norte funciona como importante *buffer zone* – contendo a presença militar norte-americana na região -, a instabilidade causada pela nuclearização vai contra os interesses de desenvolvimento econômico chinês. O fato de a relação securitária entre a China e a Coreia do Norte ser mútua emerge como importante complicador do posicionamento de Beijing frente à questão nuclear.

Além disto, como mencionado por Zhang (2006), para agir como *responsible stakeholder* perante a comunidade internacional, é do interesse da China cooperar com os EUA e com as *Six Party Talks* para dissuadir a Coreia do Norte de continuar a desenvolver seu programa nuclear. Não obstante, devido à importância estratégica que a Coreia do Norte tem para a segurança da China, é mais provável que esta se abstenha de

pressionar ou sancionar a RDPC, sempre que possível, de forma a não arriscar suas “boas” relações diplomáticas com o país.

Neste sentido, apesar de ter adotado uma política mais coercitiva perante a questão nuclear norte-coreana a partir de 2006, chegando até a aceitar sanções econômicas em dadas situações, a China tem se mostrado bastante relutante em aceitar sanções substantivas e abrangentes contra a Coreia do Norte – as quais poderiam estrangular a economia norte-coreana -, tendo em vista que isto iria contra seus interesses fundamentais na região. Isto é, a China não almeja o colapso do regime de Kim Jong Il, o qual causaria ainda mais instabilidade na região e poderia levar a sérios problemas fronteiriços com o país vizinho, com uma massa de refugiados norte-coreanos se dirigindo a China. Ademais, ainda que a Coreia do Norte não tenha mais o peso estratégico que tinha no âmbito da Guerra Fria, a China ainda precisa dela como zona tampão, evitando o confronto direto com os aliados dos EUA (SHEN, 2009).

Zhang (2006) destaca, ademais, que há muito tempo o pensamento estratégico chinês vê a presença militar norte-americana no nordeste asiático como uma ameaça latente à segurança nacional da China. Porém, frente à questão nuclear norte-coreana, a proteção dos EUA tem garantido que o Japão e a Coreia do Sul permaneçam não desenvolvendo capacidades nucleares militares. A China, portanto, estaria frente a um difícil dilema de segurança, no qual ambas as alternativas são bastante insatisfatórias: aceitar que o Japão e a Coreia do Sul possuam suas próprias armas nucleares ou cimentar uma presença militar norte-americana de alto padrão no nordeste asiático.

Segundo Shen (2009), o cenário mais provável, da perspectiva do Japão e da Coreia do Sul, seria o segundo - ainda que este represente uma maior dependência, para estes países, do “guarda-chuva nuclear” e do sistema antimísseis dos EUA -, tendo em vista que o desenvolvimento de armas nucleares por estes países poderia provocar o próprio EUA e a China, aumentando a instabilidade do nordeste asiático. Além disto, a China, ainda que muito afetada pela questão, terá muito pouca influência sobre as escolhas estratégicas do Japão e da Coreia do Sul no sentido de desenvolver ou não armas nucleares como resposta aos testes norte-coreanos.

Por fim, Zhang (2006) argumenta que, ainda que, no curto prazo, as armas nucleares norte-coreanas não visem ameaçar a China – único país com quem a RDPC mantém relações diplomáticas e que é primordial fonte de sua subsistência política e econômica -, o regime de Pyongyang é politicamente instável, tendo em vista a

transição de liderança que se inicia. Assim, não há como prever o que acontecerá em cerca de cinco ou dez anos.

Tendo em vista que os principais centros econômicos e políticos da China estão localizados na costa leste, adjacentes à Coreia do Norte, caso a RDPC, no futuro, se utilizasse de sua capacidade nuclear para ameaçar ou chantagear a China, ou caso ocorresse um acidente nuclear na região, as consequências para a China poderiam ser desastrosas (ZHANG, 2006). Shen (2009, p. 27) acrescenta que “se a China for algum dia percebida como uma ameaça, as armas nucleares da RDPC poderiam complicar vastamente a maneira como a China lida suas relações com o Norte”.

Desta forma, após apontar os grandes danos que a nuclearização da Coreia do Norte acarretaria para a China, Zhang (2006, p. 14) afirma: “Em termos da Península Coreana, o interesse central da China é duplo: realizar a desnuclearização da Península Coreana e garantir que a Coreia do Norte permaneça um vizinho amigável”. De maneira semelhante, Glaser (2009, p. 37) argumenta:

Os interesses essenciais da China na península são: paz, estabilidade, nenhuma presença estrangeira hostil e nenhuma arma nuclear. A manutenção da paz é a mais alta prioridade. Os chineses lutaram uma sangrenta guerra ao lado da Coreia do Norte no início dos anos 1950, a qual resultou em alto número de baixas e perdas estratégicas para Beijing. Os líderes chineses estão determinados a evitar envolver-se em outro conflito militar na península, o qual retrocederia o desenvolvimento econômico da China e arruinaria o ambiente estratégico relativamente favorável que o governo tem buscado fomentar há décadas.

Da mesma forma, assim resume Xiong (2009, p. 201) a perspectiva chinesa a respeito da questão nuclear norte-coreana: “Ao tratar da questão nuclear da RDPC, o ponto de partida básico da China é garantir a paz e a estabilidade na península. Nossa proposição básica é que a RDPC abandone seu programa nuclear, ao passo que, ao mesmo tempo, sejam atendidas suas preocupações securitárias razoáveis”.

## 5. CONCLUSÃO

É inegável que, para o bem ou para o mal, a Coreia do Norte logrou chamar a atenção da comunidade internacional, sobretudo dos EUA e da China, ao realizar os testes nucleares de 2006 e 2009. Afinal, a Coreia do Norte é um pequeno país asiático, com um território de 120,538 km<sup>2</sup>, uma população de cerca de 24 milhões de habitantes, uma economia fechada e estagnada, altamente dependente da ajuda chinesa, além de estar localizada bem na vizinhança de grandes potências. Ademais, o país encontra-se,

ainda, em um contexto de transição política, com o gradual afastamento de Kim Jong Il, que sofre de problemas de saúde, e a possível ascensão ao poder de Kim Jong Un, seu filho mais novo. Neste cenário, é imprescindível ao regime norte-coreano utilizar o programa nuclear como uma fonte não apenas de segurança para o país, mas especialmente de barganha para com os EUA e a China, de forma a garantir a sobrevivência do regime. Neste sentido, Pyongyang tem tirado proveito dos interesses que as potências têm na região e os explorado da maneira mais satisfatória possível.

Na verdade, conforme mostra a análise histórica desenvolvida no Capítulo 1, desde a sua fundação, na década de 1950, a Coreia do Norte vem se utilizando de relações triangulares com as potências como uma das principais ferramentas de sua política externa. Durante a Guerra Fria, tais relações triangulares se focaram primordialmente sobre a rivalidade dos dois maiores aliados do regime, isto é, a China e a URSS, que além de fornecer proteção militar, também subsidiaram seu comércio e suas necessidades energéticas durante o período. Todavia, em meio à queda da URSS e as dificuldades econômicas por que passou Pyongyang nos primeiros anos da década de 1990, as relações triangulares foram deslocadas para o eixo EUA-China, sendo que a principal moeda de barganha utilizada pela Coreia do Norte passou a ser seu programa nuclear de reprocessamento de plutônio e de urânio, bem como a evolução de seu programa de mísseis balísticos, que culminou com o lançamento do Taepodong-I em 1998, e do Taepodong-II, em 2006 e 2009.

Além disto, ao estudar as relações bilaterais China-RDPC e EUA-RDPC desde a fundação do regime comunista de Kim Il-sung, percebeu-se também a grande diferença de percepções que a China e os EUA tem tido a respeito da Coreia do Norte ao longo da história. Por um lado, a China sempre buscou equilibrar o relacionamento com a Coreia do Norte como meio de proteger a zona-tampão que esta representava (e ainda representa) entre a China e os EUA – bem como seus aliados, Coreia do Sul e Japão –, visando manter as tropas norte-americanas longe de suas fronteiras. Durante boa parte da Guerra Fria, além do mais, a Coreia do Norte também era considerada fundamental, no pensamento estratégico chinês, por manter afastados os soviéticos, com quem a China mantinha uma série de disputas e acirrada rivalidade. De forma que, para a China, histórica e geopoliticamente, a Coreia do Norte sempre foi uma questão primordial, por seu papel em garantir a segurança do próprio Estado chinês.

Isso não quer dizer, é claro, que a aliança entre os dois países não tenha sofrido abalos ao longo da história. Como previamente estudado, a China tomou uma série de

decisões que desagradaram consideravelmente Pyongyang e enfraqueceram os laços entre os dois países - tais como a aliança com os EUA, na década de 1970 e o reatamento das relações diplomáticas com a Coreia do Sul, em 1992. O mesmo pode ser dito com relação às políticas da Coreia do Norte, que provocou Beijing em inúmeras ocasiões, ora mostrando-se complacente com a URSS, durante a Guerra Fria, ora recusando a mediação e influência chinesas para as tensões que emergiram na península, relacionadas ao programa nuclear e balístico norte-coreanos, desde os anos 1990. Não obstante, apesar de a “aliança de sangue” declarada pelas duas nações, durante a Guerra da Coreia, ter sido substancialmente enfraquecida ao longo dos anos, ainda há uma forte relação entre os dois países, a qual nenhuma das partes pode ignorar.

Por outro lado, fica claro que, para os EUA, tanto por razões históricas como geográficas, a Coreia do Norte, sempre foi uma preocupação secundária de sua política externa, interligada a seus interesses hegemônicos no nordeste asiático. Assim, em um primeiro momento, a Coreia do Norte encaixou-se em sua estratégia de contenção do comunismo e da influência soviética na Ásia, sob um cenário bipolar de Guerra Fria. Mesmo então, porém, Pyongyang só foi de certa relevância para Washington quando da Guerra da Coreia, tendo em vista que a China - até então principal aliada dos EUA na Ásia -, caía sob os auspícios socialistas, liderada por Mao Zedong. Após 1953, quando assinado o Armistício na península, a Coreia do Norte, como apontado por Oberdorfer (1997, p. 7), não passou de “preocupação secundária, subordinada às exigências mais imediatas e imperatórias de potências maiores, e não um objeto inteiramente considerado por si só”. Houve, neste período, alguns incidentes e provocações entre as duas Coreias e entre a RDPC e os EUA - os quais valeram limitadas repreensões por parte de Washington e algumas notas de mídia -, mas as relações Pyongyang-Washington, de modo geral, limitaram-se a isto.

A Coreia do Norte só viria a chamar novamente a atenção dos EUA nos anos 1990, após o fim da Guerra Fria, através de seu programa nuclear. A partir daí, ao mesmo tempo em que a Coreia do Norte busca barganhar com os EUA para solucionar seus déficits energéticos e econômicos, Washington percebe no pequeno país asiático uma boa justificativa para manter sua presença hegemônica no nordeste asiático, bem como para conter a crescente influência chinesa na região. Pyongyang, portanto, especialmente na passagem para os anos 2000, passa a fazer parte de uma estratégia maior norte-americana de securitizar a agenda do nordeste asiático, em prol da



manutenção de sua influência sob a região. Logo, a sobrevivência do país nunca pareceu estar em jogo, mas sim sua hegemonia sobre o sistema.

A questão nuclear norte-coreana em si, foco deste trabalho, foi examinada no segundo capítulo, com o intuito de analisar as tensões políticas e os fatos que daí advieram, e como tais eventos influíram sobre as perspectivas chinesa e norte-americana a respeito da Coreia do Norte. A análise revelou que o programa nuclear norte-coreano não surgiu do dia para a noite, mas foi, ao invés disto, o resultado de um processo histórico que teve início já na segunda metade dos anos 1950, e que foi amadurecendo graças à cooperação com a URSS e aos próprios esforços do país no sentido de desenvolver tecnologia própria na área.

Também se conclui, do segundo capítulo, que o programa nuclear norte-coreano não foi decisão simplória, fruto apenas do medo de uma possível invasão norte-americana, mas sim o resultado de um complexo cálculo político, o qual levava em conta um conjunto de fatores, tanto internas quanto externas. No plano interno, estes fatores dizem respeito ao (1) aumento da influência dos militares no regime norte-coreano após a ascensão de Kim Jong Il ao poder, em 1998; (2) ao déficit energético que sofre o país desde a queda da URSS – considerando-se que a tecnologia nuclear também poderia ser usada com fins pacíficos, para atender as necessidades energéticas da economia e da sociedade; e (3) a utilização do programa nuclear para aumentar o prestígio e legitimidade do governo de Kim Jong Il e preparar o terreno para a transição de poder a seu filho, Kim Jong Un.

Já no plano externo, os fatores mais importantes foram (1) a utilização das capacidades nucleares como poder de barganha para com as potências, especialmente para obter normalização de relações com os EUA e assistência econômica tanto de Washington como de Beijing; (2) a necessidade de contrabalançar o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul; e, por fim, (3) a necessidade de proteger o país de possíveis ataques – especialmente por parte dos EUA, após a invasão do Iraque.

As conseqüências da questão nuclear para a Coreia do Norte e para o nordeste asiático como um todo ainda são pouco claras, tendo em vista que os eventos ainda são bastante recentes. Alguns autores projetam que uma RDPC nuclear tende a provocar o escalonamento das tensões regionais, deixando o país ainda mais vulnerável a ataques externos; ao passo que outros argumentam, pelo contrário, que as armas nucleares servem como um decisivo elemento de dissuasão na península, conferindo-a maior estabilidade e, portanto, fornecendo maior proteção ao país.

Não há ainda como saber qual dos dois cenários irá se configurar no longo-prazo. No curto prazo, contudo, ainda que funcione como importante fator dissuasório para a eclosão de conflitos na região, a península não parece estar sendo concretamente ameaçada, sendo altamente improvável que os EUA ou a Coreia do Sul – os dois principais rivais da RDPC -, estejam dispostos a engajar-se em ataque armado contra o país. Ambos têm interesses mais imediatos a considerar – como a Guerra do Iraque, para Washington, e o desenvolvimento econômico, para Seoul -, e ambos teriam de obter o aval da China para a empreitada, o que seria ainda mais impensável.

Por fim, o último capítulo dedicou-se exclusivamente a analisar o comportamento da política externa dos EUA e da China com relação aos episódios desencadeados pela questão nuclear norte-coreana na década de 2000. Aqui é importante reiterar novamente o quão recente são os eventos estudados, que mal passaram ainda de notícias midiáticas a fatos históricos e que, exatamente por isso, são de difícil avaliação.

Os EUA tiveram papel central na emergência da segunda crise nuclear norte-coreana, em 2002, ao acusar o país de desenvolver um programa secreto de enriquecimento nuclear e ao colocá-lo no “eixo do mal”, adotando atitude bastante hostil. Esta mudança de posicionamento de Washington, como previamente explicado, está contextualizada pela “guerra ao terror” e pela Doutrina Bush, adotada após os ataques terroristas de 11 de setembro. É a partir daí que os EUA passam a securitizar a agenda internacional, especialmente no oriente médio e no nordeste asiático, abandonando a política *carrots and stick*, de recompensa por concessões do oponente, adotando uma estratégia de isolamento da Coreia do Norte, e recusando-se a engajar-se em relações bilaterais diretas.

Muitos autores, principalmente os norte-americanos, percebem tal política como um grande fracasso de George W. Bush, sobretudo após a realização dos dois testes nucleares e de mísseis balísticos norte-coreanos, em 2006 e 2009, e as recusas da Coreia do Norte a retomar as Six Party Talks – as quais praticamente não lograram quaisquer resultados práticos. Estes analistas, porém, consideram que os objetivos norte-americanos com relação à questão nuclear da RDPC se restringem, conforme o discurso da Casa Branca, a desnuclearizar a península coreana e deter a proliferação nuclear. Não obstante, ainda que, inegavelmente, os EUA tenham interesse em ver um Estado historicamente inimigo livre de armas nucleares, esta visão parece bastante simplista, na

medida em que desconsidera os objetivos extraoficiais em jogo e exagera a “ameaça” representada pela Coreia do Norte.

De fato, a partir de uma análise mais crítica, derivada das tendências históricas demonstradas no capítulo 1, percebe-se que, longe de ver a questão nuclear da Coreia do Norte como uma real ameaça a sua sobrevivência, os EUA consideram-na um útil bode-expiatório para seus principais interesses no nordeste asiático, a saber: (1) o fortalecimento de sua presença militar no Nordeste da Ásia; (2) a contenção das tendências centrífugas da Coreia do Sul e do Japão, cimentando sua aliança com estes países; e (3) o aumento das vendas de equipamentos militares na região. Neste sentido, os testes nucleares não representaram a falência da política norte-americana para o nordeste asiático, mas apenas reforçaram-na e favoreceram-na. A ascensão de Barack Obama à Casa Branca parece confirmar a existência de tais interesses norte-americanos, tendo em vista que pouco mudou no posicionamento dos EUA frente à questão nuclear norte-coreana após sua posse.

Não nos cabe discutir aqui se o país é uma hegemonia decadente ou não, mas parece inegável que o país mantém políticas externas hegemônicas, demonstrando que ainda se vêem como tal. É nesta qualidade que eles se colocam frente à crise nuclear norte-coreana e é sob tal pensamento que formulam sua política externa de reação à crise. Neste sentido, Pecequillo (2005, p. 458) afirma:

As prioridades da política externa e as estratégias, tanto de natureza política como econômica, diplomática ou militar, continuam sendo elaboradas a partir da percepção de que os Estados Unidos tem a tarefa e o dever de manter a estabilidade global, garantindo a reprodução de um ambiente internacional propício à expansão de seus valores, princípios e objetivos (...) Os Estados Unidos, conforme indicado por seus analistas e estabelecido por seu governo, ainda tem como objetivos sustentar e administrar o sistema internacional criado em 1945 por meio de sua liderança, assegurando uma reprodução cooperativa e pacífica das relações entre as nações, expandindo a ordem liberal e democrática. O internacionalismo e a hegemonia para a ordem são, portanto, a prioridade central e um tema de engajamento duradouro, renovando-se e readaptando-se a cada momento, ante as demandas do contexto e o perfil doméstico norte-americano.

A China, por sua vez, tem perspectiva muito mais complexa a respeito da questão nuclear norte-coreana. Quando da eclosão da segunda crise nuclear, em 2002, Beijing estava em vias de implementar importantes mudanças em sua política externa, de forma a tornar-se mais proativa internacionalmente e de amenizar antigas rivalidades, tanto com países vizinhos – como com a Índia -, como com a superpotência, isto é, os EUA. Neste contexto, assim que assumiu a presidência, em 2003, Hu Jintao apressou-se

em oferecer aos EUA a mediação chinesa, buscando exercer influência sobre Pyongyang e, ao mesmo tempo, ampliar sua projeção na agenda de segurança internacional com o estabelecimento das *Six Party Talks* em Beijing. Até então, porém, a China mostrava-se bastante cética acerca do programa nuclear norte-coreano e reticente ao estabelecimento de quaisquer sanções contra a RDPC.

Não obstante, a realização dos testes de 2006 preocupou muito as lideranças chinesas, colocando Beijing em posição delicada perante a crise nuclear. Em primeiro lugar, tais eventos desprezavam as tentativas de influência chinesa sobre o país vizinho, desacreditando a China como mediadora das tensões. Em segundo lugar, os testes demonstravam que a capacidade nuclear da Coreia do Norte passava a ser realidade, e não mais meras especulações pouco fundamentadas.

Este último fato preocupava a China em duas frentes. Por um lado, devido à proximidade geográfica, mesmo que não haja rivalidades entre os dois países atualmente, no longo-prazo, uma Coreia do Norte nuclear e com mísseis de longo-alcance constitui ameaça direta a segurança chinesa. Por outro lado, no curto e médio-prazo, a instabilidade regional gerada pelos testes deixam a China, potencialmente, em um dilema, no qual ambas as alternativas são igualmente insatisfatórias: aceitar que o Japão e a Coreia do Sul desenvolvam suas próprias armas nucleares – em resposta a “ameaça” norte-coreana - ou cimentar uma presença militar norte-americana de alto padrão no nordeste asiático, servindo como garantia securitária aos países da região.

Além destas circunstâncias, como grande potência em ascensão, a China tem “responsabilidade” internacional de evitar a proliferação na península norte-coreana. Ao mesmo tempo, porém, receia pressionar a Coreia do Norte de forma a provocar a hostilidade ou, até mesmo, o possível colapso do regime, escalonando ainda mais as tensões no nordeste asiático. Assim, ainda que o discurso chinês a respeito da questão nuclear norte-coreana tenha se tornado visivelmente mais duro e incisivo a partir de 2006, e que algumas ações práticas tenham sido efetuadas de forma a tentar pressionar a RDPC – como o corte temporário do suprimento de petróleo, em 2009 -, em termos práticos, a China continuou enviando subsídios a Coreia do Norte e evitando sanções demasiado rígidas ao país. Mesmo porque, como ressaltado por vários autores chineses, a Coreia do Norte ainda tem uma importante função estratégica para a China, ao servir como zona tampão, evitando o avanço das tropas norte-americanas estacionadas na DMZ.

A partir de tal análise, é possível, portanto, confirmar a hipótese central apresentada, isto é: apesar de ambos os países serem contrários ao desenvolvimento de armas nucleares pela RDPC, as percepções dos EUA e da China não convergem com relação à questão, porque a China, neste caso, desempenha papel de ator regional – podendo ser diretamente atingida -, ao passo que os EUA se portam como superpotência, não sendo diretamente atingido pela questão. Assim, para a China é uma questão de sobrevivência do Estado, enquanto que, para os EUA, é uma questão de legitimação de seus interesses hegemônicos em uma região estratégica do globo.

Por fim, como considerações finais, é importante reconhecer que, por questões de espaço, o presente trabalho deixou de abordar questões complementares, mas nem por isso pouco importantes, que favoreceriam uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo, qual seja, as perspectivas da China e dos EUA a respeito da questão nuclear norte-coreana. Seria interessante, neste sentido, a realização de um estudo mais aprofundado a respeito das próprias relações China-EUA, tendo em vista que, conforme sugerido por este trabalho, a maneira como estes dois atores interagem influi fortemente sobre suas respectivas políticas externas, sobretudo no nordeste asiático. Adicionalmente, seria também interessante a realização de um estudo mais elaborado a respeito do contexto político interno destes países, e da própria Coreia do Norte.

## 6. REFERÊNCIAS

AGENCE FRANCE-PRESSE. **Chronology Of North Korean Missile Development**, 15 de junho, 2006. Disponível em [http://www.spacewar.com/reports/Chronology\\_Of\\_North\\_Korean\\_Missile\\_Development.html](http://www.spacewar.com/reports/Chronology_Of_North_Korean_Missile_Development.html) Acesso: 20/09/2011.

ARRIGUI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

AVILA, Fabrício Schiavo. **Armas Estratégicas: o impacto da digitalização sobre a guerra e a distribuição de poder no sistema internacional**. Mestrado (dissertação) – UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2008.

BBC. **North Korean artillery hits South Korean island**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-11818005> Acesso: 12/10/2011.

BBC. **War Remains Sought in Korea's DMZ**, 20 de outubro de 2008. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7679697.stm> Acesso: 20/11/2011.

BEAL, Tim. **North Korea: The Struggle Against American Power**. Londres: Pluto Press, 2005.

BLANK, Stephen. The End of the Six-Party Talks? **Strategic Insights**, v. VI, n. 1, 2007.

CHA, Victor D. What Do They Really Want?: Obama's North Korea Conundrum. *The Washington Quarterly*, 32:4, p. 119-138, 2009.

CHOI, Jinwook. **Changing Relations between Party, Military, and Government in North Korea and Their Impact on Policy Direction**. Shorenstein APARC, 1999.

CLEGG, Jenny. **China's Global Strategy: Towards a Multipolar World**. Londres: Pluto Press, 2009.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. President Statement S/PRST/2009. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/301/03/PDF/N0930103.pdf?OpenElement> Acesso: 21/09/2011

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. S/RES/82 Complaint of aggression upon the Republic of Korea. Disponível em: <http://www.un.org/documents/sc/res/1950/scres50.htm> Acesso: 20/09/2011.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução S/RES/84, Complaint of aggression upon the Republic of Korea. Disponível em: <http://www.un.org/documents/sc/res/1950/scres50.htm> Acesso: 20/09/2011.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. S/RES/1695, Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea. Disponível em: <http://www.un.org/documents/sc/res/1950/scres50.htm> Acesso: 20/09/2011.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. S/RES/1718, Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea. Disponível em: <http://www.un.org/documents/sc/res/1950/scres50.htm> Acesso: 20/09/2011.

CUMINGS, Bruce. Chantage Nucléaire en Corée du Nord. *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 2003. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2003/02/CUMINGS/9950> Acesso: 20/09/2011.

CUMINGS, Bruce. **North Korea**. Nova York: The New Press, 2004.

CUMINGS, Bruce. The Korean Crisis and the End of "Late" Development. **New Left Review**, v. 231, p. 43-72, 1998.

CUMINGS, Bruce. **The Korean War: a history**. New York: The Modern Library, 2010.

DOBBS-HIGGINSON, M. S. **Asia Pacific: Its role in the new world disorder**. Kew: Mandarin, 1996.

DUNNIGAN, James F. *How to Make War: A Comprehensive Guide to Modern Warfare in the Twenty-first Century*. Nova York: Harper Collins Publishers Inc., 2003.

FRENCH, Paul. **North Korea: the paranoid peninsula**. London: Zed Books, 2005.

GLASER, Bonnie S. China's Policy in the Wake of the Second DPRK Nuclear Test. *China Security*, v. 5, n. 2, 2009, p. 33-45.

HARRISON, Selig. S. **Korean Endgame: A Strategy for Reunification and U.S. Disengagement**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

HARRISON, Selig. S. Time to Leave Korea? *Foreign Affairs*, 2001.

HARRISON, Selig. S. Gas and Geopolitics in Northeast Asia: Pipelines, Regional Stability and the Korean Nuclear Crisis. *World Policy Journal*, 2003.

HOWARD, Peter. Why Not Invade North Korea? Threats, Language Games and U.S. Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, n° 48, p. 805-828, 2004.

JANES (2009). Country Profile – China. 655p.

JANES (2009). Country Profile – North Korea. 284p.

JOHNSON, Chalmers. **Blowback: The Costs and Consequences of American Empire**. Londres: Owl Books, 2000.

JOHNSON, Chalmers. **The Sorrows of an Empire**. Nova York: Metropolitan Books, 2004.

KANG, David C. Getting Asia Wrong: The Need for New Analytical Frameworks. *International Security*, v. 27, n. 4, 2003, pp. 57-85. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/ins/summary/v027/27.4kang.html> Acesso: 30/09/2011

KIM, Gwang-Oon. The Making of the North Korean State. *The Journal of Korean Studies*, v. 12, n. 1, 2007, p. 15-42.

KIM, Samuel S. China and North Korea in a Changing World. **Asian Program Special Report**, 2003.

KIM, Samuel S. China's Conflict-Management Approach to the Nuclear Stand-off on the Korean Peninsula. *Asian Perspective*, v. 30, n. 1, p. 5-38, 2006.

KIM, Samuel S. Making of China's Korea Policy. In: LAMPTON, David M. **The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

KOH, Jae-Hong. Kim Jong Il's Absence and North Korean Contingency: International Cooperation and South Korea's Response. **Imin International Relations Institute**, Working Paper Series, n° 3, 2010.

KRAUTHAMMER, Charles. In defense of democratic realism. **The National Interest**, 2004, p. 15-25.

KURLANTZICK, Joshua. **Charm offensive: how China's softpower is transforming the world**. Nova York: Caravan Books, 2007.

LAI, David. Obama's Policy Option on North Korea. **China Security**, v. 5, n. 2, 2009, p. 46-54.

LECKIE, Robert. **Conflict: The History of the Korean War 1950-1953**. Nova York: G.P. Putnam's Sons, 1962.

MANSOUROV, Alexandre, Y. The Origins, Evolution, and Current Politics of the North Korean Nuclear Program. **The Nonproliferation Review**, Spring-Summer, 1995.

MARTINS, José Miguel Quedi. Digitalização e Guerra Local: como fatores do equilíbrio internacional. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre. 2008.

MOON, Chung-in; BAE, Jong-yun. The Bush Doctrine and the North Korean Nuclear Crisis. **Asian Perspective**, v. 27, n. 4, 2003, p. 9-45.

NATIONAL SECURITY STRATEGY FOR A NEW CENTURY, White House, NSC, 1994.

NIKSCH, Larry, A. North Korea's Nuclear Weapons Program. **CRS Issue Brief for Congress**, 2005.

NIKSCH, Larry, A. North Korea's Nuclear Weapons Development and Diplomacy. **CRS Report for Congress**, 2010.

NOLAND, Marcus. The Economic Implications of a North Korean Nuclear Test. **Asia Policy**, n. 2, 2006, p. 25-39.

OBERDORFER, Dom. **The Two Koreas: A Contemporary History**. Londres: Warner Books, 1997.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A política coreana na Ásia: aspectos políticos e militares. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Coréia: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

PARK, John S. Inside Multilateralism: The Six-Party Talks. **The Washington Quarterly**, 28:4, 2005.

PARK, Ki-Tae. Analyzing North Korea's Decision-Making Process on its Nuclear Weapons Programs with the Rational Choice and Cognitive Choice Models. Dissertação: RAND Graduate School, 2010.



PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

POLLACK, Jonathan D. The United States, North Korea, and the End of the Agreed Framework. **Naval War College Review**, v. LVI, n. 3, p. 11-49, 2003.

PRITCHARD, Charles L. **Failed Diplomacy: The Tragic Story of How North Korea Got the Bomb**. Washington D.C.: The Brookings Institution Press, 2007.

PRITCHARD, Charles L. "Six Party Talks Update: False Start or a Case for Optimism?" **Center for Northeast Asian Policy Studies**, The Brookings Institution, dezembro de 2005.

REESE, David. North Korea: anatomy of a rogue state. In: VICZIANY, Marika; WRIGHT-NEVILLE, David & LENTINI, Pete (ed.). **Regional Security in the Asia Pacific 9/11 and after**. Cheltenham: Edwar Elgar Publishing Inc., 2004.

RONDONG SINMUN. "Kim Yong Nam Explains North Korean Standpoint of Solving the Nuclear Crisis", 18 de setembro, 2006. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/world/2006-09/18/content\\_5104561.htm](http://news.xinhuanet.com/world/2006-09/18/content_5104561.htm) Acesso: 21/09/2011

SAVAGE, Timothy. Big Brother is Watching: China's Intentions in the DPRK. **China Security**, v. 4, n. 4, 2008, p. 53-57.

SCOBELL, Andrew. Crouching Korea, Hidden China: Bush Administration Policy toward Pyongyang and Beijing. **Asian Survey**, v. 42, n. 2, p. 343-368, 2002.

SHEN, Dingli. Chao heshiyan hou meiguo dui qi taidu keneng geng youshen (朝核试验后美国对其态度可能更友善). Sina, maio de 2009. Disponível em: <http://news.sina.com.cn/w/2009-05-27/170917902068.shtml>. Acesso: 02/10/2011.

SHEN, Dingli. North Korea's Strategic Significance to China. **China Security**, n. 4, 2006, p. 19-34.

SNYDER, Scott A. U.S. Policy Toward the Korean Peninsula. **Council of Foreign Relations**, Independent Task Force Report n. 64, 2010.

SWAINE, Michael D. A New Era? What to Make of the 17th Congress of the Chinese Communist Party. **Carnegie Endowment for International Peace**, October 27, 2007.

SWAINE, Michael D. & TELLIS, Ashley J. **Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future**. Washington: RAND, 2000.

SUH, Jae Jean. Making Sense of North Korea: Institutionalizing *Juche* at the Nexus of Self and Other. **The Journal of Korean Studies**, v. 12, n. 1, 2007, p. 3-14.

SUH, Jae Jean. Social Consequences of North Korean Contingency. **Ilimin International Relations Institute**, Working Paper Series, n° 2, 2010.

SURET-CANALE, J.; VIDAL, J. E. **A República Popular Democrática da Coréia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

THE GUARDIAN. **North Korea tests nuclear weapon 'as powerful as Hiroshima bomb'**, 25 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2009/may/25/north-korea-hiroshima-nuclear-test>  
Acesso: 20/11/2011

VISENTINI, Paulo Fagundes. Coréia do Norte: História e Percepção. Em: de OLIVEIRA, Henrique Altemani; & MASIERO, Gilmar. **Coréia do Sul: Visões Latino-Americanas**. Curitiba: Editora Juruá, 2009, p. 237-256.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da África e da Ásia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

WILLIAMS, Brad. Japan, North Korea and the 'War on Terror'. In: VICZIANY, Marika; WRIGHT-NEVILLE, David & LENTINI, Pete (ed.). **Regional Security in the Asia Pacific 9/11 and after**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Inc., 2004.

WILLIAMS, Paul. **Security Studies: an introduction**. New York: Routledge, 2008.

YOO, Ho-Yeol. Current State of North Korea and Types of Its Contingencies. **Ilimin International Relations Institute**, Background Paper Series, n° 2, 2010.

ZHANG, Hui. Revisiting North Korea's Nuclear Test. **China Security**, vol. 3, n. 3, 2007, p. 119-130.

ZHANG, Liangui. Coping with a Nuclear North Korea. **China Security**, n. 4, 2006, p. 2-18.

ZHU, Feng. Shifting Tides: China and North Korea. **China Security**, n. 4, 2006, p. 35-50.

ZHU, Feng. **Guojiguanxi Lilun yu Dongya Anquan** (国际关系理论与东亚安全). Beijing: Zhongguo Renmin Daxue Chubanshe, 2007.

ZHU, Feng. **Zhongguo Jueqi: Lilun yu Zhengce de Shijiao** (中国崛起: 理论与政策的视角). Shanghai: Shanghai Renmin Chubanshe, 2008.

XIONG, Guang kai. **International Situation and Security Strategy**. Beijing: Foreign Language Press, 2009.